

PLANO DIRETOR CATANDUVAS/PR

**Análise Temática Integrada
Volume II**

2022-2032



**AVALIAÇÃO TEMÁTICA PROPOSTA
VOLUME II**

PLANO DIRETOR

CATANDUVAS



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JÚNIOR – Governador

SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Lucio Tasso – Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

Augustinho Zuccchi – Superintendente

Álvaro José Cabrini Junior – Superintendente executivo

José Elizeu Chociai – Diretor de Administração e Finanças

Camila Mileke Scucato – Diretora de Operação

Fabio Fumagalli Vilhena de Paiva – Coordenador ER Maringá

Rafael Gustavo Mansani – Coordenador ER Ponta Grossa

Francisco Luis dos Santos – Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral

Américo Megumy Nonaka – Coordenador ER Cascavel

Celso Carlos Carollo Silvestri – Coordenador ER Guarapuava

José Ricardo Mattos do Amaral – Coordenador ER Londrina

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Maristela de Paula Muller

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Prefeito Moises Aparecido de Souza



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Decreto n.º 238/2022 de 10 de outubro de 2022.

Coordenadoria

Coordenador Douglas José Dall’Apria
Vice Coordenador Lucas Mathias dos Santos Silva

Secretaria de Administração

Titular Francisco Alves dos Santos
Suplente Celso Thisen

Secretaria de Finanças

Titular Oziel de Oliveira
Suplente Claucia Aparecida Colla

Secretaria de Educação

Titular Sirley Ferreira Esma
Suplente Ivone Leoncio de Souza Leite

Secretaria de Assistência Social

Titular Sueli Alves Garcia de Souza
Suplente Patricia Pavan Zardo

Secretaria de Viação e Obras

Titular Jair Rocha
Suplente Carlos dos Santos

Secretaria de Planejamento

Titular Douglas José Dall’Apria
Suplente Lucas Mathias dos Santos Silva

Secretaria de Agricultura

Titular Delcio Giuliani
Suplente Luciano Zin

Secretaria de Saúde

Titular Ademar Luiz Burckhardt
Suplente Marineuza Fatima Pessoli

Departamento de Contabilidade

Titular Gefferson Pavan
Suplente Juliano A. do Amaral Guedes

Departamento de Recursos Humanos

Titular Vanda Ana Bendo
Suplente Demóstenes Francisco Valentini

Secretaria de Cultura e Turismo

Titular Mildo Ramos
Suplente Silmara Ribeiro da Silva

Legislativo Municipal

Titular Alcidino Pedro Soares
Suplente Ricardo Barreto Salgueiro

Jurídico

Titular Alaor Carlos de Oliveira



EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

CTMGEO – SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIAS

Coordenação Geral

Silmara Terezinha Brambilla - Arquiteta e Urbanista – CAU A-49203-5.

Técnicos:

Máicon Altir Canal - Engenheiro Civil – CREA-PR 114094/D.

Tainã Lopes Simoni - Arquiteta e Urbanista - CAU-A54549-0.

Cleiton Luiz Siqueira - Bacharel em Ciência da Computação.

Gilvano Colombo - Advogado – OAB/PR 26043.



LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Grau de Urbanização Municipal 1991 - 2010 | 19 |
| Figura 2 - Localização do município no Paraná | 20 |
| Figura 3 – Mapa de Rodovias entorno de Catanduvas | 21 |
| Figura 4 – Região de influência de Cascavel - 2007 | 22 |
| Figura 5 – Mesorregião Oeste Paranaense | 22 |
| Figura 6 – Municípios integrantes da Microrregião Geográfica Cascavel | 23 |
| Figura 7 – Municípios pertencentes a AMOP. | 24 |
| Figura 8 – Municípios pertencentes a Canturiquiguaçu. | 26 |
| Figura 9 – 10ª Regional de Saúde – Cascavel. | 27 |
| Figura 10 – Regional Oeste SEAB. | 29 |
| Figura 11 – Regional Oeste SEED. | 30 |
| Figura 12 – 11ª Área Integrada de Segurança Pública do Paraná. | 31 |
| Figura 13 – Classificação climática de Köppen | 32 |
| Figura 14 – Temperatura média anual | 33 |
| Figura 15 – Precipitação média anual | 34 |
| Figura 16 – Evapotranspiração média anual | 34 |
| Figura 17 – Diferença entre Precipitação e Evapotranspiração - média anual | 35 |
| Figura 18 – Média Anual da Umidade Relativa | 36 |
| Figura 19 – Direção predominante do vento | 36 |
| Figura 20 – Distribuição dos Planaltos Paranaenses | 37 |
| Figura 21 – Formação Geológica Catanduvas | 38 |
| Figura 22 – Formação Geomorfológica Catanduvas | 39 |
| Figura 23 – Pedologia Catanduvas | 40 |
| Figura 24 – Mapa de Cobertura Vegetal de Catanduvas | 41 |
| Figura 25 – Mapa de Bacias Hidrográficas do Paraná com localização Catanduvas | 42 |
| Figura 26 – Mapa de Unidades Hidrográficas do Paraná com localização Catanduvas .. | 43 |
| Figura 27 – Mapa de Densidade Demográfica de Catanduvas por Setor Censitário | 47 |
| Figura 28 – Evolução da Pirâmide etária de Catanduvas | 48 |
| Figura 29 – População economicamente ativa de Catanduvas, ano de 2010 | 49 |



| | |
|---|-----|
| Figura 30 – Percentual de Produção Rural do Município..... | 58 |
| Figura 31 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo Municipal - Plano Diretor 2007 | 67 |
| Figura 32 – Mapa de Localidades Rurais | 71 |
| Figura 33 – Mapa de Zoneamento do Distrito de Ibiracema | 73 |
| Figura 34 – Mapa do Perímetro Urbano Atual | 74 |
| Figura 35 – Mapa de Zoneamento da Sede do Município | 78 |
| Figura 36 – Mapa de Loteamentos Urbanos e Distrito de Ibiracema | 79 |
| Figura 37 – Mapa de Sistema Viário Municipal - Plano Diretor 2007 | 80 |
| Figura 38 – Mapa de Sistema Viário Urbano - Plano Diretor 2007 | 82 |
| Figura 39 – Mapa de Iluminação Pública Sede e Distrito de Ibiracema | 87 |
| Figura 40 – Mapa de Pavimentação Sede | 89 |
| Figura 41 – Mapa de Pavimentação Distrito de Ibiracema | 90 |
| Figura 42 – Ginásio de Esportes João Maria Alves de Oliveira | 99 |
| Figura 43 – Ginásio de Esportes Comunidade Santa Cruz | 99 |
| Figura 44 – Gráfico da Evolução das Despesas Municipais por função | 118 |



LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Evolução da população por localização urbana/rural | 44 |
| Tabela 2 – Evolução populacional por gênero e por localidade Rural/Urba | 45 |
| Tabela 3 – População por setor censitário para o ano de 2010 | 46 |
| Tabela 4 – Vulnerabilidade do município de Catanduvas/PR - 2000 e 2010 | 50 |
| Tabela 5 – Comparativo IDHM Catanduvas, indicadores e ranking - 1991, 2000 e 2010 e Paraná 2010 | 51 |
| Tabela 6 – Composição do IDHM de Educação de Catanduvas - 2000 e 2010 e Paraná 2010 | 52 |
| Tabela 7 – PIB a preços correntes e <i>per capita</i> de Catanduvas período 2010 - 2019. | 54 |
| Tabela 8 – PIB por setor em Catanduvas, Microregião de Cascavel e Paraná - 2019 | 54 |
| Tabela 9 – População Ocupada segundo as atividades econômicas - 2010 | 55 |
| Tabela 10 – Número de Estabelecimentos por Atividades Econômicas 2010 e 2020 | 56 |
| Tabela 11 – Valor Adicionado Fiscal - 2010 e 2020 | 57 |
| Tabela 12 – Estabelecimentos Agropecuários e área por as atividades econômicas - 2017 | 57 |
| Tabela 13 – Área colhida, produção, rendimento médio, valor da produção agrícola e VBP por tipo de cultura temporária - 2020 | 59 |
| Tabela 14 – Valor da Produção - 2018 a 2020 | 60 |
| Tabela 15 – Área colhida, produção, rendimento médio, valor da produção agrícola e VBP por tipo de cultura Permanente - 2020 | 61 |
| Tabela 16 – Efetivo de rebanhos por tipo e para os anos de 2018, 2019 e 2020 | 62 |
| Tabela 17 – Produção e Valor de produção - 2018, 2019 e 2020 | 62 |
| Tabela 18 – Comparativo estabelecimentos e empregos - 2010 e 2019 | 63 |
| Tabela 19 – Classe de rendimento nominal mensal - pessoas com 10 anos ou mais de idade | 64 |
| Tabela 20 – Quadro de Parâmetros de Uso do Solo Municipal | 66 |
| Tabela 21 – Atividade Econômica, área e percentual de solo - 2017 | 68 |
| Tabela 22 – Unidades por área total de estabelecimentos e percentual - 2017 | 69 |
| Tabela 23 – Numero de estabelecimentos por Atividade econômica e área total - 2017 | 70 |
| Tabela 24 – Condição legal das terras em quantidade, área e percentual - 2017 | 71 |
| Tabela 25 – Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas | 75 |



| | |
|---|-----|
| Tabela 26 – Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas | 76 |
| Tabela 27 – Atendimento e Tipologia de Uso de Energia Elétrica | 86 |
| Tabela 28 – Profissionais da secretaria de Saúde | 95 |
| Tabela 29 – Estabelecimentos de ensino presentes no município. | 96 |
| Tabela 30 – Vagas Disponíveis e Turmas existentes por Escola Municipal. | 97 |
| Tabela 31 – Taxas de Ensino Fundamental e Médio por ano. | 97 |
| Tabela 32 – Estrutura Física das Escolas Municipais. | 98 |
| Tabela 33 – Equipamentos Esportivos em Catanduvas-PR. | 100 |
| Tabela 34 – Calendário Esportivo - Catanduvas - PR. | 101 |
| Tabela 35 – Calendário municipal de eventos. | 101 |
| Tabela 36 – Rede Socioassistencial - Unidades de Atendimento | 104 |
| Tabela 37 – Rede Socioassistencial - Programas / Serviços | 104 |
| Tabela 38 – Ocorrências de crimes no período de 2018 a 2021. | 105 |
| Tabela 39 – Ocorrências de acidentes e vítimas no período de 2018 a 2021. | 106 |
| Tabela 40 – Comparativo: evolução das receitas por categoria (Valores em R\$) | 113 |
| Tabela 41 – Receitas próprias do município de Catanduvas (Valores em R\$) | 114 |
| Tabela 42 – Índice de Composição dos tributos na receita tributária | 115 |
| Tabela 43 – Índice de Composição dos tributos na receita tributária | 115 |
| Tabela 44 – Repasses de Receitas ao Município de Catanduvas | 116 |
| Tabela 45 – Evolução das despesas por categoria Econômica | 117 |
| Tabela 46 – Evolução das despesas Municipais por Função | 117 |
| Tabela 47 – Notas IEGM por dimensão | 119 |



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR | 14 |
| O PLANO DIRETOR E O ESTATUTO DA CIDADE | 14 |
| O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE | 17 |
| 1 ASPECTOS REGIONAIS | 19 |
| 1.1 Contextualização do município | 19 |
| 1.2 Localização e Acessos | 20 |
| 1.3 Centralidade e Relação com Municípios Vizinhos | 21 |
| 1.3.1 Microrregião Geográfica Cascavel | 23 |
| 1.3.2 Associação dos Municípios do Oeste do Paraná | 24 |
| 1.3.3 Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu | 25 |
| 1.3.4 Regional de Saúde | 27 |
| 1.3.5 Regional de Habitação | 27 |
| 1.3.6 Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER | 28 |
| 1.3.7 Regional de Educação | 29 |
| 1.3.8 Regional de segurança | 30 |
| 2 ASPECTOS MUNICIPAIS | 32 |
| 2.1 Aspectos Físico-Ambientais | 32 |
| 2.1.1 Clima e Ar | 32 |
| 2.1.2 Solo e Subsolo | 37 |
| 2.1.3 Cobertura Vegetal | 40 |
| 2.1.4 Hidrografia | 41 |
| 3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS | 44 |
| 3.1 Demografia Municipal | 44 |
| 3.1.1 Densidade Demográfica | 45 |
| 3.1.2 Estrutura Populacional | 47 |
| 3.1.3 Vulnerabilidade Social | 49 |
| 3.2 Condições Socioeconômicas | 50 |
| 3.2.1 Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) | 50 |
| 3.2.2 Dinâmica econômica | 53 |
| 3.2.3 Produção Agropecuária | 57 |
| 3.2.4 Ocupação e Renda | 62 |
| 4 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS | 65 |



| | | |
|----------|---|-----------|
| 4.1 | Uso e Ocupação do Solo Municipal | 65 |
| 4.2 | Solo Rural | 67 |
| 4.2.1 | Localidades Rurais | 70 |
| 4.2.2 | Condição legal da terras | 71 |
| 4.2.3 | Distrito Administrativo de Ibiracema | 72 |
| 4.3 | Solo Urbano | 73 |
| 4.3.1 | Perímetro Urbano Municipal | 73 |
| 4.3.2 | Uso e Ocupação do Solo Urbano | 75 |
| 4.3.3 | Parcelamento do Solo Urbano | 78 |
| 4.4 | Sistema de Mobilidade Municipal | 79 |
| 4.4.1 | Sistema Viário Municipal | 79 |
| 4.4.2 | Sistema Viário Urbano | 80 |
| 5 | ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA | 84 |
| 5.1 | Abastecimento de Água | 84 |
| 5.2 | Esgotamento Sanitário | 84 |
| 5.3 | Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas | 85 |
| 5.4 | Resíduos Sólidos | 85 |
| 5.5 | Limpeza Urbana e Manutenção Urbana | 86 |
| 5.6 | Energia elétrica e iluminação pública | 86 |
| 5.6.1 | Energia elétrica | 86 |
| 5.6.2 | Iluminação Pública | 87 |
| 5.7 | Comunicação | 87 |
| 5.7.1 | Telecomunicações | 87 |
| 5.7.2 | Correios | 88 |
| 5.8 | Pavimentação | 88 |
| 6 | ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS | 91 |
| 6.1 | Saúde | 91 |
| 6.1.1 | Assistência à saúde | 91 |
| 6.1.2 | Estruturas de Saúde | 91 |
| 6.1.3 | Laboratório de Análises Clínicas | 92 |
| 6.1.4 | Serviço de Raios-X | 92 |
| 6.1.5 | Farmácia Municipal | 93 |
| 6.1.6 | Assistência à Saúde Bucal | 93 |
| 6.1.7 | Assistência de fisioterapia | 93 |
| 6.1.8 | Assistência de fonoaudiologia | 93 |



| | |
|---|------------|
| 6.1.9 Assistência de psicologia | 93 |
| 6.1.10 Vigilância em Saúde | 93 |
| 6.1.11 Assistência Ambulatorial Especializada | 94 |
| 6.1.12 Assistência Hospitalar | 94 |
| 6.1.13 Gestão do Trabalho em Saúde | 94 |
| 6.2 Educação e Esporte | 96 |
| 6.2.1 Educação | 96 |
| 6.2.2 Esporte | 98 |
| 6.3 Cultura e Turismo | 101 |
| 6.4 Assistência Social | 103 |
| 6.5 Segurança | 105 |
| 7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS | 107 |
| 7.1 Estrutura Administrativa | 107 |
| 7.2 Gestão | 109 |
| 7.2.1 Os setores de gestão, planejamento, finanças e obras | 109 |
| 7.2.2 O controle de patrimônio | 109 |
| 7.2.3 Normas e trâmite de procedimentos administrativos e o arquivo de processos | 110 |
| 7.2.4 Regime de previdência | 110 |
| 7.2.5 Equipamentos de informática dos softwares | 110 |
| 7.2.6 Sistema de informação municipal | 111 |
| 8 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA | 112 |
| 9 AVALIAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS | 113 |
| 9.1 Receita de Arrecadação Própria | 113 |
| 9.2 Receitas tributárias | 114 |
| 9.3 Repasses para o Município de Catanduvas | 116 |
| 9.4 Despesas Municipais | 117 |
| REFERÊNCIAS | 120 |



APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte integrante do Plano Diretor Municipal de Catanduvas, tem a função de gerar o embasamento técnico necessário, para a tomada de decisões, nos poderes público e privados, nos aspectos sociais, espaciais, administrativos e institucionais que interferem no desenvolvimento do município.

A Análise Temática Integrada consiste na fase de diagnóstico da situação atual do município. Esta preza pela premissa constitucional de garantir a função social da cidade e da propriedade, sendo um instrumento orientador da política de desenvolvimento municipal.

Este documento é o resultado do levantamento de informações do município e visa identificar o estado de desenvolvimento em que se encontra por meio de dados qualitativos e quantitativos relevantes para a elaboração do perfil atual de Catanduvas, munindo de informações para servir de base para as próximas fases do Plano Diretor Municipal.



INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR

O PLANO DIRETOR E O ESTATUTO DA CIDADE

A Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2001 veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e instituindo os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da propriedade urbana. Os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são:

- ✓ Da função social da propriedade;
- ✓ Do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Das funções sociais da cidade;
- ✓ Da igualdade e da justiça social;
- ✓ Da participação popular.

No seu art. 2º estabelece as diretrizes gerais que deverão nortear a política urbana:

- ✓ Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- ✓ Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- ✓ Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- ✓ A retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deteriorização das áreas urbanizadas;
- ✓ Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenham resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas



especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

O Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da cidade e considera que “o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas” (art.40 §1º).

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas atuar como um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo de base para a gestão pactuada da cidade.

Estabelece que o Plano Diretor deverá englobar todo o território do município e é obrigatório para cidades onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal.

Texto extraído do documento Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos.

Das possibilidades abertas pela legislação são destaques:

- ✓ parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado;
- ✓ direito de superfície;
- ✓ IPTU progressivo no tempo;
- ✓ desapropriação com pagamento em títulos;
- ✓ usucapião especial do imóvel urbano;
- ✓ direito de preempção;
- ✓ outorga onerosa do direito de construir;
- ✓ operações urbanas consorciadas;
- ✓ transferência do direito de construir;



- ✓ estudo de impacto de vizinhança;
- ✓ consórcio imobiliário.

É interessante observar que a utilização desses instrumentos está sempre vinculada à existência do Plano Diretor, o qual deverá ser discutido com a população em audiências públicas, revisto a cada dez anos e possuir um sistema de acompanhamento e controle. Foi dado o prazo de cinco anos a partir da data de publicação da lei, para que os municípios aproveem seus planos diretores. Os instrumentos que integram a lei possibilitam novos arranjos para o desenvolvimento urbano, entre eles:

1. Com a criação dos institutos do parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado, a definição de áreas urbanas adensáveis e não adensáveis, segundo a disponibilidade de infraestrutura urbana, associada à definição de parâmetros mínimos e máximos de utilização, para evitar a ocupação urbana de áreas não suficientemente equipadas, bem como a retenção especulativa de imóveis vagos ou subutilizados em áreas urbanas com infraestrutura;

2. Com a transferência do direito de construir, a possibilidade de definição de áreas especiais para proteção ambiental ou para proteção do patrimônio cultural, associada à autorização para transferência do seu potencial construtivo, possibilitando a realização desse potencial e de seu valor em outro local;

3. A definição de áreas especiais destinadas à habitação de interesse social, onde poderá ser exigida sua urbanização ou ocupação compulsórias, para essa finalidade, sob pena de imposto territorial ou predial progressivo ou ato de desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública;

4. A autorização para outorga de direito de construir, com sua contrapartida de interesse social como fonte de novos recursos financeiros para habitação de interesse social, ou para equipamentos de infraestrutura urbana ou para programas de reurbanização;

5. A realização de Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV - para empreendimentos que, pelo seu porte ou atividade, possam causar algum tipo de impacto no seu entorno e exigência de reparação dos eventuais impactos sobre o ambiente urbano como fonte de novos recursos para infraestrutura urbana, além da eventual contrapartida por danos a interesses difusos.



Uma inovação importante contida na legislação é a obrigatoriedade da participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores, garantindo que os diversos segmentos sociais participem nas atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais. Nesse sentido, o Plano Diretor é uma oportunidade para estabelecer um processo permanente de planejamento, avaliando ações e corrigindo rumos.

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A participação da sociedade no processo de elaboração do Plano implica na difusão das informações sobre o seu conteúdo e andamento. Para isso é importante a definição da política de comunicação do PLANO DIRETOR MUNICIPAL, de forma a:

- ✓ criar uma consciência coletiva sobre a necessidade de participar e apoiar o plano;
- ✓ explicar de forma clara o propósito do processo de planejamento e seus conceitos mais significativos;
- ✓ difundir os conteúdos e resultados do processo de planejamento;
- ✓ envolver os diversos meios de comunicação da cidade na difusão do processo de planejamento.

Nesse sentido, além das três Audiências Públicas estabelecidas pelo Termo de Referência, os relatórios produzidos pela consultoria foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para consulta e sugestões durante o processo de elaboração do plano, assim como foram realizadas reuniões com segmentos específicos da sociedade para o esclarecimento de dúvidas durante a elaboração do plano. A programação das Audiências Públicas foi estruturada em duas partes:

- ✓ 1ª - exposição pela equipe contratada sobre a etapa em andamento do Plano e,
- ✓ 2ª - realização de dinâmicas de grupo com o objetivo de garantir uma efetiva participação da população. As dinâmicas de grupo se realizada nas quatro audiências públicas diferenciadas segundo o objetivo de cada uma delas:
 - 1ª Audiência – objetivo: informativo e de percepção – informações sobre o plano diretor para a população, de suas etapas e da forma de condução do processo participativo;
 - 2ª Audiência – objetivo: confronto do diagnóstico técnico da equipe com a percepção da população sobre o município;



- 3ª Audiência – objetivo: discussão das propostas e diretrizes assim como da legislação básica municipal, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal.
- 4ª Audiência – objetivo: discussão do plano de ação e investimentos, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal.



1 ASPECTOS REGIONAIS

1.1 Contextualização do município

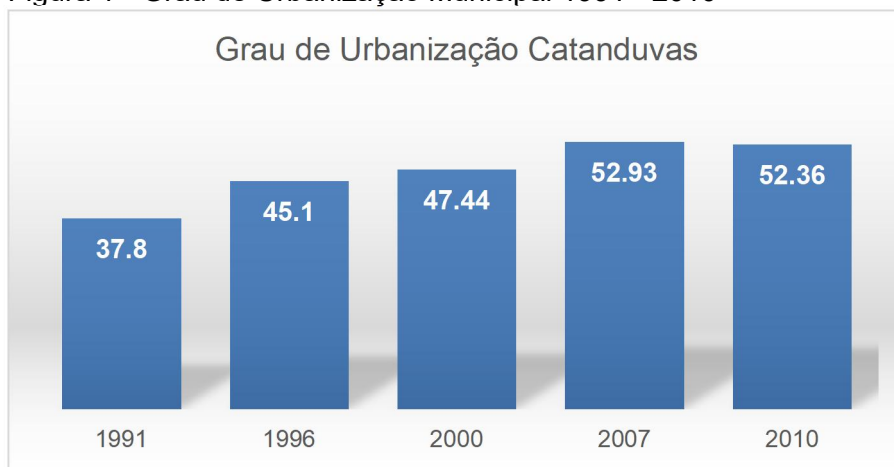
Localizado na região Oeste do Paraná como parte do Planalto de Guarapuava, a área que compõe o perímetro do município de Catanduvas pertencia inicialmente à Guarapuava, sendo denominado Distrito pela Lei Estadual 1389/1914, apenas na década de 60 foi constituído o Município de Guarapuava pela Lei Estadual 4245/1960, tendo como Prefeito nomeado o Sr. Antônio Vargas. O município de Catanduvas foi instalado em 08 de dezembro de 1961, tendo como primeiro prefeito eleito, o Sr. Augusto Gomes de Oliveira Júnior (IBGE, 2022).

Catanduvas foi escolhida para ser um quartel-general na revolução de 1924 por ser uma das poucas cidades do país a possuir telégrafo, com isso a cidade foi palco para várias batalhas e conflitos que objetivavam retirar da Presidência da República Arhur Bernardes, tal participação permanece viva na memória da cidade que, ainda hoje possui locais que remetem a tal época, transformados em pontos turísticos (Catanduvas, 2022).

Sua colonização é consequência do fluxo migratório agrário constituídos por descendentes europeus e da áreas cafeeiras do norte do Paraná. (IBGE, 2022).

O Município de Catanduvas tem apresentado, historicamente, um crescimento urbano progressivo, no entanto, observa-se que no último censo realizado houve uma pequena queda percentual, conforme observa-se na figura a seguir.

Figura 1 - Grau de Urbanização Municipal 1991 - 2010



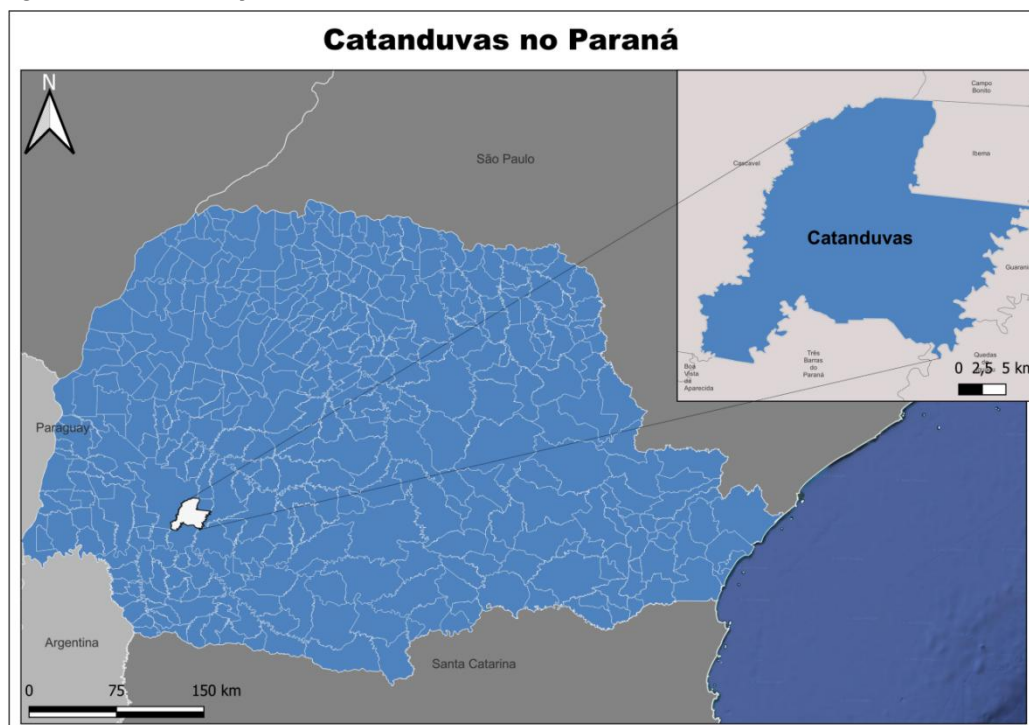
Fonte: IPARDES(2022a) adaptado por CTMGEO, 2022.



1.2 Localização e Acessos

O Município se localiza na região oeste do Estado do Paraná, com altitude de 680 metros acima do nível do mar, e coordenadas geográficas de Latitude 25°11'47" S e Longitude 53°09'13" W (IPARDES, 2022). O território municipal contempla uma área de 587,257km² (IPARDES, 2022b), fazendo divisa com municípios de Campo Bonito e Ibema a Norte, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu a Sul, Guaraniaçu a Leste e Cascavel a Oeste (Figura 2).

Figura 2 - Localização do município no Paraná



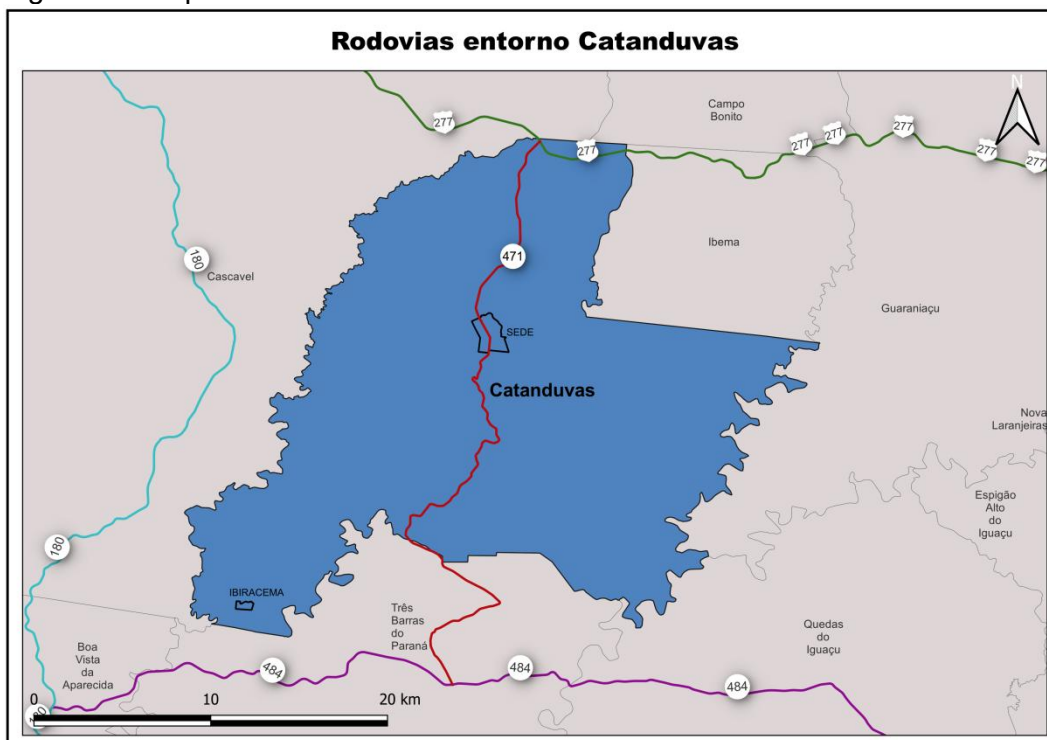
Fonte: CTMGEO, 2022.

O acesso à Catanduvas se dá pela PR-471 que corta o município de Norte a Sul fazendo ligação a Norte com a BR-277 e a Sul com a PR-484 (Figura 3).

A BR-277, inaugurada em 1969, corta o Paraná no sentido leste-oeste e possibilita o escoamento de milhões de toneladas anuais de produtos agropecuários, destaca-se ainda por sua importância para a economia, seu valor estratégico, político, social e turístico (DER 2022).



Figura 3 – Mapa de Rodovias entorno de Catanduvas



Fonte: DER(2022) adaptado por CTMGEO, 2022.

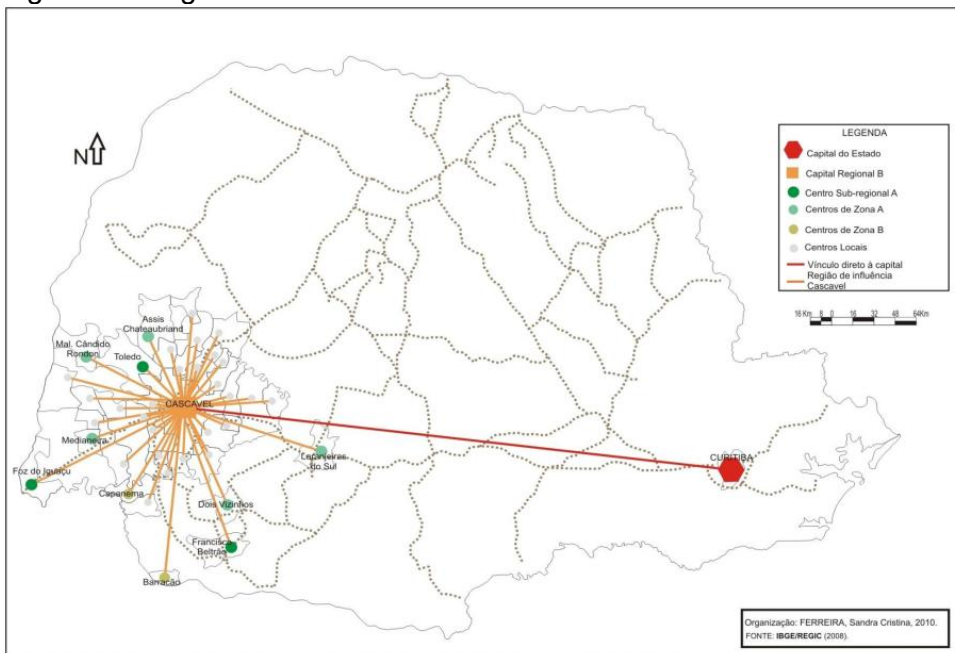
1.3 Centralidade e Relação com Municípios Vizinhos

A Centralidade em relação aos Municípios Vizinhos pode ser entendida como a capacidade de um Município de dispor bens e serviço variados de modo que atendam a região imediatamente próxima que não possui a mesma oferta, essa percepção física contribui para a compreensão das diferentes formas de organização espacial da sociedade (IPEA, 2000).

Cascavel destaca-se Capital Regional B (Figura 4) a partir de 2007, sendo que alguns estudos apontam a aglomeração bipolarizada entre Cascavel e Toledo, que se classifica como Centro Sub-regional A (Ferreira, 2011).



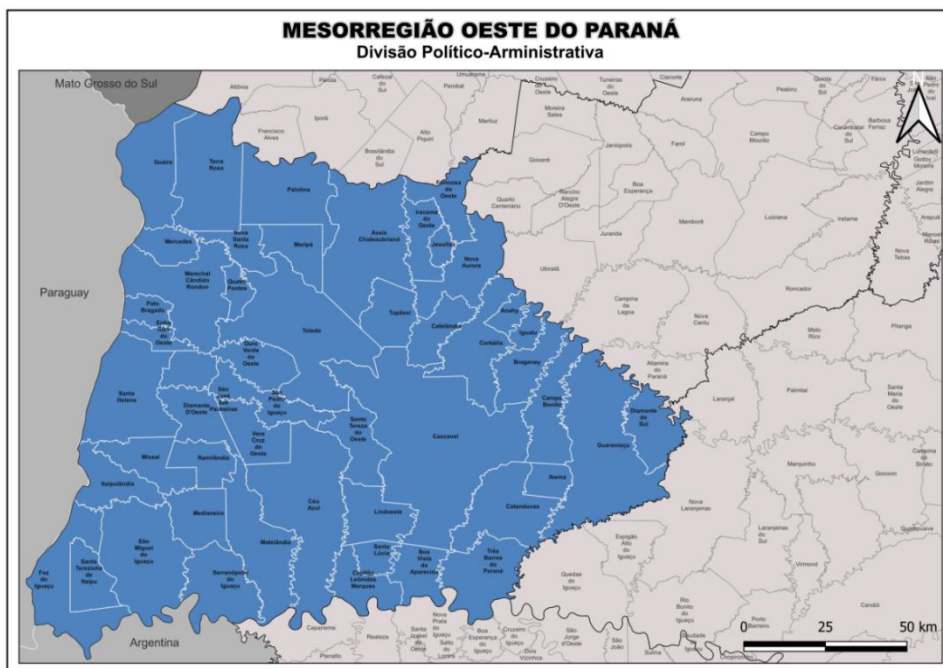
Figura 4 – Região de influência de Cascavel - 2007



Fonte: Ferreira (2011).

A cidade de Catanduvas está localizada na Mesorregião Oeste Paranaense (Figura 5), que pertence ao Terceiro Planalto Paranaense e é composta por 50 municípios dos quais se destacam Cascavel, Foz do do Iguaçu e Toledo devido as suas dimensões populacionais e níveis de polarização (IPARDES, 2003).

Figura 5 – Mesorregião Oeste Pranaense



Fonte: CTMGEO, 2022.

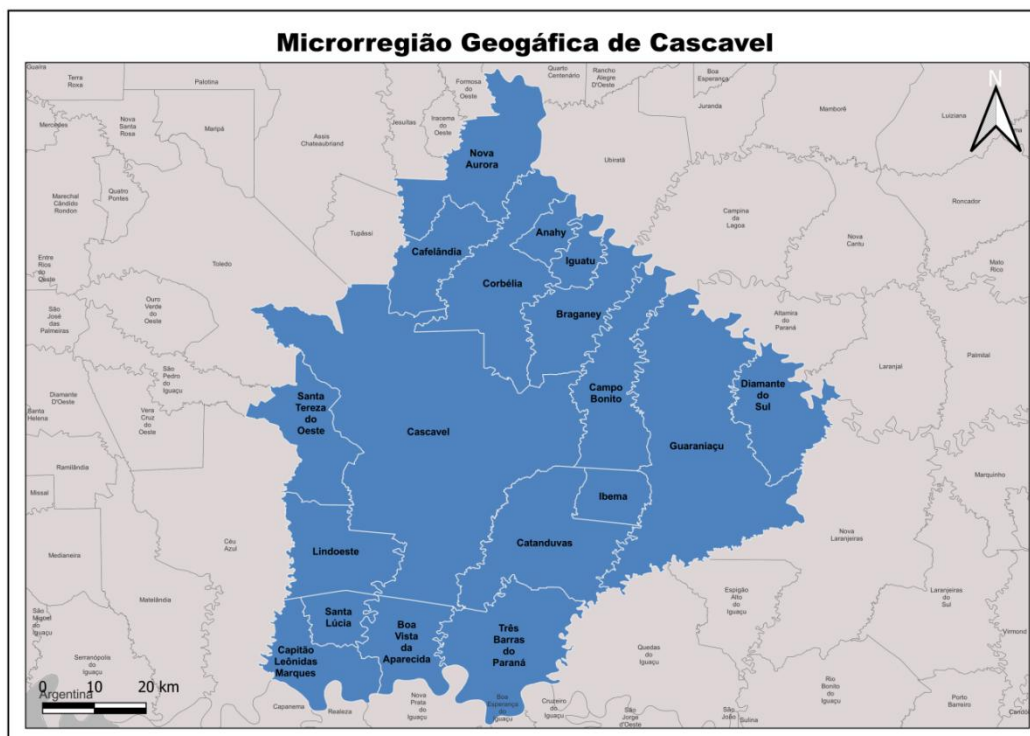


1.3.1 Microrregião Geográfica Cascavel

Uma Microrregião consiste em um agrupamento de Municípios limítrofes, formando uma unidade territorial, que sofrem as semelhantes influências político administrativas, econômicas, étnicas, tem como finalidade gerar integração e organização para o planejamento e execução de funções públicas e devem ser definidas por Lei Complementar Estadual, (MOREIRA, 1989)

A Microrregião Geográfica Cascavel, segundo IPARDES (2000), é integrante da Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Compõe-se por 18 municípios, sendo eles: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná, conforme demonstra a Figura 6.

Figura 6 – Municípios integrantes da Microrregião Geográfica Cascavel



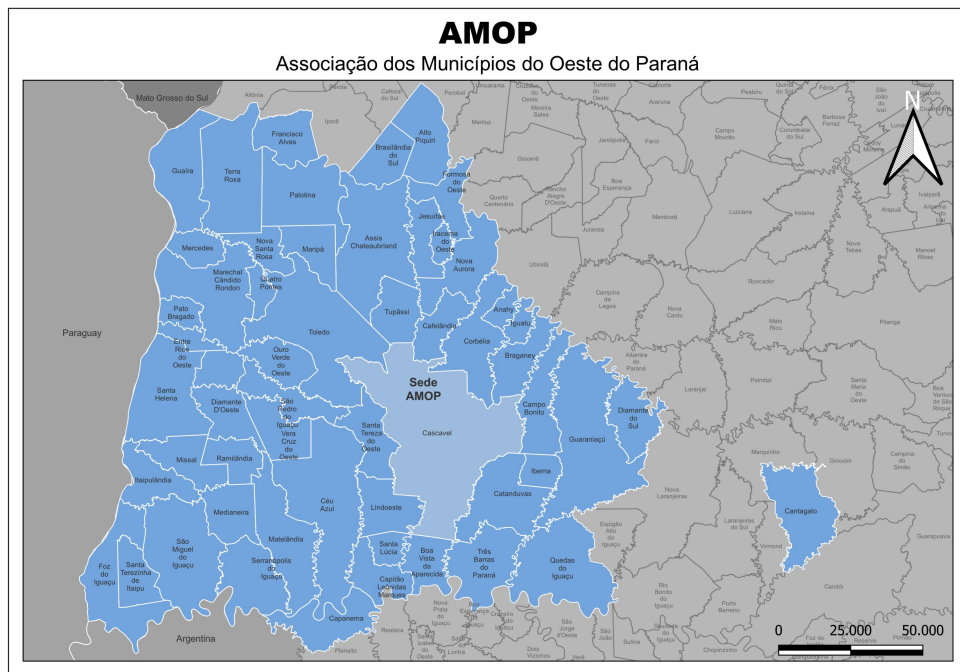
Fonte: CTMGEO, 2022.



1.3.2 Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

Associação fundada em 1969, atua ativamente para conquistas regionais sendo reconhecida como a maior e umas das mais organizadas entidades municipalistas do Estado do Paraná. Sediada em Cascavel, a AMOP gera interação com as administrações públicas com o intuito de dar suporte em áreas técnicas estratégicas para o bom andamento das atividades públicas, dando atenção especial às prefeituras de menor porte. É composta de 57 municípios (Figura 7), sendo eles: Alto Piquiri, Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campo Bonito, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Francisco Alves, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Ubitatã e Vera Cruz do Oeste (AMOP, 2019).

Figura 7 – Municípios pertencentes a AMOP.



Fonte: CTMGEO, 2022.



A AMOP oferece aos municípios associados assessoria jurídica, de planejamento e de imprensa. Além disso, dispõe de moderno auditório e amplas dependências do departamento administrativo. Um dos veículos automotores da AMOP está emprestado ao Hospital Universitário, prestando importantes serviços ao Banco de Aleitamento Materno (AMOP, 2019).

A Assessoria Jurídica contribui de forma inestimável para aproximar assessores e procuradores jurídicos das novidades impostas com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, promovendo cursos, seminários, palestras e rodadas de conversa para a troca de ideias e unificação de procedimentos. Mesma atenção foi dispensada com a aproximação proporcionada pela AMOP junto a prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (AMOP, 2019)

A Assessoria de Planejamento elabora gratuitamente projetos para os municípios filiados à entidade, concretizando importantes aspirações que antes não seriam possíveis. São desenvolvidos projetos de caráter urbanístico e social principalmente para as prefeituras de pequeno porte e menor IDH. Também acompanha o andamento de obras executadas pelo governo do Estado através do programa Paraná Urbano (AMOP, 2019).

A Assessoria de Imprensa produz anualmente o Calendário Regional de Eventos, um apanhado das principais festas, confraternizações, exposições e feiras realizadas em todos os 54 municípios da área de abrangência (AMOP, 2019).

1.3.3 Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu

A Cantuquiriguaçu é a Associação dos Municípios se se localizam nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu, o que veio a definir o nome da entidade. É composta por 20 municípios do Meio Centro Oeste do Paraná e objetiva fomentar o desenvolvimento nas cidades associadas. A associação foi fundada em 07 de agosto de 1984 (CANTUQUIRIGUAÇU, 2022).

A partir dos anos 2000, foi incluída a escala territorial nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com isso ouve o estímulo para a organização dos municípios em territórios (IPARDES, 2007).

O território Cantuquiriguaçu (Figura 8) possui uma área de 13.947,73 km², localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense e corresponde a cerca de 7% do território estadual. Faz divisa com o território Paraná Centro a norte e nordeste; território Cascavel

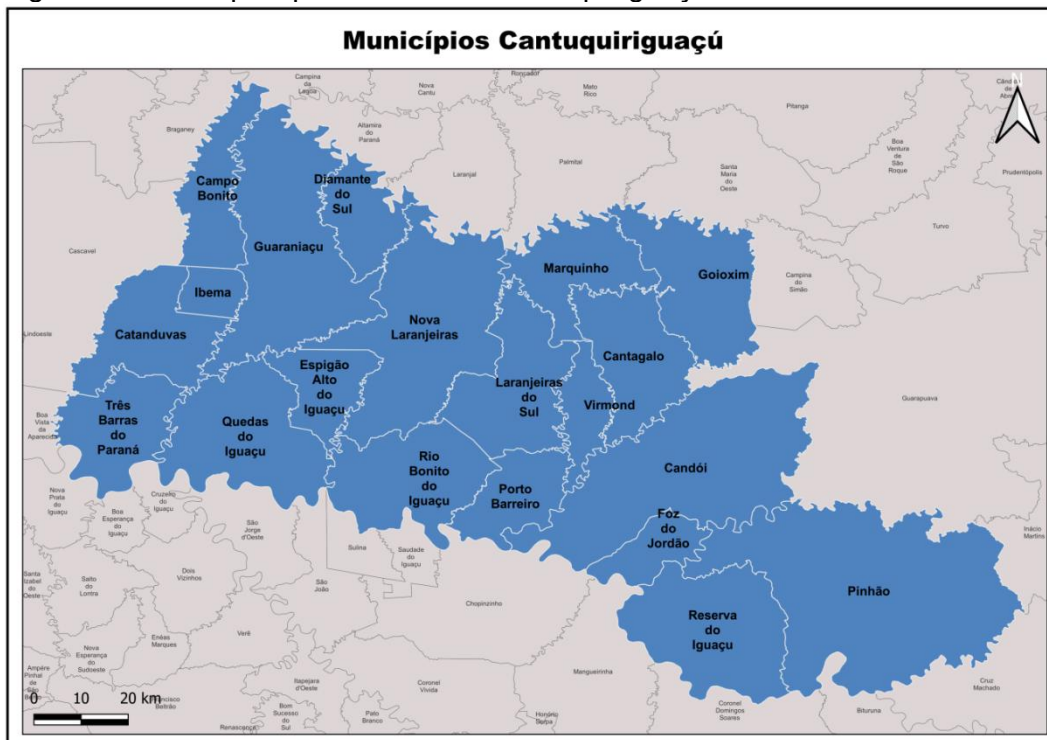


a oeste; Grande Sudoeste a sul; território de União da Vitória a sudoeste e com o território Centro-Sul a leste (IPARDES, 2007).

Fazem parte da Associação as cidade de Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Tres Barras do Paraná e Virmond (CANTUQUIRIGUAÇU, 2022).

O Plano Diretor para o Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu definiu dez diretrizes para orientar ações estratégicas para a região, destacam-se o resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas, geração de postos de trabalho e renda, educação e alfabetização de jovens e adultos, capacitação em todos os níveis e setores, atração e retenção, na região, de profissionais das mais diversas áreas, integração intersetorial dentro dos municípios e na região, parcerias e consórcios intermunicipais, parcerias com entes externos à região, fomento à agroindustrialização na região, otimização no uso da infraestrutura e recursos regionais (CANTUQUIRIGUAÇU, 2022).

Figura 8 – Municípios pertencentes a Cantuquiriguaçu.



Fonte: CTMGEO, 2022.

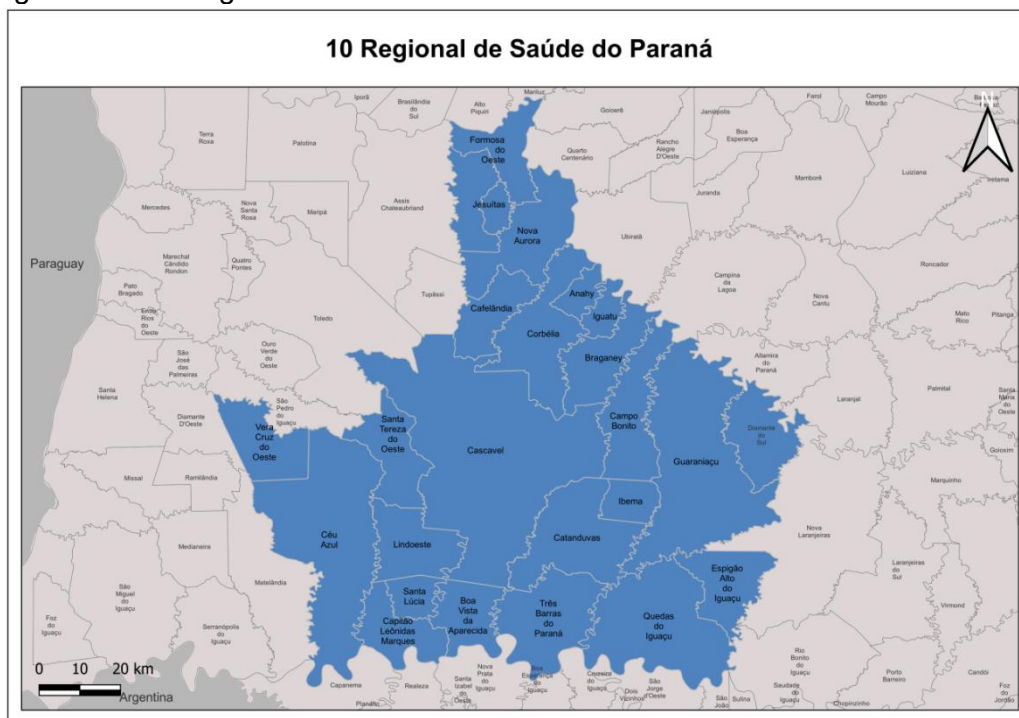


1.3.4 Regional de Saúde

A Regional de Saúde contempla um espaço demográfico contínuo constituído por agrupamento de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e social e redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. (Ministério da Saúde, 2011).

Catanduvas insere-se na 10ª Regional de Saúde – Cascavel (Figura 9), da qual fazem parte 25 municípios: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Formosa do Oeste, Guaraniáçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Nova Aurora, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste (SECRETARIA DE SAÚDE, 2022).

Figura 9 – 10ª Regional de Saúde – Cascavel.



Fonte: CTMGEO, 2022.

1.3.5 Regional de Habitação

A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) é uma empresa de economia mista, fundada em 1965. Tem como campo de atuação a coordenação e execução dos programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná, por meio da articulação com



o Governo Federal, prefeituras e demais órgãos estaduais e iniciativa privada (COHAPAR, 2022).

Escritório Regional de Cascavel atende os seguintes Municípios: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste (COHAPAR, 2022).

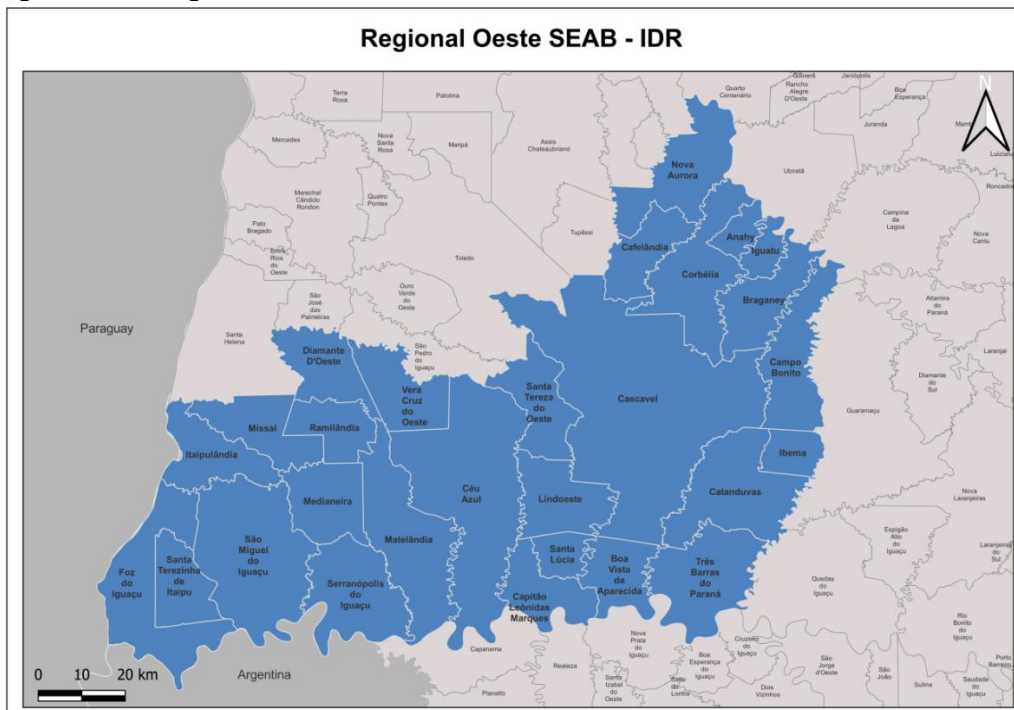
1.3.6 Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER

O IDR-Paraná - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - Iapar-Emater foi criado pela Lei 20121/2019, a partir da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Afroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar). Tem como missão prestar serviço integrado de pesquisa e experimentação agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de fomento no meio rural e de expansão da base de agroecologia para a produção de alimentos de alta qualidade de forma ágil e eficiente (IDR, 2022). O instituto está hierarquicamente ligado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

A regional Oeste da SEAB e do IDR fica localizada na Cidade de Cascavel e atende os seguintes Municípios: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Ibema, Iguatu, Itaipulândia, Lindoeste, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Ramilândia, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste (Figura 10).



Figura 10 – Regional Oeste SEAB.



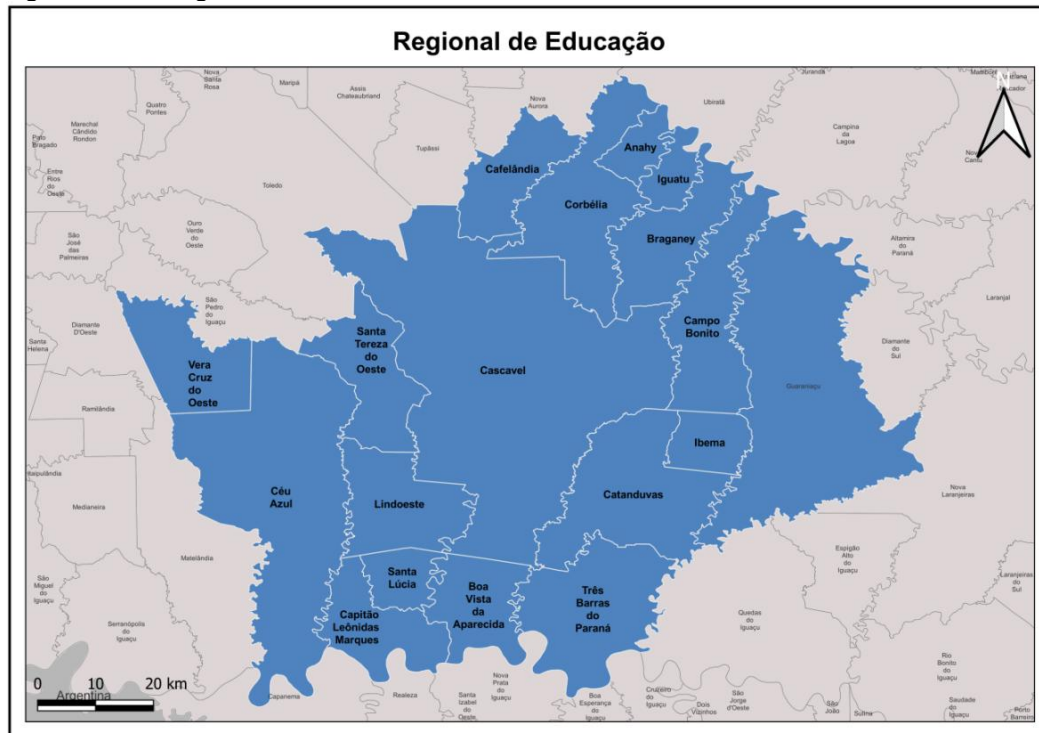
Fonte: CTMGEO, 2022.

1.3.7 Regional de Educação

Cabe à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED, dentre outras funções, a promoção das condições necessárias à universalização das oportunidades de acesso à escolaridade, garantindo ao aluno também a permanência com sucesso na escola; o planejamento, a organização, o acompanhamento e a manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida. A secretaria proporciona o atendimento ao Municípios por meio dos Núcleos Regionais, sendo o Município de Catanduvas atendido pelo Núcleo Regional de Cascavel. Este atende ao todo 18 municípios (Figura 11): Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste (SEED, 2022).



Figura 11 – Regional Oeste SEED.



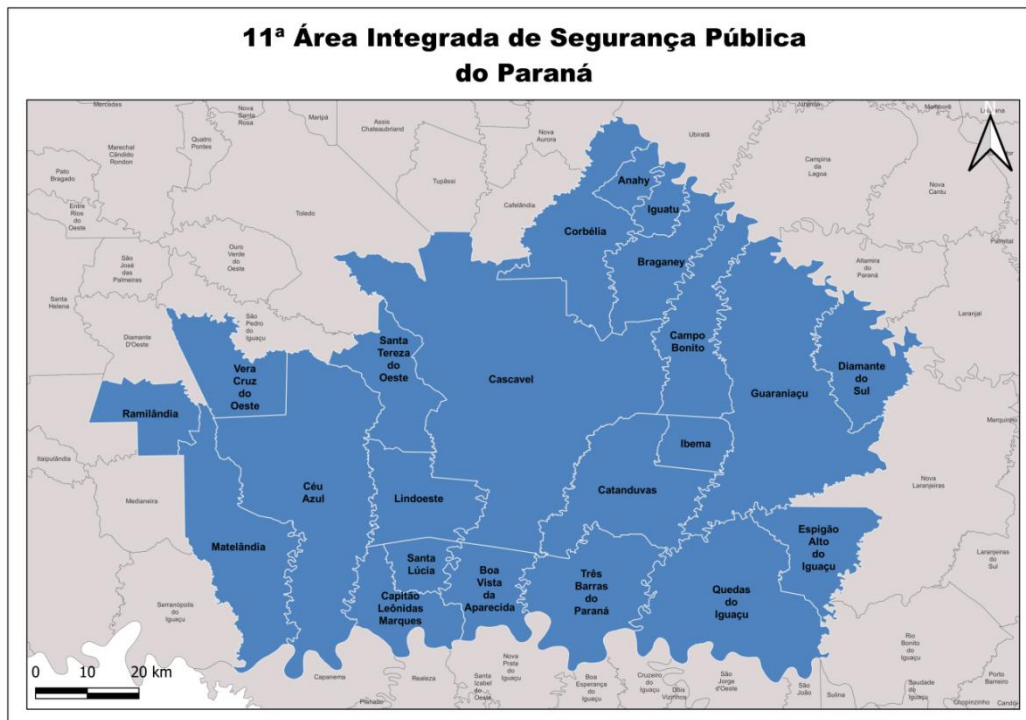
Fonte: CTMGEO, 2022.

1.3.8 Regional de segurança

De modo a gerir estrategicamente o território do Estado, o mesmo foi dividido em 23 Áreas Integradas de segurança Pública (AISP). Cada AISP conjuga as áreas das Delegacias de Polícia Civil com as Companhias PM. O município de Catanduvas pertence à 11ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP), desta fazem parte também as cidades de Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel como sede, Cáu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Matelândia, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste, conforme observa-se da figura a seguir.



Figura 12 – 11ª Área Integrada de Segurança Pública do Paraná.



Fonte: CTMGEO, 2022.



2 ASPECTOS MUNICIPAIS

2.1 Aspectos Físico-Ambientais

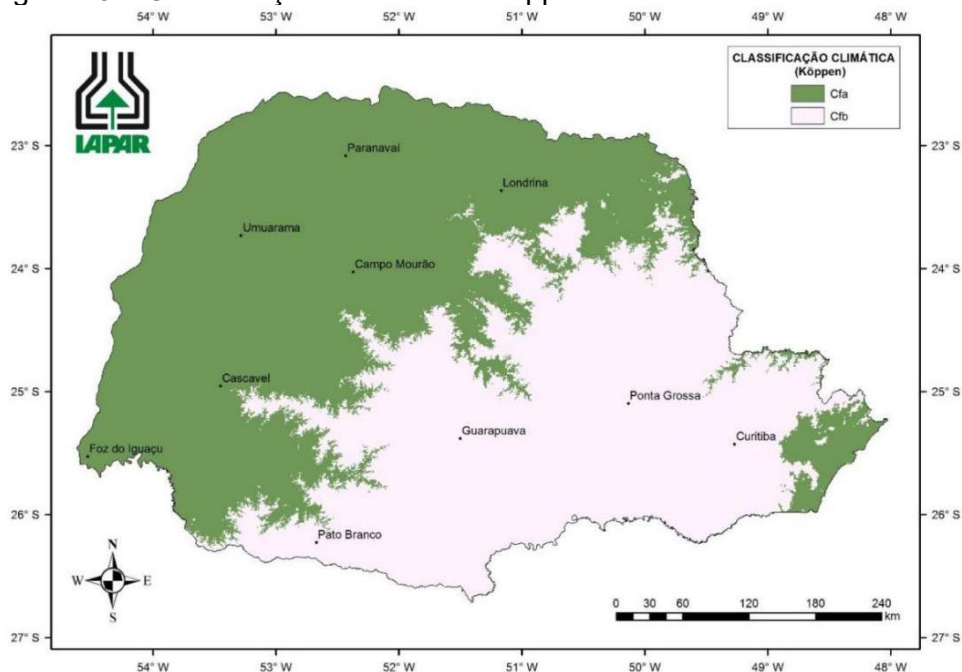
2.1.1 Clima e Ar

O Clima, NITSCHÉ, 2019, é considerado o fator de maior relevância para as atividades agropecuárias, assim sua variação interfere diretamente nas tomadas de decisão de toda a cadeia produtiva, sendo de grande importância conhecer as características climáticas de determinada região e assim entender seu potencial produtivo.

Apresenta-se a seguir informações coletadas do Atlas Climático do Estado do Paraná quanto a Classificação Climática de Köppen; Precipitação; Temperatura do Ar; Humidade relativa do ar; Diferença entre precipitação e Evapotranspiração potencial.

A Classificação climática mais conhecida é de Köppen, que baseia-se na correlação entre clima e vegetação sendo expressa em letras correspondentes a determinado clima (NITSCHÉ, 2019). Observa-se que o clima de Catanduvas é o Cfa segundo a Classificação de Köppen (Figura 13), que consiste em Clima subtropical, com verão quente (EMBRAPA, 2022).

Figura 13 – Classificação climática de Köppen

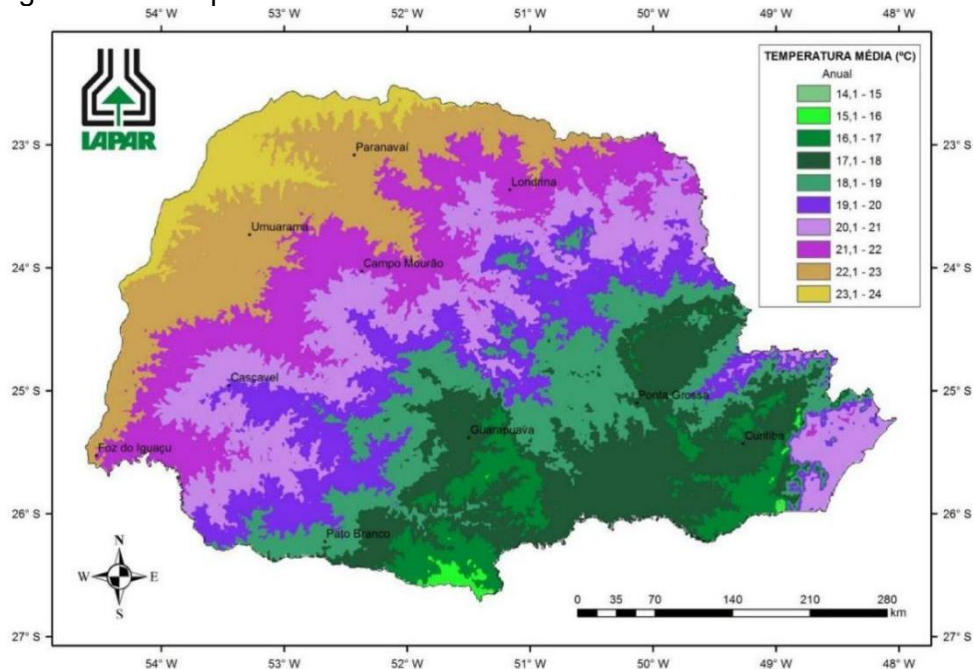


Fonte: NITSCHÉ (2019).



Entende-se como temperatura a a energia cinética gerada pela movimentação entre as moléculas, assim, quanto maior a agitação, maior é a temperatura (NITSCHKE, 2019). A partir da Figura 14 é possível verificar que a temperatura média anual de Catanduvas está entre 18°C e 20°C.

Figura 14 – Temperatura média anual

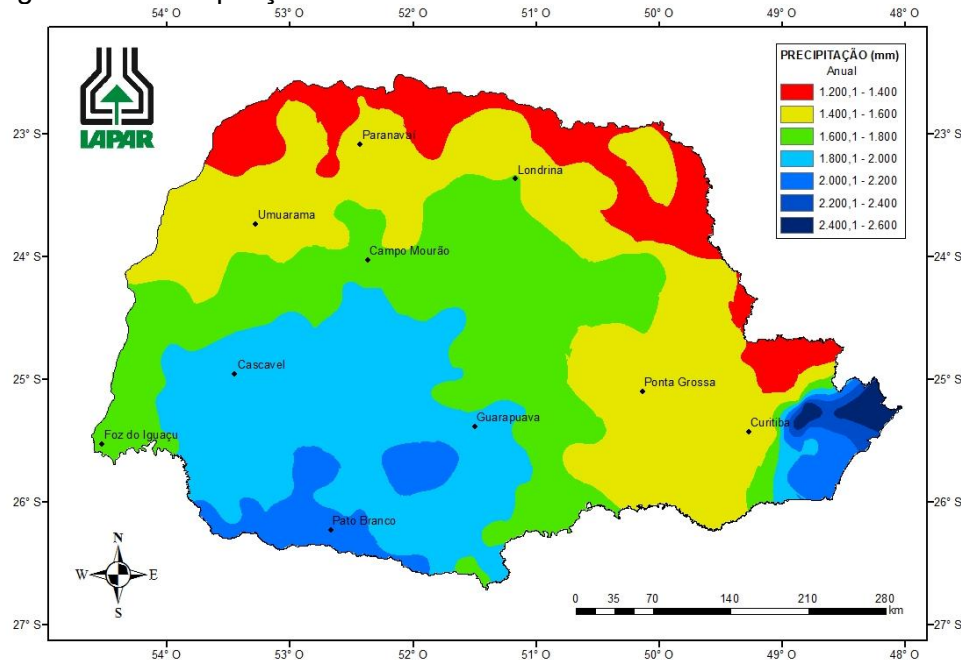


Fonte: NITSCHKE (2019).

Para Nitchke, 2019, a precipitação pode ser definida como qualquer deposição em forma líquida ou sólida proveniente da atmosfera, como chuva, granizo, neve, neblina, chuvisco e orvalho, esta afeta diretamente a produtividade agrícola interferindo no plantio e colheita. A Figura 15 demonstra que a Cidade de Catanduvas apresenta um índice anual entre 1800mm a 2000mm.



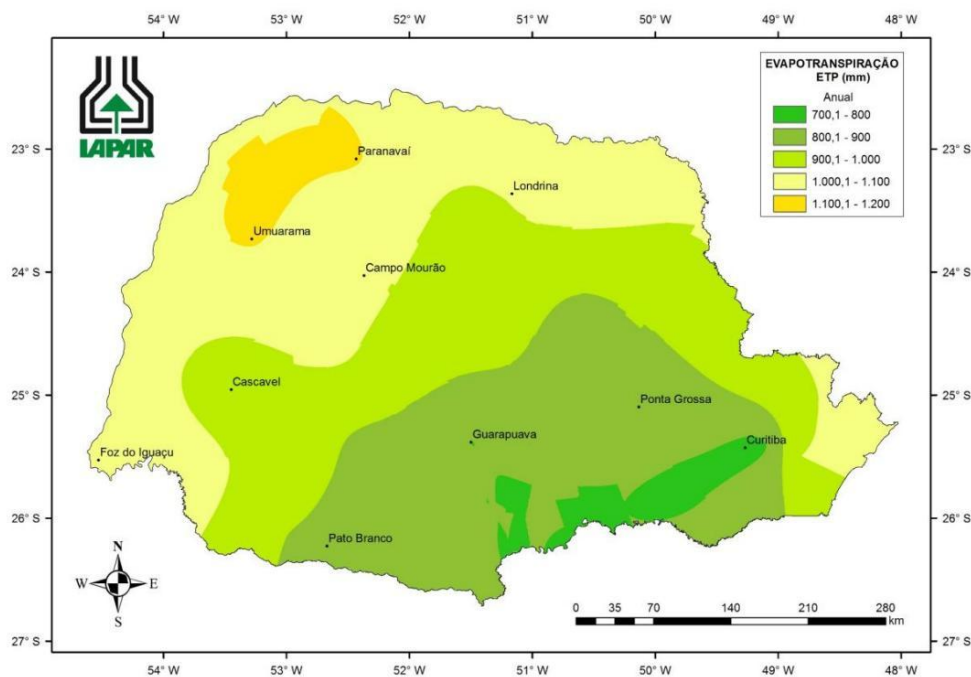
Figura 15 – Precipitação média anual



Fonte: NITSCHÉ (2019).

Já a Evapotranspiração potencial (NITSCHE, 2019), é a troca de água de uma superfície e a atmosfera através da evaporação e transpiração, esta informação permite dimensionar os sistema de irrigação para determinada região. Na região de Catanduvas a evapotranspiração encontra-se entre 900mm e 1000mm (Figura 16).

Figura 16 – Evapotranspiração média anual

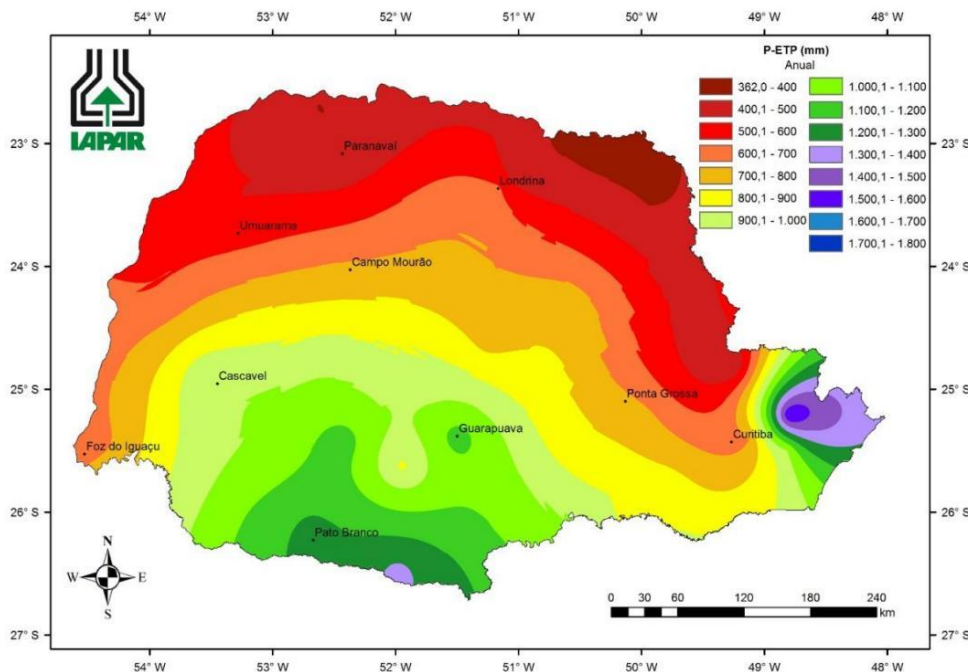


Fonte: NITSCHÉ (2019).



A diferença entre a precipitação e a evapotranspiração representa a disponibilidade hídrica de determinado local e é expressa em milímetros. Em Catanduvas (Figura 17) o índice apresenta-se entre 900mm e 1100mm (NITSCHE, 2019).

Figura 17 – Diferença entre Precipitação e Evapotranspiração - média anual

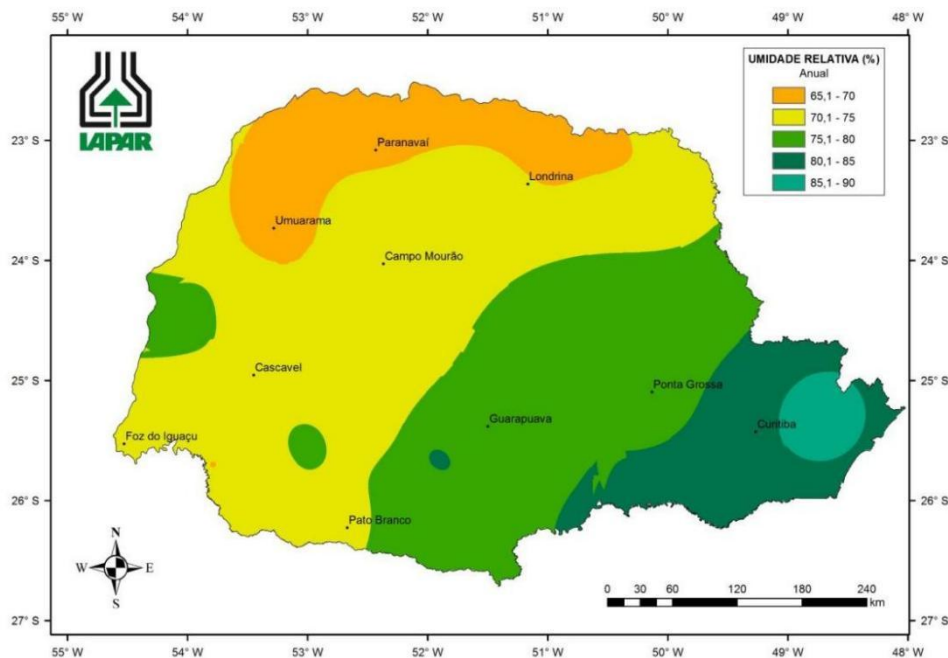


Fonte: NITSCHE (2019).

A umidade relativa do ar, expressa em percentual (%), demonstra a quantidade de vapor d'água existente na atmosfera em um determinado momento, considerando o valor máximo de vapor d'água que poderia ser contido no ar quando em temperatura ambiente, o valor pode mudar com a alteração da temperatura e pela variação do vapor d'água presente na atmosfera (NITSCHE, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde sinaliza que a umidade relativa do ar abaixo de 30% podem variar de estado de atenção à estado de emergência, entre 30% e 60% é classificado como não recomendado à saúde, e acima de 60% é considerado indicado para a saúde humana (SARAIVA *et al*, 2017). A Média anual de Umidade Relativa da Cidade de Catanduvas, segundo Nitsche (2019) fica entre 70,1% e 75% conforme demonstrado na Figura abaixo.



Figura 18 – Média Anual da Umidade Relativa



Fonte: NITSCHKE (2019).

A partir de análise realizada entre 16 cidades do estado, identifica-se que Cascavel apresenta, junto com Clevelândia e Ponta Grossa, as maiores velocidades médias mensais e anuais de ventos, com valores acima de 3ms^{-1} , com episódios de ventos com velocidades superiores a 8ms^{-1} . Na Cidade de Cascavel ocorre, sem mudanças significativas, a predominância do vento nordeste (ELY;PEREIRA, 2011), conforme representado na Figura 19.

Figura 19 – Direção predominante do vento



Fonte: Catanduvas, 2007a.



2.1.2 Solo e Subsolo

2.1.2.1 Geomorfologia e Geologia

A região de Catanduvas localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava (Figura 20), possui aproximadamente 350km de extensão no sentido Leste-Oeste e 150km no sentido Norte-Sul. Localiza-se entre os Rios Piquiri e Iguçu, limitado, a leste, pela serra da Boa Esperança (PALHARES, 2011). Ainda segundo o autor, o Terceiro Planalto apresenta-se como uma região levemente ondulada, com chapadas e encostas suaves.

Figura 20 – Distribuição dos Planaltos Paranaenses



Fonte: Palhares, 2011.

O Terceiro Planalto Paranaense foi formado por meio de derrames de lavas basálticas, composta principalmente por rochas ígneas vulcânicas como basaltos toleíticos e andesitos basálticos (MANASSES, et al, 2001).

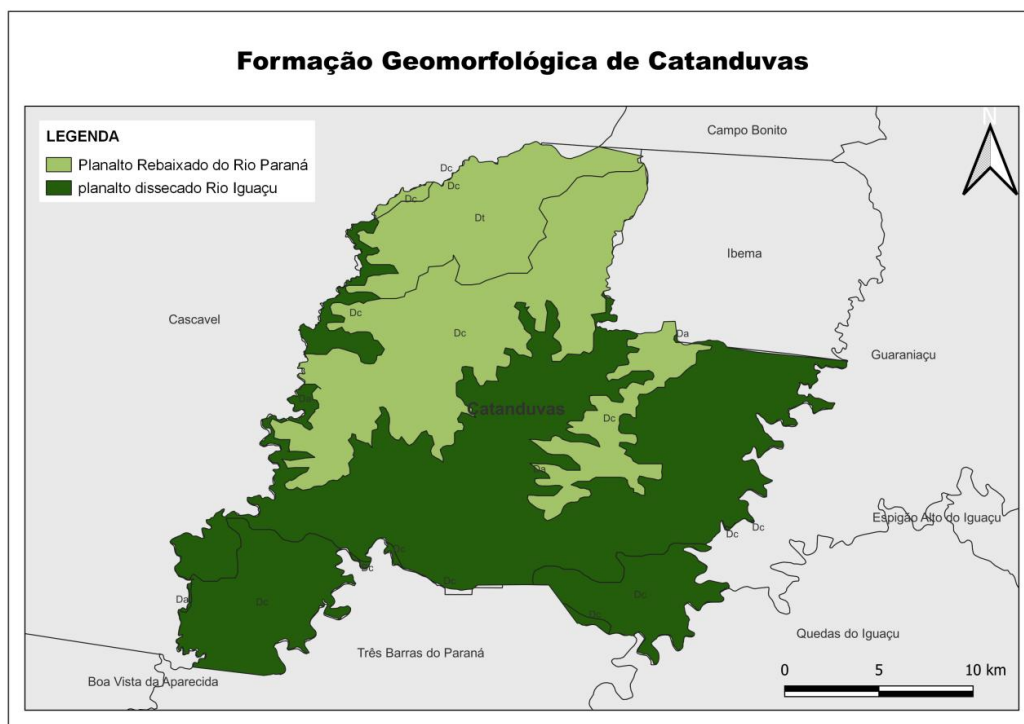
Catanduvas está localizada na formação geológica definida como Serra Geral, o estudo da MINEROPAR e CPRM (2006), divide as rochas da Formação Serra Geral



ordem. Com pouca incidência, à norte, encontra-se a formação homogênea tubular (Dt), que são um conjunto de formas de relevo de topos tubulares, conformando feições de rampas suavemente inclinadas e lombas esculpidas em coberturas sedimentares inconsolidadas, denotando eventual controle estrutural.

Os Planaltos Dissecado Rio Iguaçu, é caracterizado por apresentar relevo dissecado com vales profundos e encostas em patamares, possui a drenagem como o principal agente erosivo. A forma do relevo se dá por um interflúvio estreito, de topo plano ou levemente convexizado, rompido por uma vertente de forte declividade, caracterizando-se, as vezes, como escarpa. Neste encontra-se característica homogênea aguçada (Da), que são formas de relevo de topos estreitos e alongados, esculpidas em rochas cristalinas e, eventualmente, em sedimentos, denotando controle estrutural e definidas por vales encaixados. Encontra-se também o Dissecado homogêneo (Dc) citado anteriormente. A distribuição dos Planaltos no município pode ser observado a partir da Figura que segue.

Figura 22 – Formação Geomorfológica Catanduvas



Fonte: IBGE, 2022g, adaptado por CTMGEO, 2022.

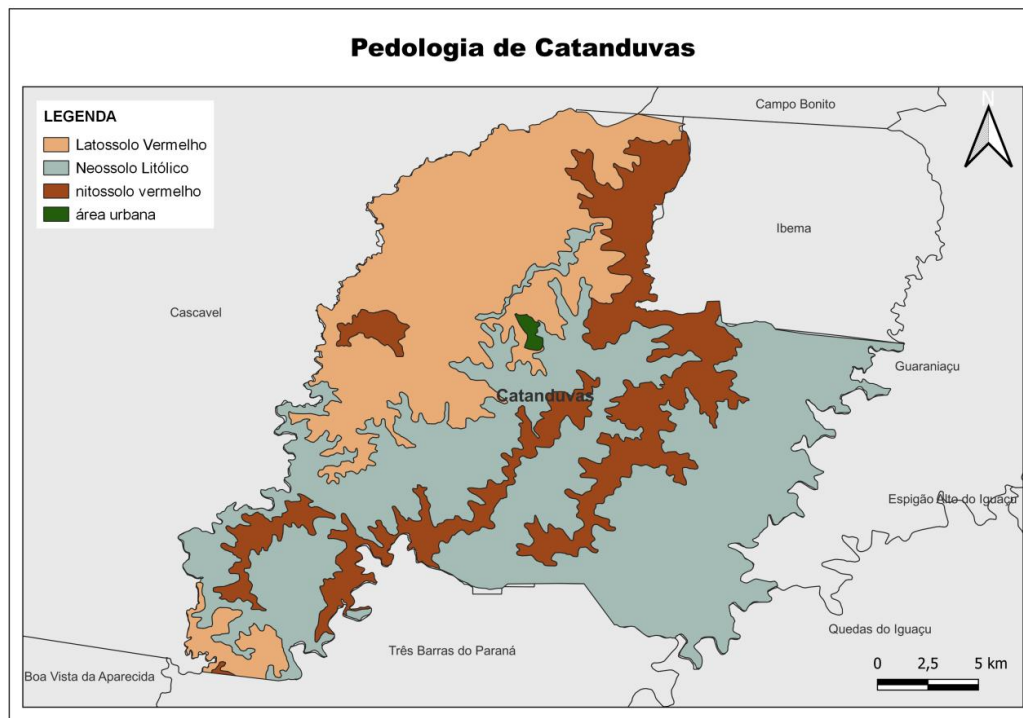
Quanto à Pedologia municipal, são encontrados quatro tipos diferentes de solo, e seguem a classificação do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Figura 23), são eles: Latossolo Vermelho Distroférico (LVdf), que possui textura argilosa, somado ao



terreno suave ondulado e ondulado; Nitossolo Vermelho Distroférico (NVdf), possui textura muito argilosa e relevo ondulado; Neossolo Litólico Chernossólico (RLm), textura média e argilosa com relevo forte ondulado e montanhoso.

Pedologia

Figura 23 – Pedologia Catanduvas



Fonte: IBGE, 2022g, adaptado por CTMGEO, 2022.

2.1.3 Cobertura Vegetal

Para compreensão da relação das comunidades com o local onde residem é importante o entendimento dos Biomas e Ecossistemas. Entende-se como Bioma, as regiões que possuem climas, história geológica e vegetação similares de modo que sejam caracterizados por meio disso, ou seja conjunto de vida vegetal e animal caracterizado pelo tipo de vegetação dominante. Já os Ecossistemas são os locais em que os organismos vivem dentro das suas necessidades de físicas (calor, pressão, regime de chuva) e fatores biológicos (seres vivos: plantas e animais). No Paraná são identificados dois, entre os sete existentes no Brasil, sendo eles o Cerrado e a Mata Atlântica (SEED, s/d).

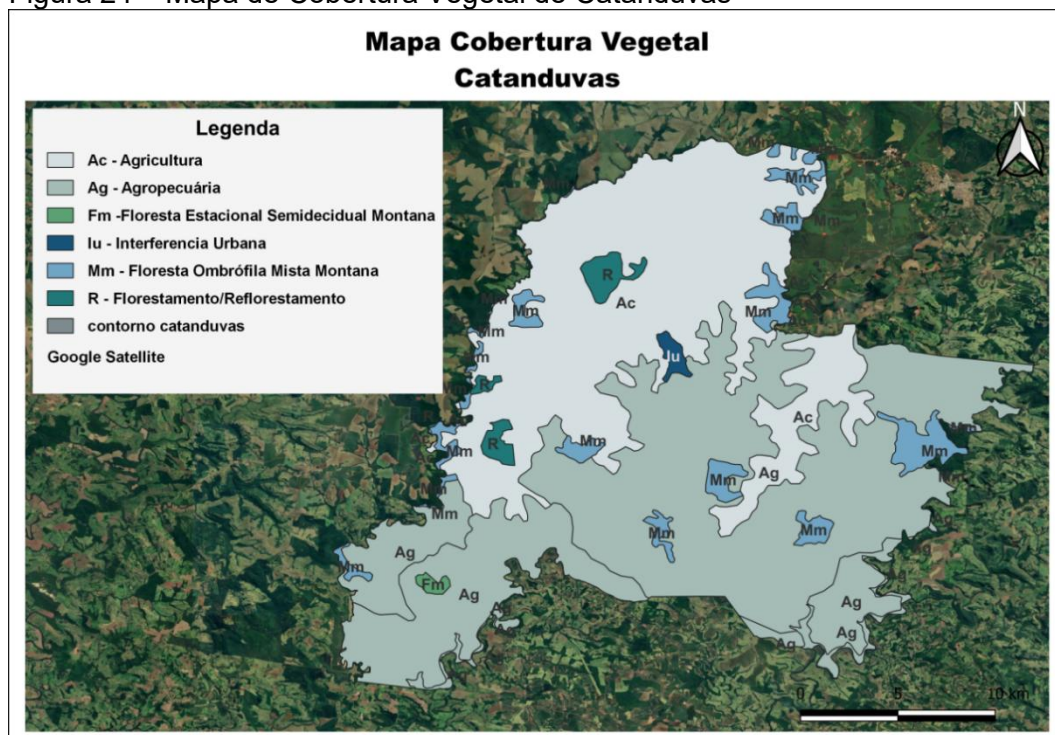
Segundo o mapa de Biomas e sistema costeiro marinho do IBGE (2022g), o Paraná encontra-se no Bioma Mata Atlântica e apresenta oito regiões fitogeográficas típicas, sendo que o Município de Catanduvas contempla as seguintes classificações de



cobertura vegetal: Fm - Floresta Estacional Semidecidual Montana; Mm - Floresta Ombrófila Mista Montana; lu -- Influência Urbana; Ac - Agricultura; R - Florestamento/Reflorestamento; Ag - Agropecuária .

A Figura a seguir apresenta a disposição geográfica da cobertura vegetal no território do Município de Catanduvas, sendo possível perceber a predominância de área destinada à Agropecuária (54,40%), a segunda maior ocupação corresponde à Agricultura (37,83%). As áreas de Floresta Ombrófila e Floresta Estacional somadas correspondem a 5,88% do território. Existe área correspondente à Florestamento/Reflorestamento ocupando 1,47% do território municipal, já a área urbana do Município (lu - Influência Urbana) corresponde a apenas 0,47% do território de todo o município (Figura 24).

Figura 24 – Mapa de Cobertura Vegetal de Catanduvas



Fonte:

Fonte: IBGE, 2022g, adaptado por CTMGEO, 2022.

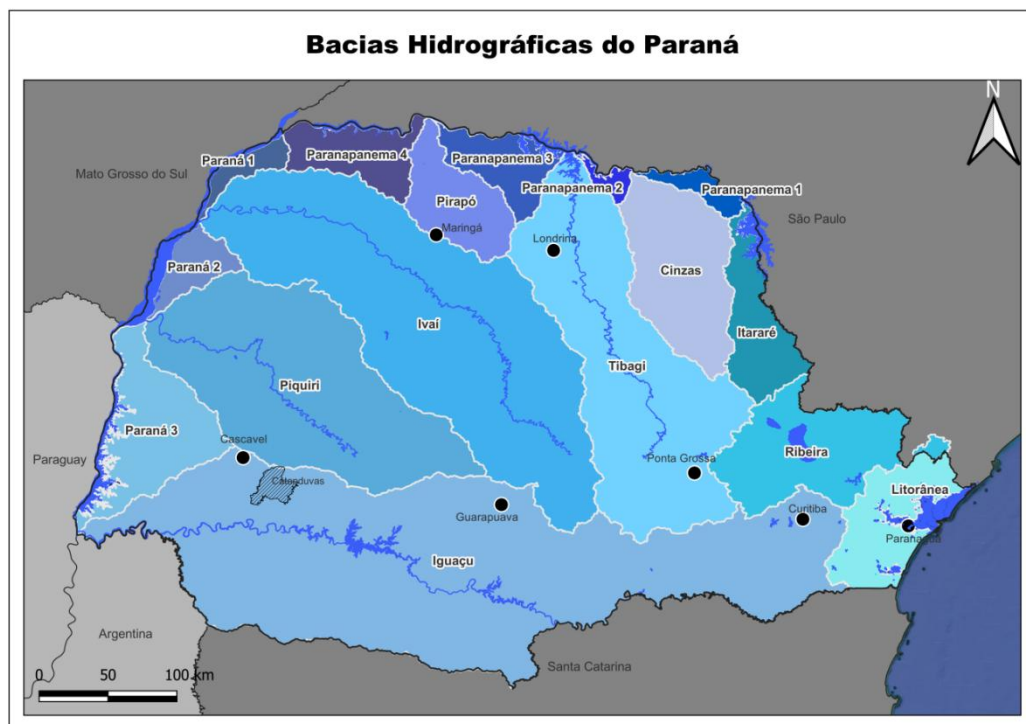
2.1.4 Hidrografia

Bacias hidrográficas são entendidas como uma região hidrográfica limitada por um divisor de águas. De modo a identificar a área de atuação e gestão de Recursos Hídricos, atendendo a legislação e os aspectos relacionados a disponibilidade e a qualidade de



água, o Estado do Paraná foi dividido, a partir da Resolução nº24/2006/SEMA, em 16 Bacias Hidrográficas, sendo elas: Litorânea, Iguaçu, Ribeira, Itararé, Cinzas, Tibagi, Ivaí, Paranapanema 1, Paranapanema 2, Paranapanema 3, Paranapanema 4, Pirapó, Paraná 1, Paraná 2, Paraná 3 Piquiri (SEMA, 2013). No figura a seguir são apresentadas as Bacias Hidrográficas, constando a localização de cidades que são destaque no estado e Catanduvas que é o objeto desta análise.

Figura 25 – Mapa de Bacias Hidrográficas do Paraná com localização Catanduvas



Fonte: CTMGEO, 2022.

Para melhor gestão dos recursos hídricos, contando com critérios fisiográficos, as características sócio-econômicas e de uso e ocupação do solo, as bacias hidrográficas foram reorganizadas em 12 Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Cidade de Catanduvas localiza-se na Bacia Hidrográfica do Iguaçu, na Unidade Hidrográfica do Baixo Iguaçu contando com aproximadamente 1,1% da área da Bacia (SEMA, 2013), a figura a seguir apresenta as Unidades Hidrográficas com a localização de Catanduvas e de algumas cidades que são destaque no estado.



Figura 26 – Mapa de Unidades Hidrográficas do Paraná com localização Catanduvas



Fonte: CTMGEO, 2022



3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 Demografia Municipal

Com o intuito de compreender a dinâmica populacional do Município de Catanduvas, apresenta-se a seguir (Tabela 1) os dados populacionais disponibilizados pelo IBGE por meio dos censos demográficos dos anos de 1991, 2000, 2010 e estimativa populacional do IPARDES para 2032. Considerando que em anos anteriores houve desmembramento de áreas significativas do município, os dados apresentados correspondem a períodos em que o município possui características territoriais semelhantes.

Tabela 1 – Evolução da população por localização urbana/rural

| ANO | POP. URBANA | | POPULAÇÃO RURAL | | POPULAÇÃO TOTAL |
|--------------------|-------------|------|-----------------|------|-----------------|
| | HAB. | % | HAB. | % | |
| 1991 | 3.712 | 37,8 | 6.109 | 62,2 | 9.821 |
| 2000 | 4.944 | 47,4 | 5.477 | 52,6 | 10.421 |
| 2010 | 5.342 | 52,4 | 4.860 | 47,6 | 10.202 |
| 2032 (projeção) | - | - | - | - | 10.214 |

Fonte: Baseado em IBGE (1992, 2001, 2011); IPARDES (2022b), adaptado por CTMGEO, 2022.

Observa-se que houve crescimento populacional de 600 habitantes em nove anos, no entanto, a partir do ano 2000, tem havido um decréscimo da Taxa de Crescimento Populacional (TCG) de -0,21 (IPARDES, 2022) entre os anos de 2000 e 2010, e há uma pequena projeção de crescimento para os próximos anos.

Um fator importante a ser considerado é que no ano de 2006 houve a implementação da Penitenciária Federal, gerando grande movimentação de pessoas durante a execução da obra, segundo o PMD (2008) houve prosperidade e geração de empregos durante este período e estima-se a migração de mais de 3.000 pessoas, no entanto, com o fim das obras, houve aumento no desemprego devido ao excedente de mão-de-obra.

Quanto a distribuição da população no território municipal, houve uma deslocamento da população para a área urbana, visto que em 1991 esta era de 37,8% e em 2010 passa a ser de 52,4%.

Ao analisar por gênero (Tabela 2), é possível perceber que há uma pequena predominância da população masculina no município, sendo dividida quase que



igualmente entre rural e urbana. Já a população feminina se concentra em maior parte (54,73%) na área urbana.

Tabela 2 – Evolução populacional por gênero e por localidade Rural/Urbana

| ANO | FEMININO | | | | MASCULINO | | | | POP. TOTAL |
|-----------------|----------|------|-------|-------|-----------|------|-------|-------|------------|
| | POP. | % | URB | RURAL | POP. | % | URB | RURAL | |
| 1991 | 4.793 | 48,8 | 1.895 | 2.898 | 5.028 | 51,2 | 1.817 | 3.211 | 9.821 |
| 2000 | 5.126 | 49,2 | 2.510 | 2.616 | 5.295 | 50,8 | 2.434 | 2.861 | 10.421 |
| 2010 | 5.010 | 49,1 | 2.742 | 2.268 | 5.192 | 50,9 | 2.600 | 2.592 | 10.202 |
| 2032 (projeção) | 4.913 | 48,1 | - | - | 5.301 | 51,9 | - | - | 10.214 |

Fonte: Baseado em IBGE (1992, 2001, 2011); IPARDES (2022b), adaptado por CTMGEO, 2022.

A Densidade Demográfica é um dado utilizado para analisar a ocupação humana em um dado território, visa compreender o contingente populacional e os motivos que levam às aglomerações, identificando assim a qualidade de vida, oferta de emprego e

3.1.1 Densidade Demográfica

A Densidade Demográfica é um dado utilizado para analisar a ocupação humana em um dado território, visa compreender o contingente populacional e os motivos que levam às aglomerações, identificando assim a qualidade de vida, oferta de emprego e crescimento populacional. A Densidade é medida pela quantidade de habitantes dividida pela área local, com resultados apresentados em habitante por área (INFOESCOLA, S/D).

Considerando o último Censo do IBGE em 2010, o Município de Catanduvas possuía área total de 58725,4ha e 10.202 habitantes, tendo como densidade municipal 1,754 hab/ha (IBGE, 2011). O mesmo Censo dividiu o município em 22 setores censitários, sendo 11 em área urbana e 11 em área rural, essa distribuição é útil para a compreensão da ocupação do território municipal. Para realizar essa leitura foi elaborada a tabela 3 que identifica a densidade populacional por setor, o que reforça a leitura da tabela 2 anterior, de que há maior densidade populacional na área urbana do município.



Tabela 3 – População por setor censitário para o ano de 2010

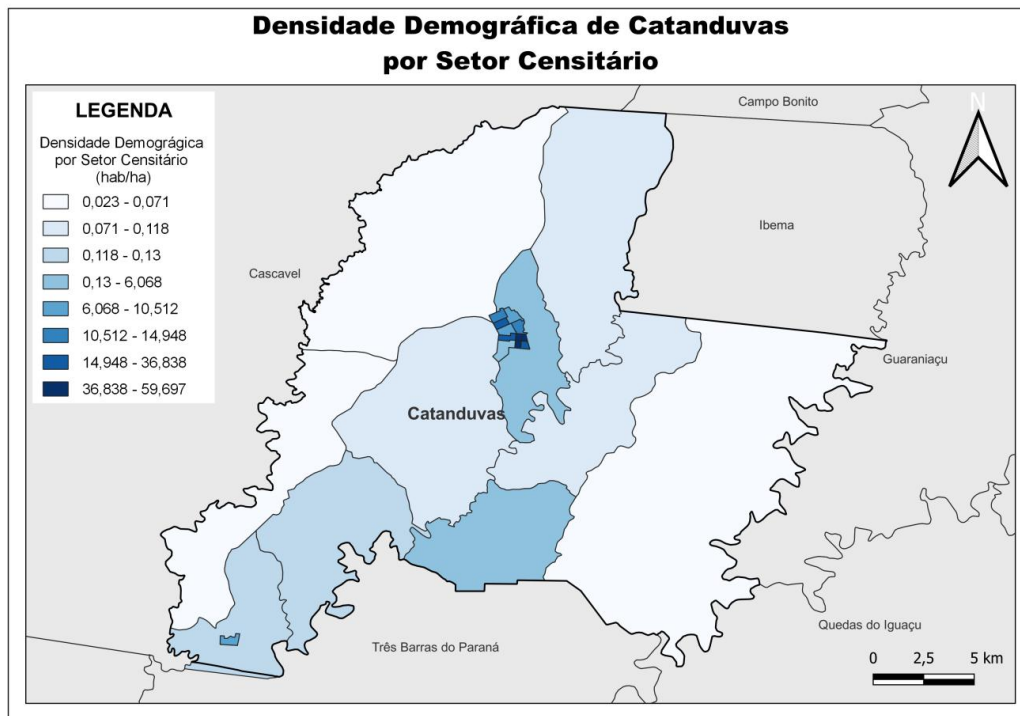
| Código do Setor | Tipo | População (hab) | Área (ha) | Densidade Populacional (hab/ha) |
|-----------------|--------|-----------------|-----------|---------------------------------|
| 410500305000001 | Urbano | 367 | 44,920 | 8,170 |
| 410500305000002 | Urbano | 410 | 39,204 | 40,407 |
| 410500305000003 | Urbano | 588 | 11,125 | 52,854 |
| 410500305000004 | Urbano | 340 | 71,716 | 7,741 |
| 410500305000015 | Urbano | 446 | 39,993 | 11,250 |
| 410500305000016 | Urbano | 420 | 27,659 | 15,185 |
| 410500305000017 | Urbano | 536 | 37,080 | 14,239 |
| 410500305000018 | Urbano | 574 | 27,630 | 20,630 |
| 410500305000019 | Urbano | 575 | 9,632 | 59,697 |
| 410500305000020 | Urbano | 657 | 11,846 | 55,377 |
| 410500305000021 | Urbano | 429 | 18,755 | 27,299 |
| 410500305000005 | Rural | 784 | 6532,609 | 0,117 |
| 410500305000006 | Rural | 393 | 4262,871 | 0,092 |
| 410500305000007 | Rural | 588 | 14524,705 | 0,04 |
| 410500305000008 | Rural | 550 | 6187,207 | 0,089 |
| 410500305000009 | Rural | 529 | 4222,975 | 0,122 |
| 410500305000010 | Rural | 300 | 2462,346 | 0,122 |
| 410500305000011 | Rural | 313 | 42,324 | 7,395 |
| 410500305000012 | Rural | 147 | 4781,106 | 0,031 |
| 410500305000013 | Rural | 221 | 9469,582 | 0,023 |
| 410500305000014 | Rural | 609 | 2112,586 | 0,217 |
| 410500305000022 | Rural | 429 | 3241,638 | 0,131 |

Fonte: Baseado em IBGE (2011), adaptado por CTMGEO, 2022.

O mapa a seguir (Figura 27) trás a representação da densidade por setor censitário separadas por cores, sendo a mais clara representando a menor densidade de 0,023hab/ha e a mais escura representando a maior densidade de até 59,697hab/ha, a primeira corresponde a área rural, e a ultima corresponde a área urbana, reforçando que a maior densidade está concentrada na menor área de território que é urbana.



Figura 27 – Mapa de Densidade Demográfica de Catanduvas por Setor Censitário



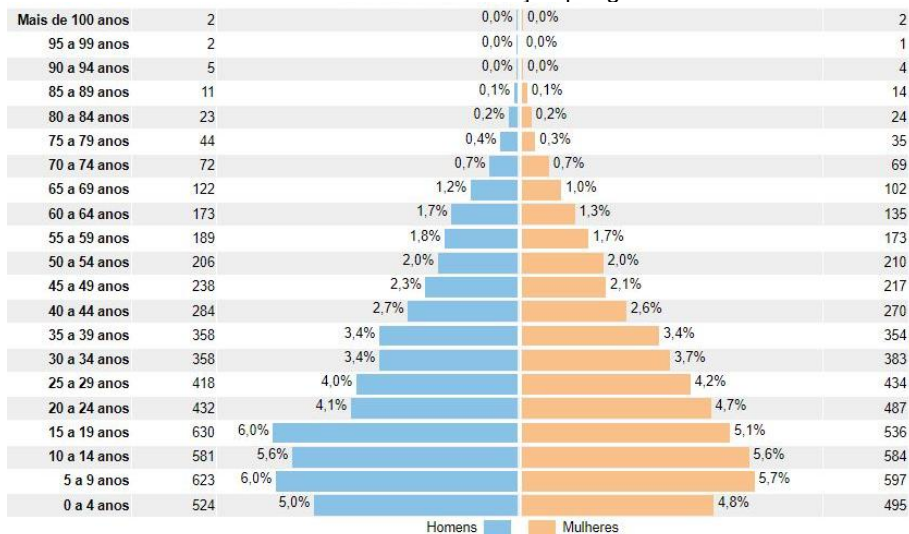
Fonte: IBGE, 2011, adaptado por CTMGEO, 2022.

3.1.2 Estrutura Populacional

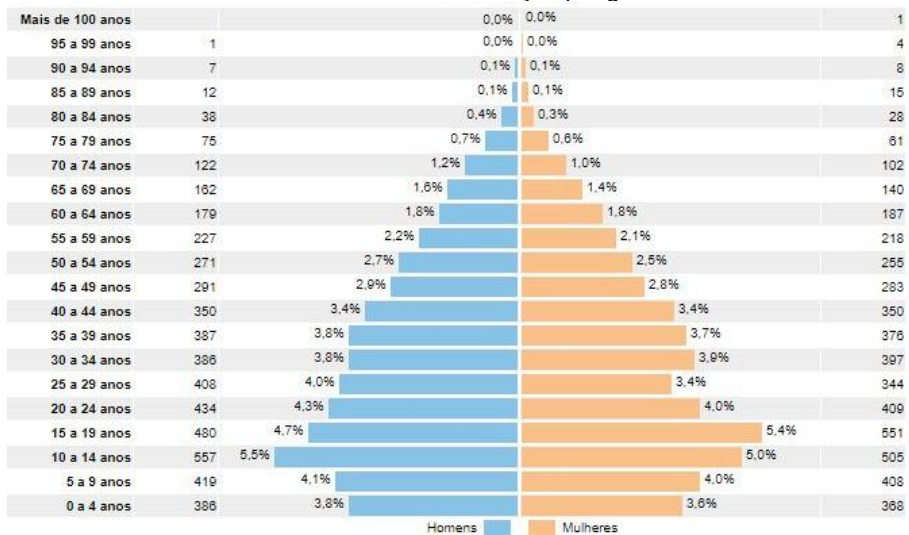
A estrutura populacional das cidades apresenta variações que estão relacionadas ao envelhecimento da população e a taxa de natalidade, observa-se que no decorrer dos anos tem havido um envelhecimento da população tanto masculina quanto feminina, isso se dá pois há uma maior expectativa de vida somado menor quantidade de nascimentos. Quanto a distribuição etária da população (Figura 28) no ano de 2010, identifica-se que a maior parte da população está concentrada entre 10 a 14 anos, seguida pela faixa etária de 15 a 19 anos, havendo uma diminuição percentual gradativa e uniforme da população a partir dos 20 anos.



Figura 28 – Evolução da Pirâmide etária de Catanduvas
2000 - Pirâmide etária de Catanduvas - Distribuição por gênero e idade



2010 - Pirâmide etária de Catanduvas - Distribuição por gênero e idade



Fonte: IBGE (2022a).

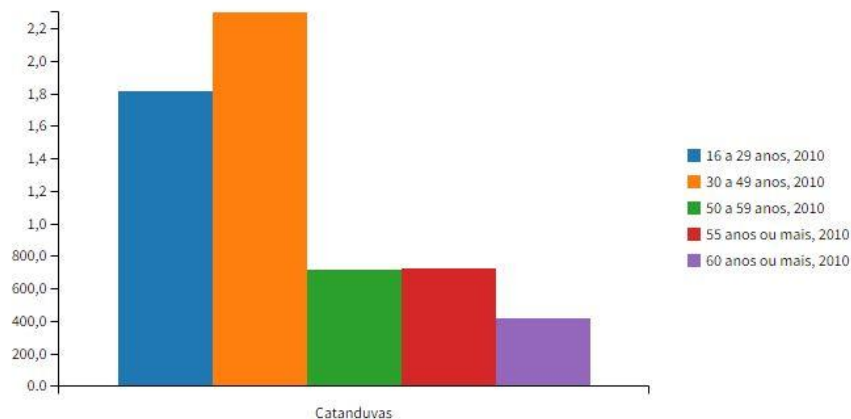
Ao analisar a estrutura etária municipal é possível compreender a razão de dependência demográfica, ou seja, entende-se que os jovens e os idosos são economicamente dependentes dos demais. Para esta análise considera-se que os indivíduos menores de 15 anos e os maiores de 65 como economicamente dependentes e os indivíduos entre 15 e 64 anos, potencialmente ativos.

Quanto à Catanduvas, observa-se (Figura 28), que 26% da população tem entre 0 e 14 anos e 7,6% da população tem 65 anos ou mais. Com isso entende-se 66,4% da população é economicamente ativa. A Taxa de envelhecimento, que é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total, de Catanduvas é de 7,61%, ficando um pouco acima da taxa do Paraná é de 7,53% (PNUD s/d).



A partir do gráfico abaixo (Figura 29) é possível identificar que a maior parte da população economicamente ativa do município tem entre 16 e 49 anos.

Figura 29 – População economicamente ativa de Catanduvas, ano de 2010



Fonte: IBGE (2022b).

3.1.3 Vulnerabilidade Social

A Vulnerabilidade social consiste em um conceito multidimensional que identifica condições de fragilidade de indivíduos e grupos, a partir de exposição a riscos e níveis importantes de desagregação social, é traduzido pela dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, e culturais oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade. (Ximenes, 2010).

Segundo O Atlas Brasil (PNUD, s/d) a Vulnerabilidade Social está relacionada à pobreza de determinado lugar considerando as variáveis relacionadas à renda, educação, trabalho e moradia de indivíduos em situação de vulnerabilidade. A partir destas quatro variáveis identifica-se (Tabela 4) que, no período entre 2000 e 2010, houveram alterações positivas dos indicadores apresentados, no entanto, destaca-se que o aumento do percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de 13,18% para 28,40%.



Tabela 4 – Vulnerabilidade do município de Catanduvas/PR - 2000 e 2010

| Indicadores | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|
| Crianças e Jovens | | |
| % de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola | 89,28 | 63,00 |
| % de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza | 20,19 | 5,69 |
| % de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres | 23,93 | 10,47 |
| Adultos | | |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal | 59,75 | 48,52 |
| % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade | 13,18 | 28,40 |
| % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos | 5,18 | 2,93 |
| % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho | - | 1,08 |
| Condições de moradia | | |
| % da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada | 75,08 | 95,60 |

Fonte: PNUD (s/d).

3.2 Condições Socioeconômicas

3.2.1 Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)

O conceito de Desenvolvimento Humano busca identificar se, as pessoas tem oportunidade de serem aquilo que desejam ser, observando suas oportunidades e capacidades. Com o desenvolvimento humano, o foco passa a ser o ser humano e não o crescimento econômico ou a renda. Já o IDH é entendido como uma medida resumida do progresso a longo prazo observando renda, educação e saúde, visto que essas são dimensões básicas para o desenvolvimento humano. O IDH é mensurado a partir da Saúde (Vida longa e saudável), sendo expressa em expectativa de vida; Educação (Acesso ao conhecimento), expressa pelo acesso ao conhecimento; Renda (Padrão de vida), expressa por padrão de vida (PNUD, s/d).

Vida longa e saudável (saúde) é medida pela a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a contar do seu nascimento, sendo mantidos os mesmos padrões de mortalidade. O Acesso ao conhecimento (educação), é medido pela média



geométrica da escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. Já o padrão de vida (Renda) é medido pela renda municipal *per capita* (PNUD, 2013).

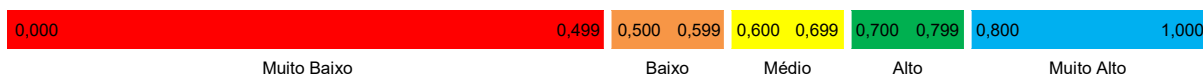
Com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, principalmente em crianças, surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este compara, nos países, os indicadores de riqueza, alfabetização, esperança de vida, natalidade e outros. O índice é medido de 0 até 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior seu índice de desenvolvimento (SOUZA, 2008).

O conceito de desenvolvimento humano se centra principalmente na provisão de bens básicos, entendendo o indivíduo como objetivo final e participantes do desenvolvimento e não meio de produção e apenas beneficiárias do desenvolvimento (RIBEIRO, 2005).

Ao trazer o IDH para a escala municipal tem-se o IDHM que é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, possui características semelhantes ao IDH, mas com ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira (PNDU, 2013). A tabela a seguir apresenta o IDHM do Município de Catanduvas.

Tabela 5 – Comparativo IDHM Catanduvas, indicadores e ranking - 1991, 2000 e 2010 e Paraná 2010

| Indicadores | Catanduvas | | | Paraná |
|-----------------------|------------|--------|--------|--------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 2010 |
| IDHM | 0,421 | 0,569 | 0,678 | 0,749 |
| IDHM Longevidade | 0,661 | 0,703 | 0,805 | 0,830 |
| IDHM Educação | 0,200 | 0,424 | 0,573 | 0,668 |
| IDHM Renda | 0,564 | 0,619 | 0,677 | 0,757 |
| Ranking Estadual IDHM | 242 | 286 | 308 | - |
| Ranking Nacional IDHM | 2.116° | 2.180° | 2.481° | - |



Fonte: IPARDES (2010), IBGE (2022d), adaptado por CTMGEO, 2022.

O Município de Catanduvas apresentou uma evolução importante do IDH ao analisar os dados censitários apresentados na tabela acima, sendo que em 1991 encontrava-se com índice de 0,421, entendido como muito baixo, em 2000 evoluiu para baixo com índice de 0,569, já o último censo, em 2010, constatou-se que índice municipal evoluiu para médio, com o valor de 0,678, havendo um crescimento de 19,16% entre 2000 e 2010. Mesmo com a evolução do índice municipal, Catanduvas teve rebaixamento na sua posição no ranking estadual e nacional.

Quanto aos indicadores municipais há uma variação importante de valores ao compara-los, destaca-se o IDHM Longevidade, encontra-se em patamar considerado



muito alto com índice de 0,805, para o indicador de IDHM Renda, o índice encontra-se em patamar médio de 0,0677, enquanto o IDHM de Educação encontra-se em patamar baixo, com índice de 0,573.

O IDHM de Educação considera o percentual de pessoas com 18 anos ou mais que concluíram o ensino fundamental, para identificar a escolaridade da população adulta. Quanto aos jovens, é realizada a média aritmética do percentual de crianças de 5 e 6 anos frequentando a escola, o percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando o final do ensino fundamental, percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e o percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (PNDU, 2013). A tabela a seguir apresenta os dados do IDHM do município de Catanduvas.

Tabela 6 – Composição do IDHM de Educação de Catanduvas - 2000 e 2010 e Paraná 2010

| Indicadores | Catanduvas | | Paraná |
|---|------------|-------|--------|
| | 2000 | 2010 | 2010 |
| % de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo | 29,34 | 36,49 | 90,35 |
| % de 4 a 5 anos na escola | 21,89 | 62,09 | 89,13 |
| % de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo | 67,88 | 80,78 | 65,59 |
| % de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo | 66,46 | 74,96 | 55,53 |
| % de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo | 24,02 | 41,07 | 48,05 |

Fonte: PNDU (s/d), adaptado por CTMGEO.

Considerando os valores apresentados na tabela acima é possível identificar que houve uma evolução positiva se comparados os anos de 2000 e 2010, no entanto deve-se ter um olhar especial para o percentual de maiores de 18 anos com ensino fundamental completo e o percentual de 18 a 20 anos com ensino médio completo são menores que 50%, ou seja, menos da metade da população que se encaixa nas características analisadas não possuem a escolaridade em questão. Ao comparar os dados de Catanduvas e do Estado do Paraná para o ano de 2010, reforça-se a necessidade de um olhar mais cauteloso quanto ao percentual de maiores de 18 anos do município. Quanto ao ensino fundamental o município está em defasagem de 53,86% ao se comparar com a média estadual. Já quanto aos entre 18 e 20 com ensino médio completo os dados são mais próximos, sendo 41,07% para o município e 48,05% para o estado. Outro percentual que se destaca de forma negativa é o de crianças de 4 a 5 anos na escola, enquanto o estado apresenta 89,13%, o município apresenta 62,09%.



Positivamente identificam-se dois itens em que o município apresenta dados consideravelmente maiores que o do estado. O percentual de jovens entre 11 e 13 anos nos anos finais do ensino fundamental ou completo, sendo município 80,78% enquanto o estado 65,59%. E o percentual de jovens de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo, em que o município apresenta 74,96% enquanto o estado apresenta 55,53%.

3.2.2 Dinâmica econômica

3.2.2.1 PIB e PIB per capita

O PIB - Produto Interno Bruto que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos, seja em um país, um estado ou um município. Este mede apenas os bens e serviços finais de um produto e não os valores embutidos nele, assim utiliza o valor final do produto, aquele que chega ao consumidor, considerando também os impostos que compõe esse valor, sendo assim um indicador de fluxo de novos bens e serviços produzidos em um período. Já o PIB *per capita* consiste na divisão do PIB pela quantidade de habitantes (IBGE, 2022c), este é um dado importante para a identificação do IDHM apresentado anteriormente.

A Tabela a seguir (Tabela 7) apresenta o histórico do PIB a preço corrente e o PIB *per capita* municipal do período de 2010 a 2019 (último dado disponibilizado), proporcionando o entendimento da dinâmica deste. Observa-se que entre houve crescimento do PIB no período, destacando-se o ano de 2018 com o maior valor, havendo uma diminuição de 30.809 no PIB a preços correntes no ano de 2019 e uma redução de 2.960 no PIB *per capita* no mesmo período. O valor alcançado em 2019 é inferior aos dos últimos 4 anos identificados.



Tabela 7 – PIB a preços correntes e *per capita* de Catanduvas período 2010 - 2019.

| Ano | Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes (R\$ 1.000,00) | Produto Interno Bruto (PIB) per Capita (R\$ 1,00) |
|------|---|---|
| 2010 | 136.832 | 13.412 |
| 2011 | 164.596 | 16.159 |
| 2012 | 161.297 | 15.862 |
| 2013 | 214.390 | 20.482 |
| 2014 | 210.044 | 20.075 |
| 2015 | 222.534 | 21.277 |
| 2016 | 272.890 | 26.101 |
| 2017 | 259.707 | 24.850 |
| 2018 | 273.741 | 26.803 |
| 2019 | 242.932 | 23.843 |

Fonte: IPARDES (2022a).

O PIB é um indicador dinâmico e varia em cada setor da economia municipal, ao observar isso é possível identificar o setor que mais se destaca e com isso entender qual a vocação do município. A tabela a seguir (Tabela 8) apresenta o PIB municipal por setor da economia, e qual o seu percentual de influencia.

Tabela 8 – PIB por setor em Catanduvas, Microregião de Cascavel e Paraná - 2019

| Setor | Catanduvas | | Microregião Geográfica de Cascavel (%) | Paraná (%) |
|--|-------------------|------------------|--|------------|
| | PIB setor (R\$) | Participação (%) | | |
| Agropecuária | 92.191,81 | 37,95% | 10% | 7% |
| Indústria | 11.796,88 | 4,86% | 19% | 23% |
| Serviços | 75.898,60 | 31,24% | 48% | 45% |
| Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social | 47.940,37 | 19,73% | 12% | 12% |
| Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produtos, a Preços Correntes | 15.103,04 | 6,22% | 11% | 13% |
| TOTAL | 242.931,70 | | 100% | |

Fonte: IPARDES (2022a), adaptado por CTMGEO, 2022.

Observa-se que, no município de Catanduvas, destaca-se o setor Agropecuário, com 37,95% de participação no PIB municipal, seguido pelo setor de Serviços, que movimenta 31,24%, percebe-se então que são os setores mais influentes na economia



de Catanduvas, ou seja, tem o papel mais significativo para a movimentação dos demais setores da economia local. Catanduvas diferencia-se, tanto da microrregião quanto do estado, visto que em ambos destaca-se o setor de serviços com a maior participação no PIB.

3.2.2.2 População Ocupada por Setor

A partir dos dados censitários de 2010 e apresentados na tabela que segue (Tabela 9) identifica-se que quase a metade da população ocupada de Catanduvas atua em atividades do setor de produção agrícola, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, o que equivale a 40,68% do total de pessoas ocupadas. Estas atividades correspondem à 37,95% do PIB municipal.

Como segundo no ranking do município, identifica-se a Indústria de transformação, com 10,50% do total de pessoas ocupadas e corresponde a 4,86% do PIB municipal.

É importante destacar ao setor de Comércio, reparo de Veículos e Motocicletas, e o setor de Outras atividades de serviço que somadas possuem 11,34% da população ocupada, o que corresponde a 31,24% do PIB municipal.

Este comparativo é relevante, visto que é possível identificar que para o setor de serviços, de modo geral, a demanda de indivíduos trabalhando é bem menor e mesmo assim consegue quase equiparar o PIB do setor com o setor de Agropecuária.

Tabela 9 – População Ocupada segundo as atividades econômicas - 2010

| Atividade (CNAE) | Número de Pessoas | Percentual |
|--|-------------------|------------|
| Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura | 2.192 | 40,68% |
| Indústrias Extrativas | 22 | 0,41% |
| Indústria de Transformação | 566 | 10,50% |
| Construção | 299 | 5,55% |
| Comércio, Reparo de Veículos Automotores e Motocicletas | 445 | 8,26% |
| Transporte, Armazenagem e Correio | 98 | 1,82% |
| Alojamento e Alimentação | 162 | 3,01% |
| Informação e Comunicação | 18 | 0,33% |
| Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços relacionados | 28 | 0,52% |
| Atividades Imobiliárias | 6 | 0,11% |
| Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas | 12 | 0,22% |
| Atividades Administrativas e Serviços complementares | 61 | 1,13% |
| Administração Pública, Defesa e Seguridade Social | 161 | 2,99% |
| Educação | 199 | 3,69% |



| | | |
|-------------------------------------|--------------|-------------|
| Saúde humana e Serviços Sociais | 67 | 1,24% |
| Artes, Cultura, Esporte e Recreação | 23 | 0,43% |
| Outras atividades de Serviços | 23 | 0,43% |
| Serviços Domésticos | 342 | 6,35% |
| Atividades mal Especificadas | 522 | 9,69% |
| Total | 5.389 | 100% |

Fonte: IPARDES (2022a), adaptado por CTMGEO.

3.2.2.3 Estabelecimentos por Setor

A tabela a seguir (Tabela 10) apresenta o número de Estabelecimentos segundo Atividade Econômica nos anos de 2010 e 2020. Os dados de 2010 são apresentados pois todas as informações censitárias correspondem à este ano, assim é possível realizar um comparativo mais real do período. Já os dados de 2020 são apresentados com o objetivo de apresentar a situação mais próxima da realidade atual. Com os dados do período é possível analisar comparativamente se houve crescimento em determinado setor nos anos apresentados.

Como apresentado anteriormente a Agropecuária é responsável pelo maior PIB do município e também a maior concentração de pessoas ocupadas, isso se reflete no número de estabelecimentos dedicados à Agropecuária, que somam o total de 81, não havendo crescimento durante o período apresentado.

Tabela 10 – Número de Estabelecimentos por Atividades Econômicas 2010 e 2020

| Atividade Econômica | 2010 | 2020 |
|-----------------------|------------|------------|
| Administração Pública | 2 | 2 |
| Agropecuária | 81 | 81 |
| Comércio | 51 | 66 |
| Construção Civil | 6 | 3 |
| Indústria | 9 | 20 |
| Serviços | 43 | 48 |
| Total | 192 | 219 |

Fonte: IPARDES (2022a), adaptado por CTMGEO, 2022.

Destaca-se, no período, as Atividades Industriais, estas apresentaram um crescimento importante saindo de 9 estabelecimentos em 2010 para 20 estabelecimentos em 2020. Observa-se ainda, um crescimento das Atividades de Comércio e Serviços no período apresentado, estes somados correspondiam a 94 do total de 192 estabelecimentos no ano de 2010 e 114 do total de 219 estabelecimentos no ano de



2020. A Construção Civil em contrapartida teve uma redução de 50% entre os períodos apresentados.

O Valor Adicionado Fiscal (VAF), que é a riqueza ou ganho econômico decorrente das atividades, objeto de campo de incidência do ICMS, mesmo que a atividade seja alcançada por algum benefício fiscal, isenção ou imunidade, ou seja, utilizado para calcular a participação do município no repasse de receita de impostos (SEFA, 2021).

Ao analisar a tabela abaixo (Tabela 11), percebe-se que houve crescimento em todos os setores apresentados. Destaca-se a produção primária como principal responsável pelo valor obtido, com um crescimento importante no período apresentado, no entanto, no percentual total do município houve uma queda. Isso se justifica pois houve, no setor de Comércio e Serviços, um crescimento significativo refletido tanto em valores quanto em percentual. Já a Indústria, mesmo apresentado um valor significativo de crescimento, apresentou apenas aproximadamente 2% de crescimento.

Tabela 11 – Valor Adicionado Fiscal - 2010 e 2020

| Atividade Econômica | 2010 (R\$) | % | 2020 (R\$) | % |
|---------------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------|
| Produção Primária | 81.552.446 | 83,28 | 266.052.796 | 75,02 |
| Indústria | 4.209.631 | 4,30 | 22.053.194 | 6,22 |
| Comércio e Serviços | 12.158.640 | 12,42 | 66.521.792 | 18,76 |
| Recursos/Autos | 1.112 | 0,001 | - | |
| Total | 97.921.829 | 100% | 354.617.782 | 100% |

Fonte: IPARDES (2022a), adaptado por CTMGEO.

3.2.3 Produção Agropecuária

O Município de Catanduvas é predominantemente voltado à Agropecuária. Sendo que, segundo IPARDES (2022a), dos 587,257Km² do território municipal, aproximadamente 533,61Km² são destinados ao cultivo agrícola, totalizando 1076 estabelecimentos, a tabela a seguir (Tabela 12) apresenta as atividades econômicas, bem como a quantidade de estabelecimentos para cada atividade e a área utilizada para o cultivo, com base no Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2017.

Tabela 12 – Estabelecimentos Agropecuários e área por as atividades econômicas - 2017

| Atividade Econômica | Estabelecimentos | Área (Km ²) |
|---|------------------|-------------------------|
| Lavoura temporária | 557 | 265,35 |
| Horticultura e floricultura | 18 | 0,49 |
| Lavoura permanente | 9 | 3,69 |
| Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | 1 | x |



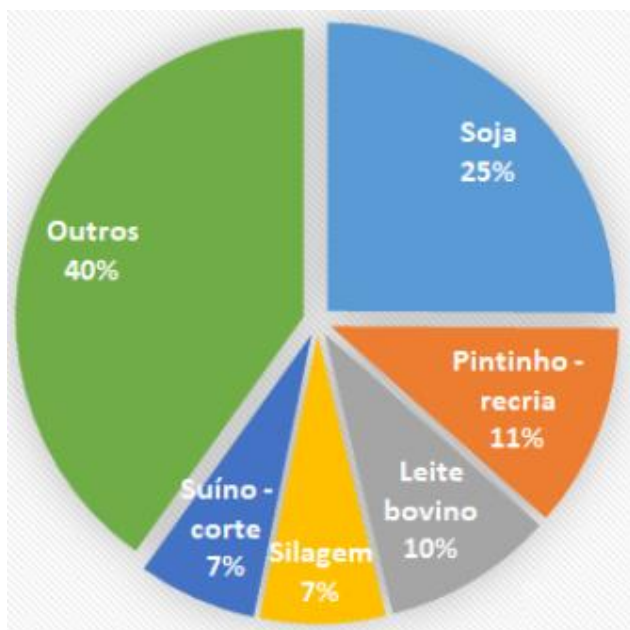
| | | |
|---|--------------|---------------|
| Pecuária e criação de outros animais | 461 | 249,02 |
| Produção florestal de florestas plantadas | 22 | 14,60 |
| Produção florestal de florestas nativas | 2 | x |
| Aquicultura | 6 | 0,46 |
| Total | 1.076 | 533,61 |

Fonte: IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.

Segundo IPARDES (2022a) a soma das parcelas de área, representadas pelo “x”, não corresponde ao total, e para que não haja identificação do informante, os valores territoriais foram inibidos.

Do total de 124 atividades produtivas realizadas, no gráfico (Figura 30) a seguir é possível visualizar os 5 produtos com maior influência no Município, bem como o seu percentual. Destaca-se a Soja, com participação de 25% da produção Municipal. Outro fator importante a ser observado, é que a soma dos 5 mais influentes equivalem a 60% do total da produção.

Figura 30 – Percentual de Produção Rural do Município.



Fonte: SEAB, 2022.

3.2.3.1 Valor Bruto da Produção (VBP)

O Valor Bruto da Produção (VBP) é um índice de frequência anual que é calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores. Tal índice abrange os produtos produzidos pela agricultura, pecuária,



silvicultura, extrativismo vegetal, olericultura, fruticultura, plantas aromáticas, plantas medicinais e ornamentais, pesca e demais cultivos que possam ocorrer na região. O valor incide diretamente no ICMS, pois interfere no cálculo e conseqüentemente na cota-parte devida para cada Município (SEAB, 2022).

No estado do Paraná os resultados do VBP são fornecidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB), os últimos dados apresentados são referentes ao ano de 2020. Segundo o Relatório Municipal VBP2020 correspondente à safra 2019/2020, Catanduvas apresenta o VBP total de R\$447.385.842,62. Ao dividir o valor total pelo número de habitantes identifica-se o VBP/habitante, que em Catanduvas equivale a R\$44.003,72. E o VBP por hectare corresponde a R\$7.619,23 (SEAB, 2022).

O VBP municipal possui uma parcela de cada variedade cultivada/produzida, em Catanduvas o setor que mais se destaca é o da Pecuária com o valor de R\$267.290.411,71 o que corresponde a 59,75%. A Agricultura apresenta o VBP de R\$168.766.954,24, corresponde a 37,72% do total. O VBP Florestal equivale 2,53% com R\$11.328.476,6 (IPARDES, 2022c).

3.2.3.1 Lavouras Temporárias

Lavouras temporárias ou culturas temporárias são aquelas sujeitas a replantio após a colheita, são anuais ou sazonais e geralmente são plantadas em um curto período de tempo após a colheita.

Catanduvas, apresenta uma considerável variedade de culturas temporárias como demonstra a tabela a seguir (Tabela 13). Destaca-se a cultura da soja, que utiliza a maior parcela do território e também apresenta o maior valor da produção. É seguida pela cultura de milho e soja.

Tabela 13 – Área colhida, produção, rendimento médio, valor da produção agrícola e VBP por tipo de cultura temporária - 2020

| Cultura Temporária | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento Médio (Kg/ha) | Valor (R\$1.000,00) |
|---------------------|-------------------|--------------|--------------------------|---------------------|
| Alho | 2 | 6 | 3.000 | 102 |
| Amendoim (em casca) | 4 | 8 | 2.000 | 24 |
| Arroz (em casca) | 5 | 10 | 2.000 | 11 |
| Aveia (em grão) | 190 | 361 | 1.900 | 210 |
| Batata-doce | 13 | 202 | 15.538 | 275 |
| Cana-de-açúcar | 8 | 400 | 50.000 | 29 |
| Feijão (em grão) | 650 | 943 | 1.451 | 3.819 |
| Fumo (em folha) | 7 | 15 | 2.143 | 116 |



| | | | | |
|-----------------|--------|--------|--------|---------|
| Mandioca | 32 | 704 | 22.000 | 753 |
| Melancia | 8 | 124 | 15.500 | 133 |
| Milho (em grão) | 4.470 | 40.220 | 8.998 | 31.492 |
| Soja (em grão) | 18.240 | 80.128 | 4.393 | 140.224 |
| Trigo (em grão) | 7.480 | 14.212 | 1.900 | 14.212 |

Fonte: IBGE(2022f) e IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.

A tabela a seguir (Tabela 14) apresenta a o Valor da Produção do período de 2018 a 2020, este sendo o último dado fornecido pelo IparDES (2022a), para Milho, Trigo e Soja, que são as culturas mais influentes no município. Para a cultura do Milho observa-se houve uma evolução crescente no valor no período apresentado. Quanto à soja, apesar de ter apresentado um crescimento considerável no período, houve, no ano de 2019 uma queda se comparado ao ano anterior. Já para o Trigo o ano de maior destaque foi 2019.

Tabela 14 – Valor da Produção - 2018 a 2020

| Produto | Valor da Produção (R\$1.000,00) | | |
|-----------------|---------------------------------|--------|---------|
| | 2018 | 2019 | 2020 |
| Milho (em grão) | 17.595 | 22.473 | 31.492 |
| Soja (em grão) | 112.800 | 80.644 | 140.224 |
| Trigo (em grão) | 12.800 | 16.275 | 14.212 |

Fonte: IPARDES (2022a).

A produção de Cultura temporária demanda cerca de 60,55% do solo destinado a agropecuária municipal. O cultivo de Soja ocupa a maior área produtiva, sendo que sozinha utiliza 35,50% do território cultivável, enquanto o Milho utiliza 8,70% e o Trigo utiliza 14,56%. As demais culturas temporárias somadas utilizam apenas 1,79% do território.

3.2.3.2 Lavouras Permanentes

Lavouras Permanentes ou culturas permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção por anos seguidos.

As culturas permanentes não possuem tanta relevância quanto às culturas temporárias, isso se deve pois elas são realizadas por pequenos produtores e para consumo local.

A seguir (Tabela 15) serão apresentados os dados relativos a produção agrícola de cultura permanente para o ano de 2020. Observa-se que o Maior valor de produção é



o de Uva, seguido da produção de Tangerina e Laranja. A produção de cultura permanente ocupa aproximadamente 102 ha de área, o que equivale a aproximadamente 0,2% do território.

Tabela 15 – Área colhida, produção, rendimento médio, valor da produção agrícola e VBP por tipo de cultura Permanente - 2020

| Cultura Permanente | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento Médio (Kg/ha) | Valor (R\$1.000,00) |
|-------------------------|-------------------|--------------|--------------------------|---------------------|
| Banana (cacho) | 10 | 180 | 18.000 | 180 |
| Caqui | 2 | 20 | 10.000 | 62 |
| Erva-mate (folha verde) | 30 | 144 | 4.800 | 163 |
| Figo | 2 | 11 | 5.500 | 69 |
| Laranja | 14 | 214 | 15.500 | 293 |
| Limão | 2 | 22 | 11.000 | 41 |
| Mamão | 2 | 21 | 10.500 | 29 |
| Manga | 5 | 69 | 13.800 | 108 |
| Pêssego | 5 | 33 | 6.600 | 116 |
| Tangerina | 15 | 243 | 16.200 | 342 |
| Uva | 15 | 128 | 8.533 | 696 |

Fonte: IBGE(2022f) e IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.

3.2.3.3 Pecuária, aves e produtos de origem animal

O Plantel da pecuária possui uma relevância para a renda municipal, visto que, dos 1.076 estabelecimentos agropecuários, 461 são voltados a criação de animais, dentre elas se destacam a de Galináceos e de Bovinos. A criação de galináceos apresentou no ano de 2022 um numero de 1.020.000 animais, sendo maior que a dos dois anos anteriores. Já a criação bovina apresentou uma queda de 2.797 animais se comparada aos dois anos anteriores. O rebanho de Suínos é o terceiro efetivo mais relevante para o município em numero de animais, e também teve uma queda no período analisado (Tabela 16).



Tabela 16 – Efetivo de rebanhos por tipo e para os anos de 2018, 2019 e 2020

| Efetivo | Número | | |
|------------------------------|-----------|---------|-----------|
| | 2018 | 2019 | 2020 |
| Rebanho de Bovinos | 43.297 | 40.731 | 40.500 |
| Rebanho de Equinos | 610 | 709 | 644 |
| Rebanho de Ovinos | 1.371 | 1.421 | 1.150 |
| Rebanho de Bubalinos | 13 | 14 | 13 |
| Rebanho de Caprinos | 142 | 65 | 53 |
| Galináceos - Total | 1.000.000 | 980.000 | 1.020.000 |
| Galinhas | 8.300 | 8.200 | 8.250 |
| Rebanho de Suínos | 41.431 | 33.528 | 39.071 |
| Matrizes de Suínos | 3.600 | 3.708 | 3.800 |
| Codornas | 400 | 600 | 610 |
| Rebanho de ovinos tosquiados | 71 | 70 | 72 |
| Rebanho de Vacas ordenhadas | 4.400 | 4.050 | 3.983 |

Fonte: IBGE(2022f) e IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.

A pecuária local apresenta a produção de alguns produtos de origem animal, dentre eles se destaca a atividade leiteira que apresentou uma queda no ano de 2020, porem ainda sim houve alta no valor final produzido, isso se dá devido a incidência de fatores econômicos que provocam variação de preços ano a ano. (Tabela 17).

Tabela 17 – Produção e Valor de produção - 2018, 2019 e 2020

| Produto | 2018 | | 2019 | | 2020 | |
|------------------------------|----------|--------|----------|--------|----------|--------|
| | Produção | Valor | Produção | Valor | Produção | Valor |
| Casulo do bicho-da-seda (kg) | 1.916 | 32 | 1.900 | 37 | 1.271 | 22 |
| Lã (kg) | 240 | 1 | 245 | 1 | 250 | 1 |
| Leite (mil l) | 14.000 | 15.400 | 14.740 | 20.046 | 14.500 | 24.215 |
| Mel de abelha (kg) | 1.200 | 22 | 1.430 | 13 | 1.280 | 11 |
| Ovos de codorna (mil dz) | 7 | 6 | 8 | 7 | 8 | 8 |
| Ovos de Galinha (mil dz) | 51 | 117 | 52 | 131 | 52 | 158 |

Fonte: IBGE(2022f), adaptado por CTMGEO, 2022.

3.2.4 Ocupação e Renda

O município de Catanduvas apresenta para o ano de 2020 o total de 1.284 empregos, para 219 estabelecimentos, ao se comparar com 2010, percebe-se que houve aumento de 27 estabelecimento e de 268 empregos em 10 anos (IPARDES 2022c).

Ao analisar os dados do IparDES (2022c) compilados na Tabela 18, identifica-se que o maior crescimento na geração de empregos se deu na Indústria, em especial a Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecido Produtos Alimentícios, de Bebida de



Álcool Etílico, e a de Madeira e do Mobiliário, estas foram responsáveis pela criação de 176 empregos, no entanto o total de vagas geradas pela indústria é de 170 vagas, isso ocorre pois houve a diminuição em outras especialidades da indústria. O setor corresponde a 23,44% dos empregos oferecidos no município.

A maior quantidade de empregos oferecidos fica a cargo da Administração direta ou indireta, esta é responsável por 349 empregos disponíveis no município, o que corresponde à 27,18%, no entanto, em 10 anos, houve uma diminuição de 45 empregos disponibilizados.

Quanto ao número de estabelecimentos, o maior responsável pelo aumento foi o comércio de modo geral, sendo que dos 27 novos, 15 pertencem a este setor, no entanto, a maior quantidade de estabelecimentos pertence ao setor da Agropecuária, com 36,98% dos estabelecimentos no ano de 2020, no total 81 estabelecimentos neste mesmo ano, o que se mantém sem muitas alterações em 10 anos.

Tabela 18 – Comparativo estabelecimentos e empregos - 2010 e 2019

| Variáveis | 2010 | | 2019 | | 2020 | |
|---|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|
| | Estabelecimento | Empregos | Estabelecimento | Empregos | Estabelecimento | Empregos |
| Indústria de Produtos Minerais não Metálicos | 1 | 3 | 1 | 2 | 1 | 3 |
| Indústria Metalúrgica | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Indústria do Material Elétrico e de Comunicações | | | | | 1 | 1 |
| Indústria da Madeira e do Mobiliário | 3 | 25 | 5 | 43 | 5 | 64 |
| Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos | 1 | 87 | 6 | 137 | 7 | 159 |
| Indústria de Calçados | 1 | 7 | - | - | - | - |
| Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico | 1 | 7 | 4 | 68 | 4 | 72 |
| Serviços Industriais de Utilidade Pública | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total Indústria | 9 | 131 | 19 | 252 | 20 | 301 |
| Construção Civil | 6 | 12 | 2 | 1 | 3 | 1 |
| Comércio Varejista | 47 | 124 | 52 | 189 | 55 | 198 |
| Comércio Atacadista | 4 | 40 | 10 | 75 | 11 | 98 |
| Total Comércio | 51 | 164 | 62 | 264 | 66 | 296 |
| Instituições de Crédito, Seguros e de Capitalização | 3 | 16 | 4 | 23 | 5 | 27 |
| Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar de Atividade Econômica | 6 | 16 | 11 | 25 | 10 | 24 |
| Transporte e Comunicações | 9 | 27 | 6 | 39 | 6 | 36 |



| | | | | | | |
|--|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|
| Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão | 18 | 46 | 22 | 104 | 18 | 63 |
| Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários | 5 | 32 | 5 | 5 | 6 | 7 |
| Total Serviços | 43 | 150 | 50 | 173 | 47 | 173 |
| Ensino | 2 | 13 | 2 | 16 | 2 | 16 |
| Administração Pública Direta e Indireta | 2 | 394 | 1 | 349 | 2 | 349 |
| Agropecuária - Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca | 81 | 165 | 86 | 164 | 81 | 164 |
| Total | 192 | 1.016 | 220 | 1.258 | 219 | 1.284 |

Fonte: IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.

Segundo o IBGE (2022d) Catanduvas possui o total de 8.606 pessoas com 10 anos ou mais de idade, sendo que dessas, 2.447 pessoas, ou 28,43%, não apresentam renda. Dentre os indivíduos que possuem renda, 26,21% tem entre meio e um salário mínimo como rendimento mensal, 22,90% da população possuem renda entre um e dois salários mínimos. A parte da população que tem renda maior que cinco salários mínimos corresponde a menos de 10% da população (Tabela 19).

Tabela 19 – Classe de rendimento nominal mensal - pessoas com 10 anos ou mais de idade

| Rendimento (salários mínimos) | Pessoas | Percentual |
|----------------------------------|--------------|-------------|
| Sem rendimento | 2.447 | 28,43% |
| Até 1/2 salário mínimo | 1.109 | 12,89% |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 2.256 | 26,21% |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 1.971 | 22,90% |
| Mais de 2 a 5 salários mínimos | 540 | 6,27% |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 182 | 2,11% |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 72 | 0,84% |
| Mais de 20 salários mínimos | 29 | 0,34% |
| Total | 8.606 | 100% |

Fonte: IBGE (2022d), adaptado por CTMGEO, 2022.



4 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

4.1 Uso e Ocupação do Solo Municipal

O Uso e Ocupação do Solo Municipal de Catanduvas é regido pela Lei Municipal n.º 93/2008, que foi parcialmente alterada pela Lei Municipal 09/2017, estas definem as áreas e regiões existentes no município, a seguir segue sua descrição (Catanduvas, [2008]):

- **Área de Atividades Agrossilvipastoris e Agroindustriais I (AAA I)** - áreas destinadas prioritariamente a atividades agrossilvipastoris e agroindustriais sem ocupação com características urbanas e com relevo mais plano. Visa promover atividades voltadas a agricultura, pecuária, silvicultura, criações diversas e agroindústria. Permite consolidação de núcleos de urbanização específica entorno de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, etc.;
- **Área de Atividades Agrossilvipastoris e Agroindustriais II (AAA II)** - áreas destinadas prioritariamente a atividades agrossilvipastoris e agroindustriais sem ocupação com características urbanas e com relevo acidentado e necessita de práticas mais conservacionistas. Visa promover atividades voltadas a agricultura, pecuária, silvicultura, criações diversas e agroindústria. Permite consolidação de núcleos de urbanização específica entorno de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, etc.;
- **Área de Uso Controlado (AUC)** - contempla a bacia do rio Passo Liso, que é o manancial de abastecimento para a sede urbana, visa preservação e conservação da bacia do manancial garantindo a qualidade ambiental da mesma;
- **Área de consolidação da urbanização (ACU)** - contempla a área do perímetro urbano da sede municipal e do Distrito Administrativo de Ibiracema. Consolida ocupações urbanas existentes e locais passíveis a serem ocupados, aliando ações para infraestrutura e recuperação das condições sócio-ambientais e novas possibilidades de emprego e renda;
- **Área de Preservação Permanente (APP)** - Compreende a faixa de preservação do longo de rios, córregos e nascentes, seguem orientação de legislação Federal. Tem como objetivo a preservação e recuperação para que haja equilíbrio do ecossistema da região, proteção dos cursos d'água e suas margens criando um refúgio para fauna local, caracterizando-se como corredor de biodiversidade;



- **Área da Penitenciária Federal (APF)** - área pertencente à Penitenciária Federal de Catanduvas, considerada área urbana isolada pela Lei Municipal n.º027/2004, com isso a urbanização deve estar congelada.

A Lei especifica usos permitidos, permissíveis e proibidos para cada área citada acima (Tabela 20).

Tabela 20 – Quadro de Parâmetros de Uso do Solo Municipal

| Área | Usos | | |
|---|--|---|---|
| | Permitido | Permissível | Proibido |
| Área de Atividades Agrossilvipastoris e Agroindustriais 1 (AAAA 1) | - preservação e recuperação - pesquisa científica - educação ambiental - educação alimentar - atividades turísticas e de lazer (1) - atividade agrossilvipastoril - usos habitacionais (1) - núcleos de urbanização específica (5) | - agroindústria (2)(3) - mineração (2)(4) - cemitério (6) | - todos os demais usos |
| Área de Atividades Agrossilvipastoris e Agroindustriais 2 (AAAA 2) | - preservação e recuperação - pesquisa científica - educação ambiental - educação alimentar - atividades turísticas e de lazer (1) - atividade agrossilvipastoril (7) - usos habitacionais (1) - núcleos de urbanização específica (5) | - agroindústria (2)(3) - mineração (2)(4) | - todos os demais usos |
| Área de uso Controlado (AUC) | - preservação e recuperação - pesquisa científica - educação ambiental - atividades turísticas e de lazer (1) - usinas hidrelétricas | - mineração (2)(4) | - atividade agrossilvipastoril - todos os demais usos |
| Área de Consolidação da Urbanização (ACU) | Parâmetros estabelecimentos pelo Uso e Ocupação do Solo Urbano | | |
| Área de Preservação Permanente (APP) | - preservação e recuperação - pesquisa científica | - educação ambiental (2) | - agroindústria - atividade agrossilvipastoril - usos habitacionais - todos os demais usos |
| Área da Penitenciária Federal (APF) | - Penitenciária Federal de segurança máxima de Catanduvas (8) | - | - todos os demais usos |

(1) Respeitadas as regulamentações de parcelamento do INCRA.

(2) Mediante parecer do Conselho de Desenvolvimento Municipal e do órgão ambiental competente.

(3) Desde que utilizado matéria-prima oriunda da mesma propriedade (conforme legislação vigente).

(4) Seguidas as regulamentações e requerimentos ambientais.

(5) Relativo às áreas de ocupação ou aglometações na área rural, que para serem regularizadas, o município deve promover ações específicas.

(6) Mediante parecer do Conselho de Desenvolvimento Municipal e licenciamento ambiental do IAP.

(7) Mediante práticas conservacionistas para a garantia da sustentabilidade do solo e relevo (bastante acidentado nessa área).

(8) A área da penitenciária está estabelecida como “área urbana isolada” de acordo com a Lei Municipal n.º027/2004.

Fonte: CATANDUVAS ([2017]), adaptado por CTMGEO, 2022.



A imagem a seguir apresenta a configuração atual de uso e ocupação do solo municipal.

Figura 31 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo Municipal - Plano Diretor 2007



Fonte: Catanduvas, [2007]

4.2 Solo Rural

O Município de Catanduvas apresenta predominância da área rural, o que corresponde a aproximadamente 91% do seu território (IPARDES 2022c). Antes mesmo de se tornar um município já havia a prevalência de atividades agropecuárias em seu território. Atualmente a área rural do município é destinada às atividades de agropecuária, sendo que a principal atividade é a Lavoura Temporária, o que corresponde a 49,73% do solo rural. A segunda atividade mais relevante é a Pecuária e a criação de outros animais que corresponde a 46,67% do solo rural, as demais atividades somadas correspondem a apenas 3,61% do solo rural, apresentando pouca influencia no território como um todo (Tabela 21).

Considerando os dois últimos censos agropecuários do IBGE que ocorreram em 2006 e 2017, observa-se que houve um pequeno aumento do percentual de 0,96% de



solo utilizado pela Lavoura Temporária, as Florestas Plantadas tiveram um aumento de 2,21% no mesmo período. As demais atividades apresentaram queda, sendo que na Horticultura e floricultura houve uma diminuição de 1,45%.

As atividades com o maior percentual de solo também são as atividades que mais podem gerar degradação dos recursos naturais, é importante ter um olhar atento a isso e na busca de investimentos para o correto manejo do solo e do rebanho para que haja sustentabilidade em todo o setor agropecuário.

Tabela 21 – Atividade Econômica, área e percentual de solo - 2017

| Atividade Econômica | Percentual de Solo (%) | |
|--|------------------------|--------|
| | 2006 | 2017 |
| Lavoura temporária | 49,01% | 49,73% |
| Horticultura e floricultura | 1,54% | 0,09% |
| Lavoura permanente | 1,37% | 0,69% |
| Pecuária e criação de outros animais | 47,27% | 46,90% |
| Produção florestal - Florestas Plantadas | 0,54% | 2,75% |
| Produção florestal - Florestas Nativas | 0,24% | - |
| Aquicultura | - | 0,09% |
| Total | 100% | |

Fonte: IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.

O Censo Agropecuário do IBGE de 2017 identificou a existência de 1.076 estabelecimentos agropecuários no município, deste total, 728 imóveis possuem área de até 20 ha, o que corresponde a mais da metade do total existente. Estabelecimentos com área entre 10 ha e 20 ha são a maioria.

O Inkra (2021) classifica os imóveis rurais em quatro categorias específicas:

- **Minifúndio:** imóvel rural com área inferior a fração mínima de Parcelamento;
- **Pequena Propriedade:** imóvel com área entre a Fração Mínima de parcelamento e 4 módulos fiscais;
- **Média Propriedade:** imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais;
- **Grande Propriedade:** imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Já o módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, com valor fixado pelo Inkra para cada município. Para determinar o valor do módulo é considerado o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. Para o Catanduvas o Módulo fiscal tem como dimensão 18 ha



(EMBRAPA, s/d). A Fração mínima considerada para o município é de 2 ha (INCRA, 2021).

Identifica-se assim, que em Catanduvas a maioria das propriedades, são classificadas como Pequenas propriedades. Os Minifúndios totalizam apenas 11 imóveis. As Grandes propriedades com área acima de 270 ha não somam 70 imóveis (Tabela 22).

Tabela 22 – Unidades por área total de estabelecimentos e percentual - 2017

| Grupo de área total | unidades | Percentual de unidades (%) |
|-------------------------------|--------------|----------------------------|
| Menos de 0,1 ha | 5 | 0,46% |
| De 0,1 a menos de 0,2 ha | 6 | 0,56% |
| De 0,2 a menos de 0,5 ha | 108 | 10,04% |
| De 0,5 a menos de 1 ha | 25 | 2,32% |
| De 1 a menos de 2 ha | 95 | 8,83% |
| De 2 a menos de 3 ha | 37 | 3,44% |
| De 3 a menos de 4 ha | 40 | 3,72% |
| De 4 a menos de 5 ha | 88 | 8,18% |
| De 5 a menos de 10 ha | 153 | 14,22% |
| De 10 a menos de 20 ha | 171 | 15,89% |
| De 20 a menos de 50 ha | 160 | 14,87% |
| De 50 a menos de 100 ha | 64 | 5,95% |
| De 100 a menos de 200 ha | 58 | 5,39% |
| De 200 a menos de 500 ha | 50 | 4,65% |
| De 500 a menos de 1.000 ha | 13 | 1,21% |
| De 1.000 a menos de 2.500 ha | 2 | 0,19% |
| De 2.500 a menos de 10.000 ha | 1 | 0,09% |
| De 10.000 ha a mais | - | - |
| Total | 1.076 | 100% |

Fonte: IBGE (2017f), adaptado por CTMGEO, 2022.

As propriedades rurais, em sua grande maioria definida como Pequena Propriedade. Para a compreensão de como se distribuem as culturas apresenta-se tabela (Tabela 23) a seguir apresenta uma leitura de como são distribuídas as culturas considerando o tamanho da terra utilizada. Identifica-se que em estabelecimentos com até 2 hectares a predominância é de atividades voltadas às lavouras Temporárias. Nas propriedades com dimensões entre 2 hectares até menos de 100 hectares, há predominância de atividades voltadas à criação de Pecuária e criação de outros animais. Em estabelecimentos com área entre 100 hectares e menos de mil hectares, apesar da pequena diferença, há predominância de atividades voltadas à Lavoura Temporária.



Tabela 23 – Numero de estabelecimentos por Atividade econômica e área total - 2017

| Grupos de Atividades | Grupo por área total | | | |
|--------------------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------------|--------------------|
| | De 0 a menos de 2 ha | De 2 ha menos de 100 ha | De 100 a menos de 1.000 ha | de 1.000 ha e mais |
| Lavoura Temporária | 189 | 305 | 61 | 2 |
| Horticultura e Floricultura | 11 | 7 | - | - |
| Lavoura Permanente | 2 | 6 | 1 | - |
| Pecuária e criação de outros animais | 33 | 372 | 55 | 1 |
| Demais Atividades | 4 | 23 | 4 | - |
| Total | 239 | 713 | 121 | 3 |

Fonte: IBGE (2017f), adaptado por CTMGEO, 2022.

4.2.1 Localidades Rurais

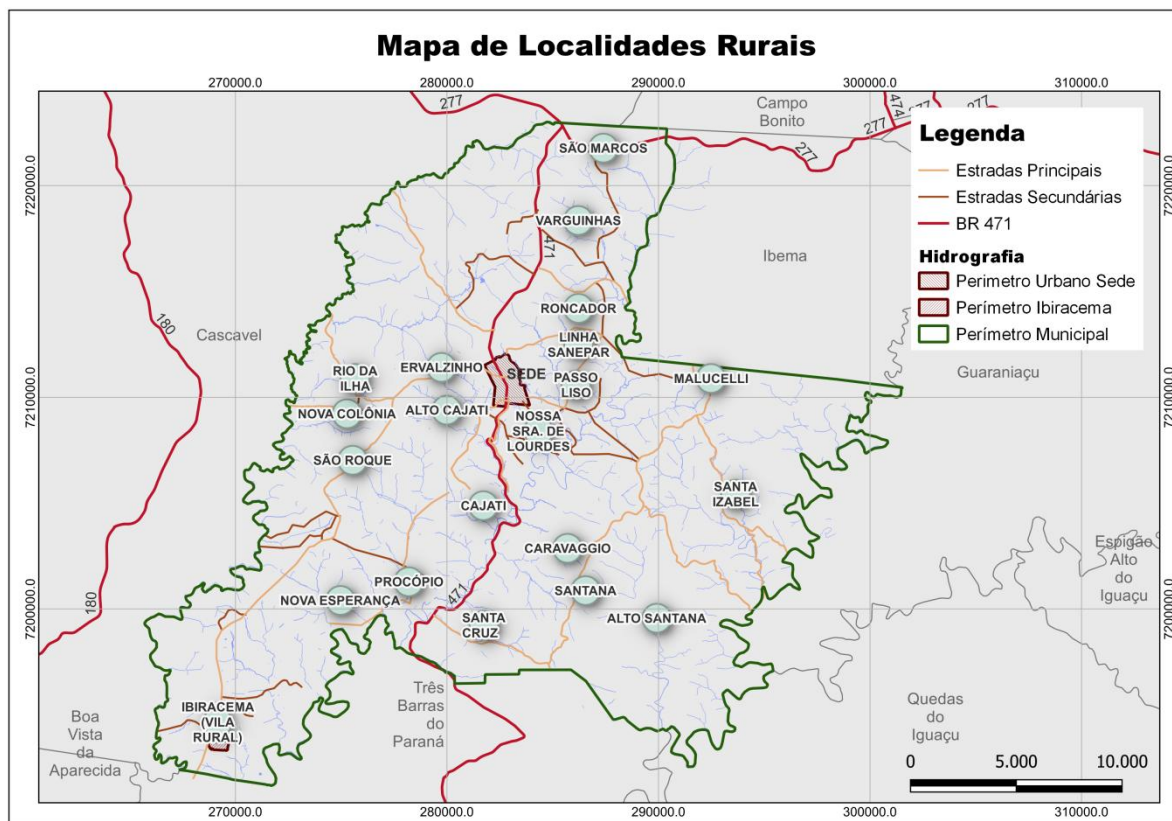
O Município de Catanduvas possui, em seu território rural, algumas localidades rurais, estas atuam como núcleos para as famílias que moram nas proximidades (Figura 32), são elas: Alto Cajati; Alto Santana; Cajati; Caravaggio; Ervalzinho; Ibiracema (Distrito Administrativo); Linha Sanepar; Malucelli; Nossa Senhora de Lourdes; Nova Colônia; Nova Esperança; Passo Liso; Procópio; Rio da Ilha; Roncador; Santa Cruz; Santa Izabel; Santana; São Marcos; São Roque; Varginhas e Vila Rural.

Algumas localidades tem destaque devido ao tamanho da população, estas apresentam algum tipo de equipamentos de educação, saúde ou lazer, como é o caso de São Marcos que possui Escola e Quadra Esportiva.

A comunidade de Santa Cruz possui UBS e Quadra Esportiva. Ibiracema, que é um distrito administrativo, possui mini Posto de Saúde e Quadra Esportiva coberta e Colégio Municipal e Estadual, Centro Comunitário, Campo de Futebol e Cemitério, esta atende o distrito e a vila rural que fica na proximidade.



Figura 32 – Mapa de Localidades Rurais



Fonte: Catanduvas, [2007], adaptado por CTMGEO, 2022

4.2.2 Condição legal da terras

Do solo rural Municipal, identifica-se que 88,4% da área possui proprietários legalmente estabelecidos, as áreas arrendadas correspondem a 6,9% do total. As áreas sem titulação definitiva, em parceria, em comodato, e ocupadas correspondem a apenas 4,8% de todo território rural (Tabela 24).

Tabela 24 – Condição legal das terras em quantidade, área e percentual - 2017

| Condição legal das terras | Quantidade | Área (ha) | Percentual |
|---|--------------|---------------|-------------|
| Proprietário | 875 | 47.200 | 88,4% |
| Concedida por órgão fundiário e ainda sem titulação definitiva | 13 | 90 | 0,2% |
| Arrendadas | 33 | 3.668 | 6,9% |
| Em parceria | 6 | 1.209 | 2,3% |
| Em comodato | 18 | 253 | 0,5% |
| Ocupadas | 131 | 956 | 1,8% |
| Total | 1.076 | 53.374 | 100% |

Fonte: IPARDES (2022c), adaptado por CTMGEO, 2022.



4.2.3 Distrito Administrativo de Ibiracema

Ibiracema é um distrito administrativo, localizado a sudoeste da sede do município de Catanduvas e próximo à Vila Rural, é um pequeno agrupamento com características urbanas. Foi criado pela Lei Municipal n.º09/74 e, segundo o Plano Diretor (Catanduvas, 2007) é originário da migração de famílias originárias do sudoeste paranaense que ocorreu na década de 60. Teve como marco físico oficial a fundação da primeira igreja.

Segundo o IBGE(2011), a população residente no identificada no censo de 2010 era de 313 pessoas, segundo o Plano Diretor (Catanduvas, 2007) a população naquele momento era de 356 pessoas, observa-se com isso que houve evasão de moradores.

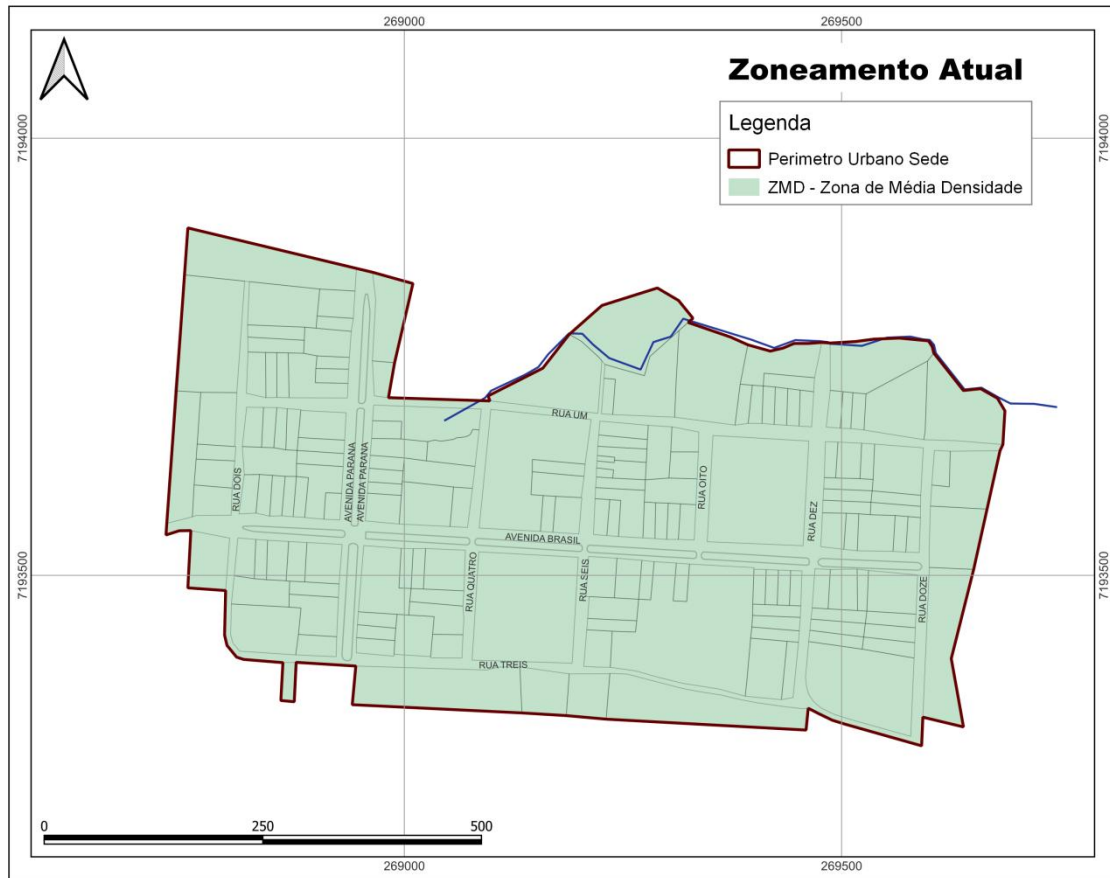
O Distrito possui Colégio Estadual e Municipal, mini-posto de saúde, centro comunitário, campo de futebol, quadra esportiva coberta e cemitério municipal como infraestrutura de saúde, esporte e lazer.

O território rural municipal no entorno do Distrito de Ibiracema é predominantemente destinadas à atividades Agrossilvipastoris e Agroindustriais, designadas pela Lei Municipal n.º 093/2008 de Uso e Ocupação do Solo. O Distrito Administrativo de Ibiracema, é definido pela mesma lei como Zona de Média Densidade - ZMD (Figura 33).

A Zona de Média Densidade - ZMD tem como objetivo intensificar e consolidar a ocupação existente, bem como os vazios urbanos, dando prioridade à qualidade da infraestrutura ofertada. Possui uso predominantemente residencial, com lotes mínimos de 140m² e construções de até quatro pavimentos (CATANDUVAS, 2008 e 2017).



Figura 33 – Mapa de Zoneamento do Distrito de Ibiracema



Fonte: Equipe Técnica Municipal, 2022, adaptado por CTMGEO, 2022.

4.3 Solo Urbano

4.3.1 Perímetro Urbano Municipal

O perímetro urbano municipal de Catanduvas passou, historicamente, por algumas alterações, a configuração atual é determinada pela Lei Municipal n.º 038/2009 de setembro de 2009, este define limites legais para o adensamento urbano e cria uma linha delimitadora entre a área rural (Figura 34).

À Leste a área urbana é, em grande parte, margeada por uma área de preservação permanente que corresponde ao Arroio Catanduvas, o que delimita fisicamente o crescimento urbano.

À Oeste o adensamento concentra-se em parte até o limite do Arroio Barro Preto, havendo ainda área disponível, após o Arroio, a ser loteada dentro do perímetro urbano delimitado pela Lei supracitada, outros delimitantes existentes são as ruas Melgaço, Rua

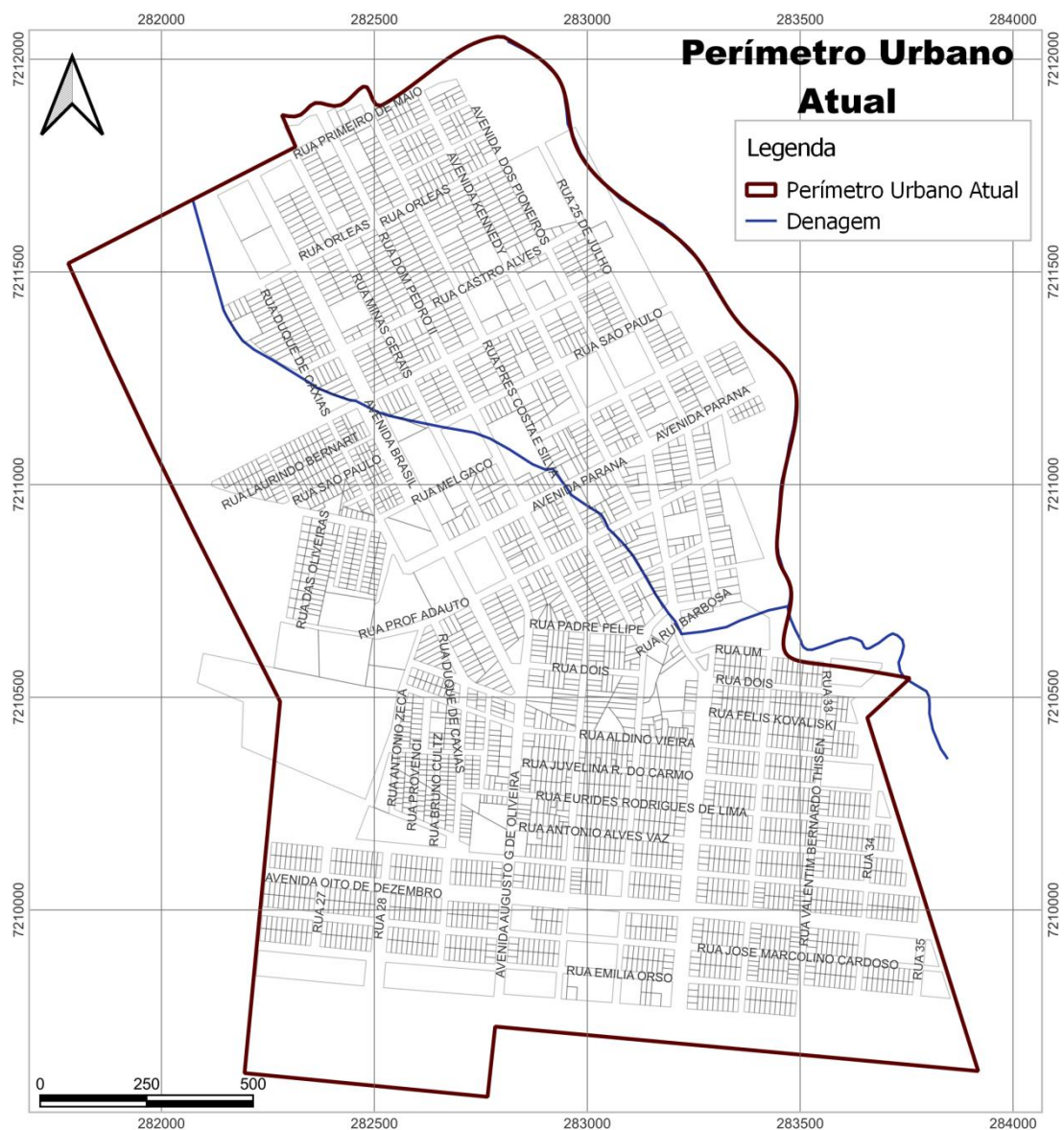


Maria Martins, Rua Duque de Caxias, Rua Antonio Zeca, Rua Presidente Castelo Branco e Rua Projetada - D.

À Sul há área passível a ser loteada após a rua Emilia Orso a esquerda da Avenida Augusto Gomes de Oliveira/PR-471.

À Noroeste a delimitação se dá, em partes, por área de de preservação permanente.

Figura 34 – Mapa do Perímetro Urbano Atual



Fonte: Catanduvas, [2009], adaptado por CTMGEO, 2022.



4.3.2 Uso e Ocupação do Solo Urbano

O Uso e Ocupação do Solo Urbano consiste na divisão do território em zonas orientando a distribuição da população no território utilizando parâmetros e condicionantes ambientais e de infraestrutura. No município de Catanduvas, atualmente, as diretrizes para o uso e ocupação é dada pela Lei Municipal n.º093/2008 de 09 de dezembro de 2008 e alterada em partes pela Lei Municipal n.º 09/2017 de 19 de abril de 2017. Tais diretrizes foram definidas como parte integrante do Plano Diretor de 2008.

Com o intuito de orientar a ocupação do solo, definiu-se a partir das Leis supracitadas o zoneamento e suas características conforme a tabela abaixo (Tabela 25).

Tabela 25 – Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas

| Zonas | Lotes mínimos | | Recuos mínimos (m) ^{(1) (2)} | | | Índices de Ocupação | | | |
|-------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|------------------------|--------|---------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| | Área (m ²) | Testada do Lote (m) | Frontal | Lateral ⁽³⁾ | Fundos | Altura Max. (Pav) | Coef. de aprov. Básico | Taxa de ocupação max. (%) | Taxa de Permeab. Mínima (%) |
| CCS | 240 | 12 | - | 1,50 | 2,50 | 4 | 2,6 | 70 | 25 |
| ZAD | 240 | 12 ⁽⁴⁾ | 3,0 | 1,50 | 1,50 | 4 | 2 | 70 | 25 |
| ZMD | 140 | 7 ⁽⁴⁾ | 3,0 | 1,50 | 1,50 | 4 | 1 | 70 | 25 |
| ZBD | 360 | 10 ⁽⁵⁾ | 3,0 | 1,50 | 2,50 | 2 | 1 | 50 | 25 |
| ZEXP | 210 | 10 | 5,0 | 1,50 | 2,50 | 2 | 1 | 50 | 25 |
| ZES | 900 | 15 | 5,00 | 1,50 | 2,50 | 2 | 1 | 65 | 25 |

(9) Atendidas as exigências mínimas de iluminação e ventilação.

(10) Os lotes de esquina, para efeito desta proposta, possuem somente frente e laterais, não possuindo fundos.

(11) Em construções de alvenaria, sem aberturas laterais não há necessidade do recuo lateral.

(12) Para habitação coletiva horizontal, será permitida densidade máxima de 40 habitações/ha.

(13) Para habitação coletiva horizontal, será permitida densidade máxima de 27 habitações/ha.

Fonte: CATANDUVAS ([2017]), adaptado por CTMGEO, 2022.

O **Setor de Comércio e Serviços (SCS)** visa consolidar as características comerciais e de serviços de pequeno porte nas vias supracitadas, que por sua conformação atual é passível de comportar intensificação destas atividades. Está abrangido os lotes com testada para a Avenida Brasil, Avenida Paraná, avenida Adolfo Chagas e parte da Avenida Pioneiros. Os lotes inseridos neste setor seguem os parâmetros estabelecidos para a zona em que se insere

A **Zona de Alta Densidade (ZAD)** objetiva consolidar a ocupação existente priorizando a qualificação da infraestrutura e a oferta de serviços públicos, tem características predominantemente residencial de alta densidade com até quadro pavimentados.

A **Zona de Média Densidade (ZMD)** objetiva intensificar e consolidar a ocupação existente e a ocupação dos vazios urbanos, tendo como prioridade a melhoria da



infraestrutura e a oferta de serviços públicos, tem uso predominantemente residencial e de média densidade com até dois pavimentos.

A **Zona de Baixa Densidade (ZBD)** visa ordenar a ocupação de áreas ainda não ocupadas que configuram transição entre uma zona consolidada e a zona de parque verificar se essa zona existe ainda, a ocupação destas áreas devem ocorrer mediante a planejamento adequado do uso do solo e provimento de infraestrutura, tem uso predominantemente residencial.

A **Zona Especial de Serviços (ZES)** objetiva consolidar a área para o desenvolvimento de atividades industriais e de serviços de pequeno e médio porte mediante implantação de acessibilidade e infraestrutura adequadas. Deve-se respeitar as faixas marginais para acesso aos empreendimentos com testada para a rodovia, devendo cada empreendimento providenciar as licenças ambientais necessárias.

A **Zona Especial de Parque (ZEP)** visa o controle da ocupação urbana de modo a manter a baixa densidade para preservação da qualidade ambiental, condicionado á recuperação e/ou instalação de infraestrutura básica por parte do empreendedor. Nesta zona contempla à área de preservação permanente do arroio Catanduvas, onde se localiza o Viveiro Municipal e o Bosque Municipal.

A **Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV)** objetiva a preservação e recuperação dos corpos d'água e nascentes existentes com o intuito de manter o equilíbrio de todo o ecossistema da região configurando um refúgio para a fauna e flora local. Esta zona corresponde ao que é preconizado pela Lei Federal que determina os parâmetros para a área de preservação permanente.

Os parâmetros para Uso do Solo Urbano são definidos em tabela específica com usos permitidos, permissíveis ou proibidos (Tabela 26).

Tabela 26 – Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas

| Área | Usos | | |
|------------------------------------|---|---|--|
| | Permitido | Permissível | Proibido |
| Setor de Comércio e Serviços (SCS) | <ul style="list-style-type: none">- habitação unifamiliar ⁽¹⁾- habitação coletiva vertical- comércio e serviço vicinal e de bairro- comércio e serviço setorial | <ul style="list-style-type: none">- uso comunitário 1- uso comunitário 2- uso institucional 1- comércio e serviço específico 1 | <ul style="list-style-type: none">- todos os demais usos |
| Zona de Alta Densidade (ZAD) | <ul style="list-style-type: none">- habitação unifamiliar ⁽¹⁾- habitação coletiva horizontal- habitação coletiva vertical- comércio e serviço vicinal e de bairro- uso comunitário | <ul style="list-style-type: none">- uso comunitário 2- uso institucional 1 | <ul style="list-style-type: none">- todos os demais usos |
| Zona de Média Densidade (ZMD) | <ul style="list-style-type: none">- habitação unifamiliar ⁽¹⁾- habitação coletiva individual | <ul style="list-style-type: none">- uso comunitário 2- uso institucional 1 | <ul style="list-style-type: none">- todos os demais usos |



| | | | |
|---|--|--|------------------------|
| | - uso comunitário 1 - comércio e serviço vicinal e de bairro | | |
| Zona de Baixa Densidade (ZBD) | - habitação unifamiliar ⁽¹⁾ - habitação coletiva horizontal - comércio e serviço vicinal e de bairro | - uso comunitário 1 | - todos os demais usos |
| Zona de Expansão Urbana (ZEXP) | - habitação unifamiliar ⁽¹⁾ - habitação coletiva horizontal - comércio e serviço vicinal e de bairro | - uso comunitário 1 | - todos os demais usos |
| Zona Especial de Serviço (ZES) | - indústria do tipo 1 ⁽²⁾ - indústria do tipo 2 ⁽²⁾ - indústria do tipo 3 - uso comunitário 3 | - habitação unifamiliar ⁽¹⁾ - uso comunitário 2 - comércio e serviço específico 1 - comércio e serviço específico 2 - comércio e serviço geral - atividades turísticas e de lazer ⁽³⁾ | - todos os demais usos |
| Zona Especial de Parque (ZEP) | - preservação e recuperação - pesquisa científica - educação ambiental | - atividades turísticas e de lazer ⁽³⁾ | - todos os demais usos |
| Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPVF) | - preservação e recuperação - pesquisa científica - atividades turística e de lazer | - educação ambiental | - todos os demais usos |

(1) Uma habitação unifamiliar por lote.

(2) concessões das licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental competente.

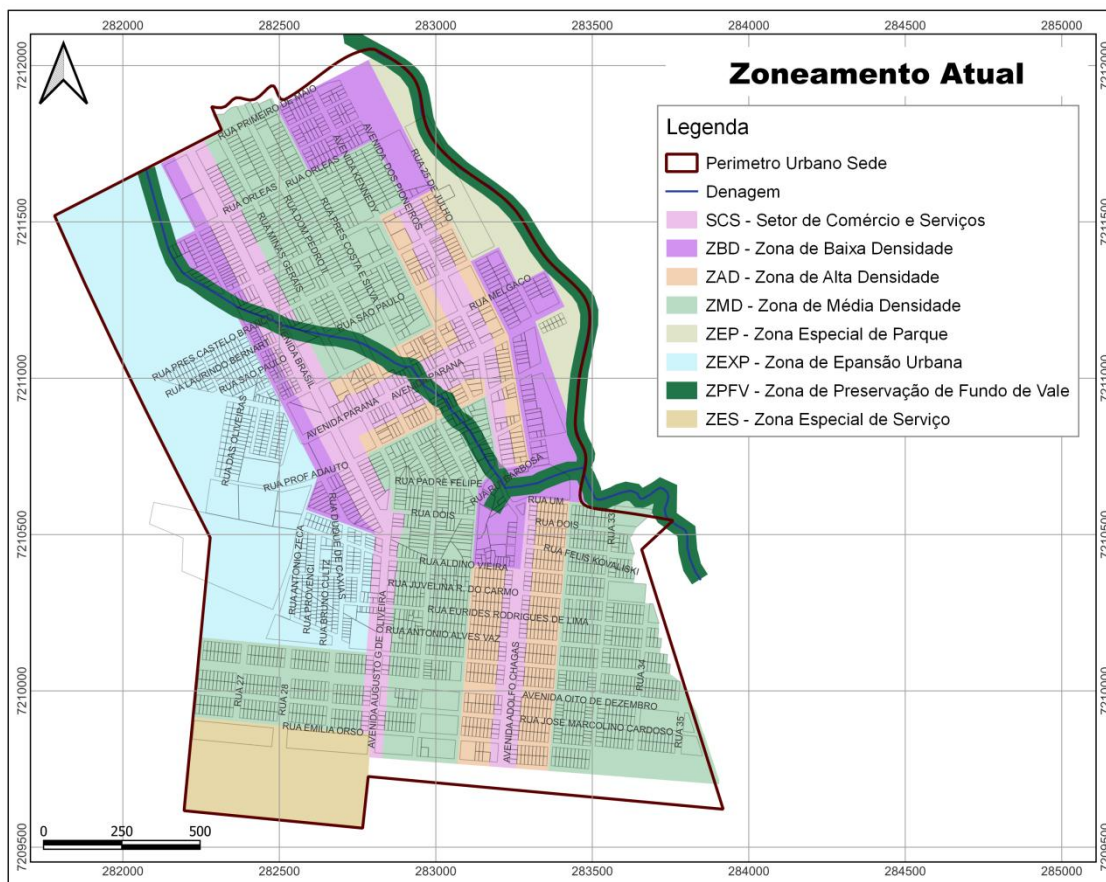
(3) Referem-se ao lazer ambiental (como trilhas e caminhadas), desde que não agridam ao meio ambiente.

Fonte: CATANDUVAS ([2017]), adaptado por CTMGEO, 2022.

O Mapa a seguir (Figura 35) trás a representação gráfica da distribuição territorial do Zoneamento Urbano Municipal. Observa-se que a maior parte do território municipal é composta pela Zona de Média Densidade, havendo pouca incidência de Zona de Baixa Densidade. A Zona de Alta Densidade e o Setor de Comércio e Serviços, que estão localizadas próximas aos principais eixos viários municipais, também não, se somadas apresentam a terceira maior abrangência territorial, ficando atrás da Zona de Expansão Urbana, que se localiza a oeste do território urbano. As zonas Especial de Serviços e a Zona Especial de Parque, localizam-se estrategicamente para atender a indústria e o lazer e preservação, respectivamente.



Figura 35 – Mapa de Zoneamento da Sede do Município



Fonte: Catanduvas, [2017], adaptado por CTMGEO, 2022.

4.3.3 Parcelamento do Solo Urbano

O parcelamento do solo urbano, segundo a Lei n.º 6766/79, pode ser feito por meio de loteamento ou desmembramento. O Loteamento, consiste na subdivisão da gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

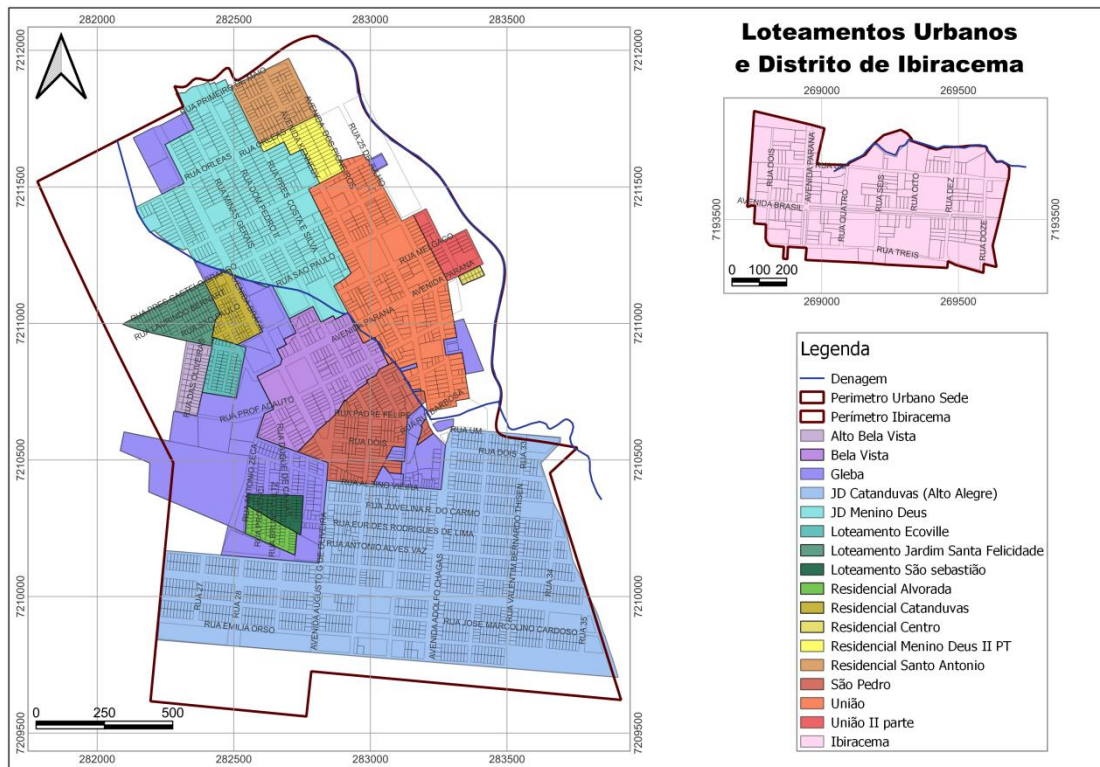
Em Catanduvas o parcelamento é disciplinado pela Lei Municipal n.º 093/2008, de 09 de dezembro de 2008 e sua alteração realizada pela Lei n.º 09/2017 de 19 de abril de 2017.

Atualmente a área urbana municipal está subdividida em 13 loteamentos urbanos (Figura 36), sendo sendo eles Alto Bela Vista, Bela Vista, JD Catanduvas (Alto Alegre), Jd Menino Deus, Loteamento Ecoville, Loteamento Jardim Santa Felicidade, Loteamento São Sebastião, Residencial Alvorada, Residencial Catanduvas, Residencial Centro, Residencial Menino Deus II PT, Residencial santo Antônio, São Pedro, União e Uniã II



parte. Existem ainda áreas urbanas não loteadas e definidas como Gleba. Além destes existe a Vila de Ibiracema que possui zoneamento e características urbanas.

Figura 36 – Mapa de Loteamentos Urbanos e Distrito de Ibiracema



Fonte: CTMGEO, 2022.

4.4 Sistema de Mobilidade Municipal

O Sistema de Mobilidade Municipal é composto pelas Rodovias e Vias que dão acesso e/ou cortam o município, fazendo a ligação entre municípios vizinhos, sede urbana e área rural, este se divide em Sistema Viário Municipal e Sistema Viário Urbano. A Lei n.º095/2008 que Dispõe sobre a Mobilidade Urbana e Municipal, visa garantir locomoção com segurança e fluidez, não somente privilegiando o deslocamento de automóveis, mas de outros modos como a pé, bicicleta, ônibus, motocicletas e outros.

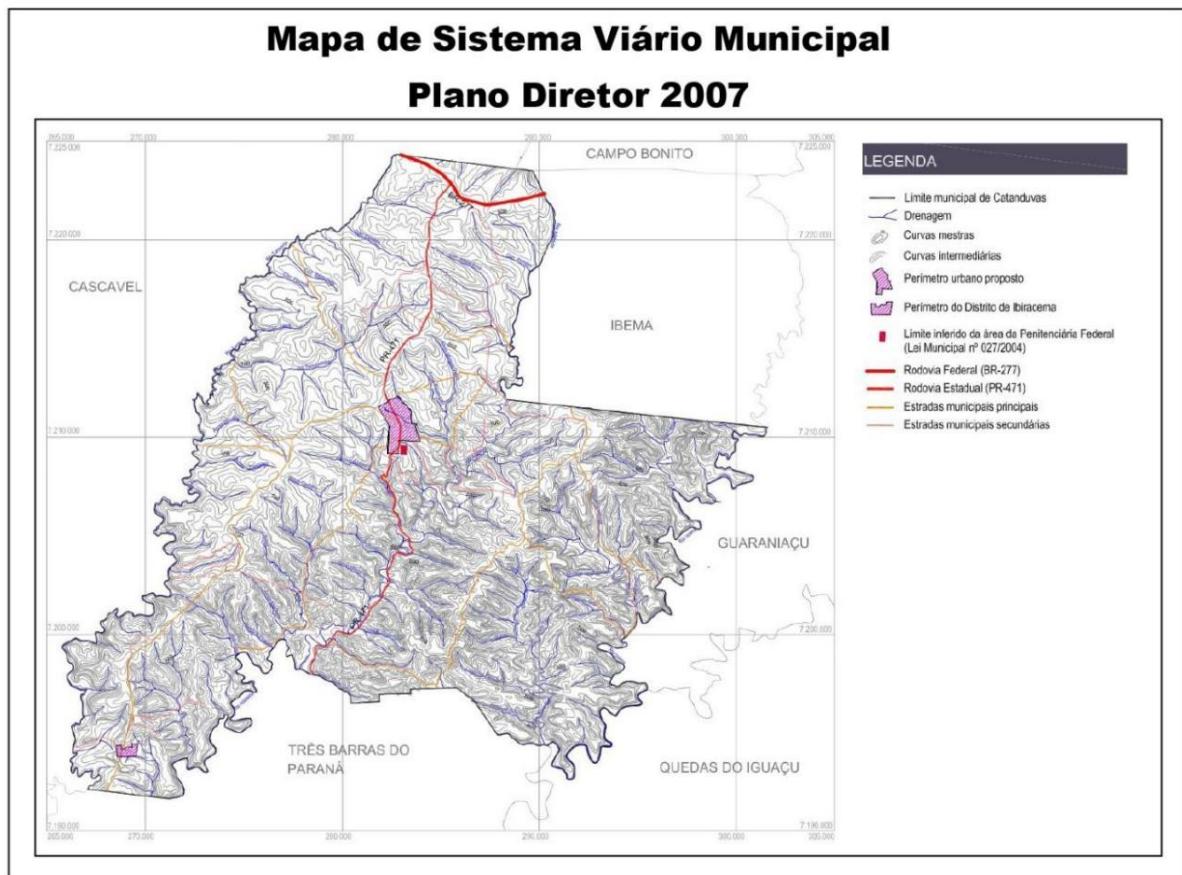
4.4.1 Sistema Viário Municipal

O Sistema viário Municipal é composto por Rodovias e Vias que proporcionam a integração entre municípios próximos e entre localidades municipais (Figura 37):



- Rodovia Federal BR-277, localizada á norte do município, sem divisa direta, esta corta o estado de Leste a Oeste.
- Rodovia Estadual PR-471, proporciona a conexão entre a BR-277 a norte e o município de Três Barras do Paraná, à sul;
- Vias Municipais Principais, promovem a circulação no interior do município, compreendem as vias de maior tráfego para a interligação entre as principais comunidades rurais, é por onde trafega o transporte escolar;
- Vias Municipais Secundárias, caracteriza-se pelo deslocamento de tráfego local e de baixa velocidade e compreende as demais vias rurais do município.

Figura 37 – Mapa de Sistema Viário Municipal - Plano Diretor 2007



Fonte: Catanduvas, [2007].

4.4.2 Sistema Viário Urbano

O Sistema viário Urbano de Catanduvas, se organiza a partir da hierarquização das vias, sendo estas categorizadas como Via Estrutural, Via Especial de Comércio e



Serviços, Via Coletora, Via Conectora, Via Local e Ciclovia. A Lei n.º095/2008 determina a seguinte hierarquização:

I - Via Estrutural: é a via que possui a função de estruturar a mobilidade na sede urbana, formando o eixo de ligação dos extremos da cidade. Possibilita acesso à sede urbana, proveniente da BR-277 (porção norte) e do município de Três Barras do Paraná (porção sul). Esta via é a continuidade da rodovia PR-471, que no perímetro urbano deve possuir tráfego lento, redutores de velocidade, sinalização adequada, ciclovia e canteiro. Compreende a Avenida Brasil e a Avenida Augusto Gomes de Oliveira;

II - Via Especial de Comércio e Serviços: é a via que tem a função de concentrar estabelecimentos comerciais, com presença constante de pedestres. Deve prioritariamente apresentar sinalização horizontal e vertical adequada, além de dispositivos de segurança ao pedestre. Corresponde à Avenida Paraná, Avenida dos Pioneiros (trecho ao norte) e Avenida Adolfo Chagas;

III - Via Coletora: é a via que tem a função de coletar o tráfego local, estruturando o interior dos loteamentos que intercepta, onde se devem concentrar atividades de pequeno e médio porte para atendimento local. Corresponde à Avenida Costa e Silva, Avenida dos Pioneiros (trecho ao sul) e Avenida 8 de Dezembro;

IV - Via Conectora: é a via proposta para um futuro desvio de fluxo pesado pelo interior da sede urbana, na porção oeste. Fará a conexão da PR-471, porção noroeste (proveniente da BR-277) com o trevo existente da penitenciária, na porção sudoeste;

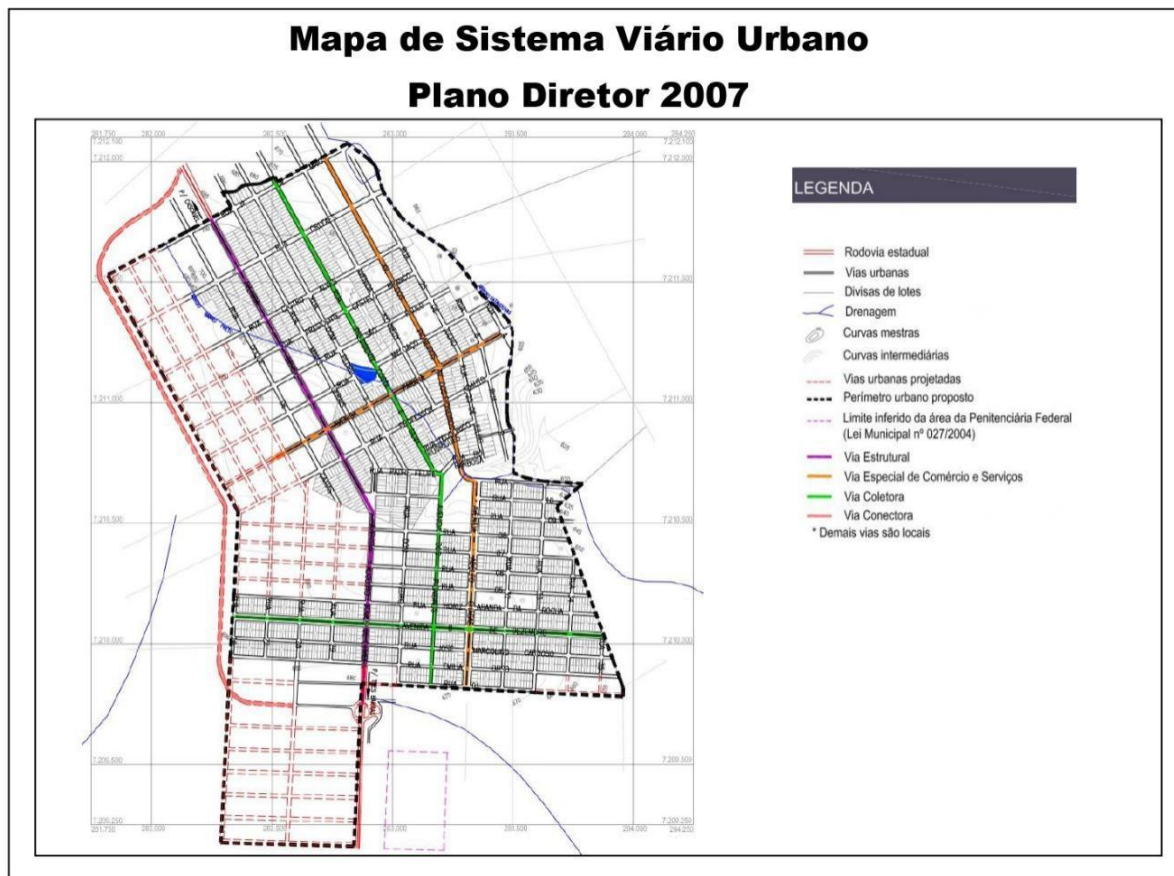
V - Vias Locais: são as vias de mão dupla e baixa velocidade que promovem a distribuição do tráfego local. Compreende as demais vias urbanas;

VI - Ciclovia: é a via de uso especial destinada aos ciclistas e pedestres possuindo desenho de uso exclusivo, organizando roteiros de ligação ao longo da Avenida Brasil (CATANDUVAS, 2008).

A partir da Figura 38, é possível observar a distribuição das vias que compõe a malha urbana municipal. A Ciclovia é prevista em lei, no entanto ainda não está executada no na sede urbana do município.



Figura 38 – Mapa de Sistema Viário Urbano - Plano Diretor 2007



Fonte: Catanduvas, [2007].

Observa-se que, mesmo sendo prevista na lei de mobilidade, não há ciclovia ao longo a Avenida Brasil.

4.4.2.1 Sistema Viário Distrito de Ibiracema

O Sistema viário do Distrito de Ibiracema, se organiza a partir da hierarquização das vias, sendo estas categorizadas como Via de Ligação, Via Estrutural, Via Local e Ciclovia. A Lei n.º095/2008 determina a seguinte hierarquização:

I - Via de Ligação: é a via que possui a função de interligar vias rurais ao Distrito de Ibiracema;

II - Via Estrutural: é a via que possui a função de estruturar a mobilidade urbana no Distrito de Ibiracema. Intercepta o Distrito no sentido leste-oeste correspondendo a Avenida Brasil. Deve apresentar tráfego lento, redutores de velocidade, sinalização adequada, ciclovia e canteiro.

III - Vias Locais: são as vias de mão dupla e baixa velocidade que promovem a distribuição do tráfego local. Compreende as demais vias urbanas;

IV - Ciclovia: é a via de uso especial destinada aos ciclistas e pedestres possuindo desenho de uso exclusivo, organizando roteiros de ligação ao longo da Avenida Brasil do Distrito de Ibiracema.



O Plano Diretor em vigor definiu a hierarquia das vias em lei, mas não a apresentou em mapa com designação das respectivas vias.



5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

5.1 Abastecimento de Água

O Sistema de abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Município é realizado, desde 1978, pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, por meio de Contrato de Concessão de Serviços Públicos. O Município pertence à Gerência Regional de Cascavel - GRCA.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (2011), até o período, o serviço atendia, satisfatoriamente, à população em todas as regiões urbanas, sede do Município e Distrito de Ibiracema, cumprindo os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde quanto a qualidade e potabilidade da água.

Quanto às comunidades isoladas, os sistemas de abastecimento são próprios, feitos por meio de poços e minas e operadas pela comunidade, sem a intervenção de concessionária.

Segundo Ipardes (2022a), no ano de 2020 o sistema de abastecimento de água atende ao todo 2.551 unidades, sendo 2.285 unidades residenciais, 172 unidades Comerciais, 10 unidades Industriais, 27 unidades de Utilidade Pública e 57 unidades de Poder Público.

A Captação de água que abastece a sede urbana do município ocorre a partir do Rio Passo Liso. O volume de captação diário é de 950m³. A água captada é armazenada em três reservatórios com capacidade de 420m³. Quanto ao Distrito de Ibiracema, a captação ocorre a partir do Rio Tormenta e é armazenada em um reservatório com capacidade de 75m³. Para as comunidades isoladas a captação de água é realizada por meio de poços, transferida para reservatórios locais e distribuída para as residências (Catanduvas, 2011).

5.2 Esgotamento Sanitário

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (Catanduvas, 2011), o município não possui sistema público de coleta e tratamento de esgotos sanitários.



5.3 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Até o ano de 2011, o município contava com 7,30Km de galerias pluviais em ruas pavimentadas, já as vias com revestimento primário (cascalho) não contavam com galerias pluviais. A operação do sistema de drenagem urbana, é realizada por equipe própria (Catanduvas, 2011).

5.4 Resíduos Sólidos

No Município de Catanduvas –PR a gestão dos resíduos sólidos urbanos é de responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura Municipal, para o gerenciamento dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares (orgânicos, rejeitos e recicláveis), entulhos, material proveniente de poda, corte e varrição (Equipe Técnica Municipal, 2022).

A coleta Resíduos Sólidos Urbanos ocorre de forma diferente para os resíduos orgânicos/rejeitos e resíduos recicláveis desde 2015. Os resíduos orgânicos e rejeitos é realizada por empresa privada tercerizada, sendo coletado de porta a porta, na área urbana ocorre na segunda, quarta e sexta, enquanto na área rural a coleta é na quinta-feira (Equipe Técnica Municipal, 2022).

A coleta dos resíduos recicláveis é realizada pela Prefeitura Municipal e a Associação de Catadores de Material Reciclável - Associação Catanduvas Recicla, sendo coletada na segunda e quinta-feira na área urbana e na quartas e sexta-feira na área rural do município, sendo que na área rural a coleta ocorre nos pontos de entrega voluntário (Equipe Técnica Municipal, 2022).

Os resíduos volumosos e inservíveis (móveis, equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeiras, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas privadas, entre outros), constituem uma parte importante dos resíduos sólidos urbanos, é realizada por empresa privada por meio de agendamento junto a secretaria de agricultura e meio ambiente, estas são armazenadas em container e posteriormente encaminhadas para a destinação ambientalmente adequada (Equipe Técnica Municipal, 2022).

A coleta dos Resíduos da Construção Civil (RCC) atualmente são coletados por empresa privada de caçambas, os resíduos são destinados a readequação de estradas e



preparação de terrenos, no entanto a empresa não possui licença ambiental para exercer tal atividade. Existe ainda uma incidência considerável de descarte irregular em pontos diversos do município (Equipe Técnica Municipal, 2022).

Os animais mortos, de modo geral, são enterrados, os que morrem nas vias públicas são enterrados por serviço municipal enquanto os animais de estimação e os de grande porte da área rural são enterrados em locais determinados pelos proprietários (Equipe Técnica Municipal, 2022).

5.5 Limpeza Urbana e Manutenção Urbana

A responsabilidade dos serviços de limpeza e manutenção urbana no município é da Prefeitura Municipal, ocorrem diariamente por empresa privada prestadora de serviços. Esta é atua na limpeza, manutenção e conservação de ruas, logradouros públicos, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e ferramentas.

As podas das árvores em vias públicas são são agendadas junto ao município e realizadas por empresa tercerizada contratada.

Em média, duas vezes ao ano, ocorre a pintura do meio-fio, com a aplicação de cal nas vias urbanas pavimentadas.

5.6 Energia elétrica e iluminação pública

5.6.1 Energia elétrica

A Distribuição de Energia Elétrica no Município de Catanduvas é realizado pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia. Observa-se, a partir da tabela 27 abaixo, que a maioria de consumidores é residencial, no entanto a maior parte do consumo é rural.

Tabela 27 – Atendimento e Tipologia de Uso de Energia Elétrica

| Variável | Consumo (Mwh) | Consumidores |
|--|---------------|--------------|
| Residencial | 4163 | 2383 |
| Setor Secundário (Indústria) | 2167 | 30 |
| Setor Comercial | 1586 | 191 |
| Rural | 5875 | 957 |
| Outras classes (consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público) | 2852 | 90 |
| Mercado livre (outras formas de aquisição de energia não dependente da COPEL) | 284 | 1 |
| Total | 16927 | 3652 |

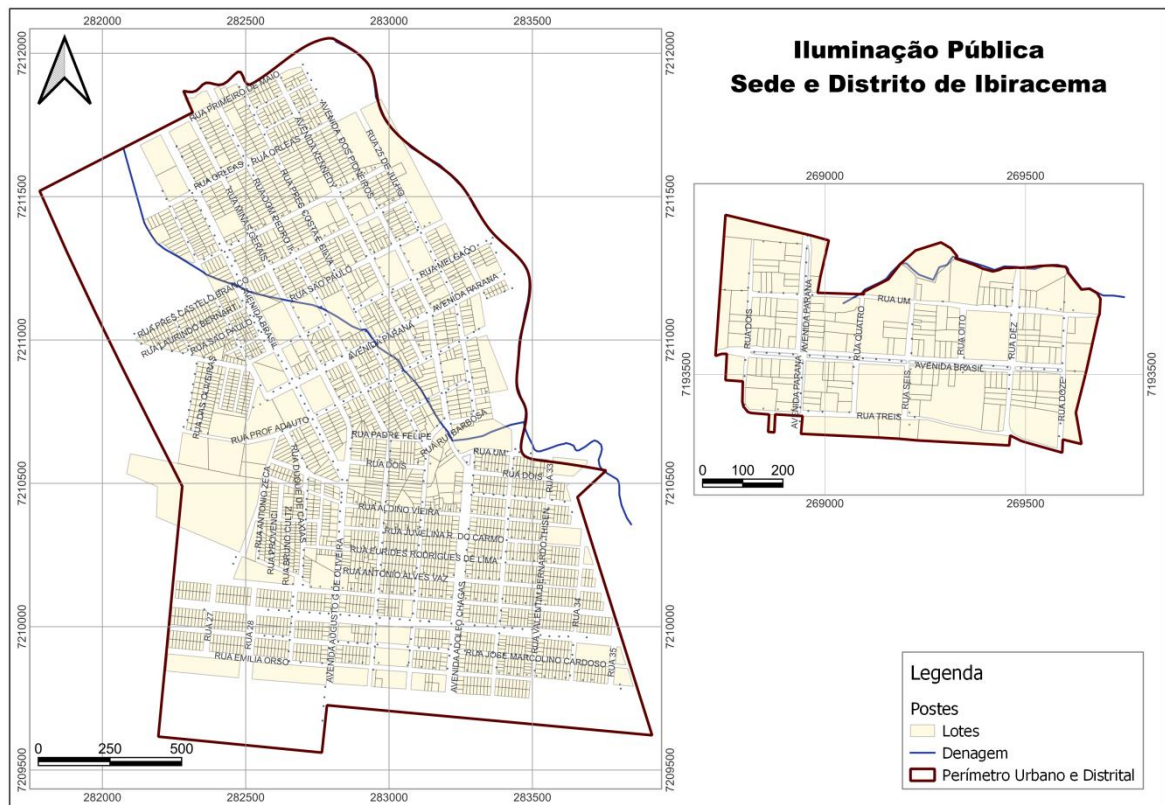
Fonte: IPARDES (2022a).



5.6.2 Iluminação Pública

O sistema de iluminação pública municipal atende a todas as áreas ocupadas do Perímetro Urbano e do Distrito de Ibiracema.

Figura 39 – Mapa de Iluminação Pública Sede e Distrito de Ibiracema



Fonte: CTMGEO, 2022.

5.7 Comunicação

Segundo o Ipardes (2022a), a infraestrutura de comunicação, no município de Catanduvas, é composta por correios, telefonia e Internet e sistema de rádio e televisão.

5.7.1 Telecomunicações

Quanto à infraestrutura de telecomunicação, o município é servido por Internet Banda larga com acesso via Cabo, Fibra ótica, Rádio, Satélite e LTE. Possui uma



emissora de rádio. Não possui emissora local de TV, porém tem acesso à demais emissoras por meio de TV aberta ou por assinatura via Cabo, Fibra ótica, Rádio e Satélite.

A telefonia ocorre de modo fixo, com acesso por Cabo, Fibra ótica, Rádio e satélite, e ainda a telefonia móvel nas modalidades pré e pós pagos.

5.7.2 Correios

O município possui uma agência dos Correios localizada no centro da sede e duas agências correios comunitárias, sendo uma localizada no Distrito de Ibircema e outra localizada em Vila Santa Cruz.

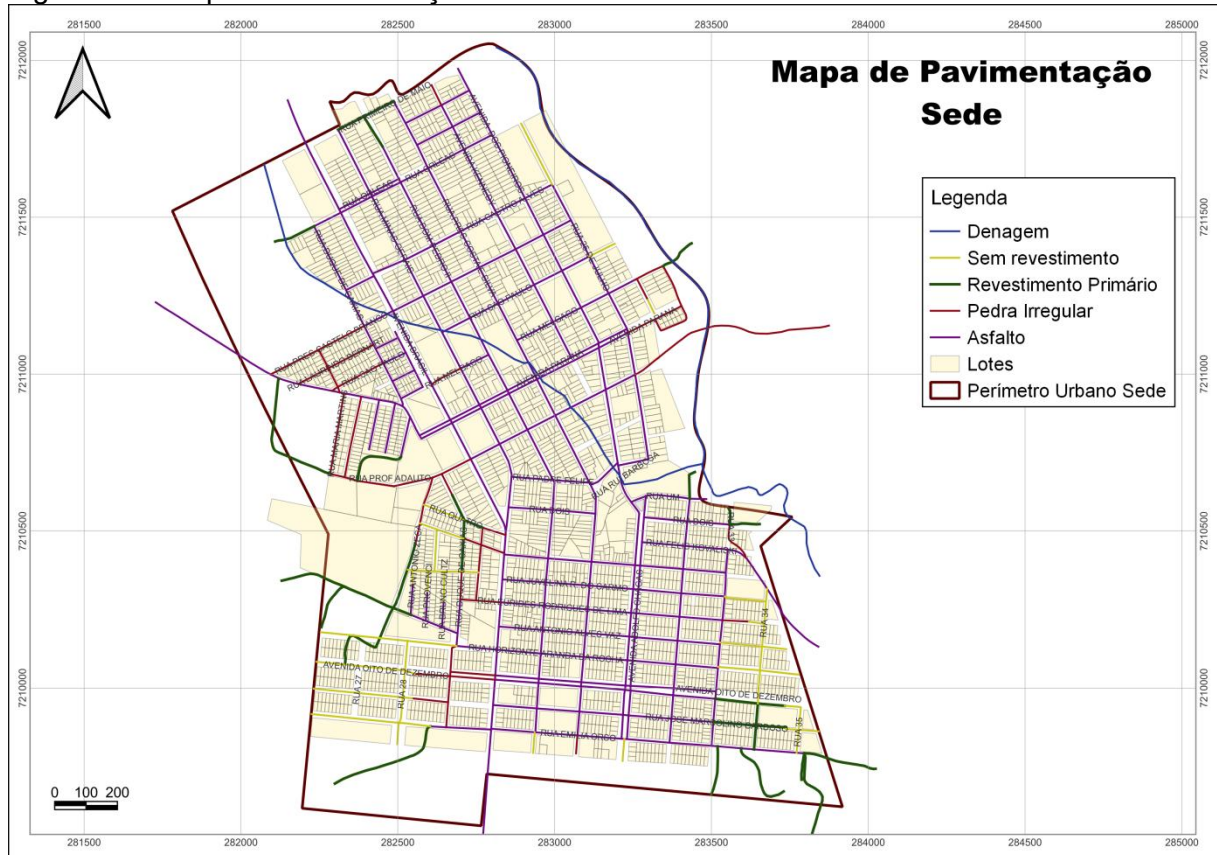
5.8 Pavimentação

A pavimentação asfáltica contempla a maior parte do território urbano do município, atendendo, às Vias Coletoras, Vias Estruturais, Vias Comercial e de Serviços, apenas alguns trechos nas extremidades de algumas destas possuem outro tipo de pavimento.

As vias Locais, possuem pavimentação asfáltica, na maioria das vias, e no restante tem pavimentação em pedra irregular. Existem ainda no perímetro urbano do município algumas vias sem pavimentação, estas estão dispostas próximas ao final das mesmas. A figura 40 demonstra a situação atual das vias urbanas da sede do município.



Figura 40 – Mapa de Pavimentação Sede

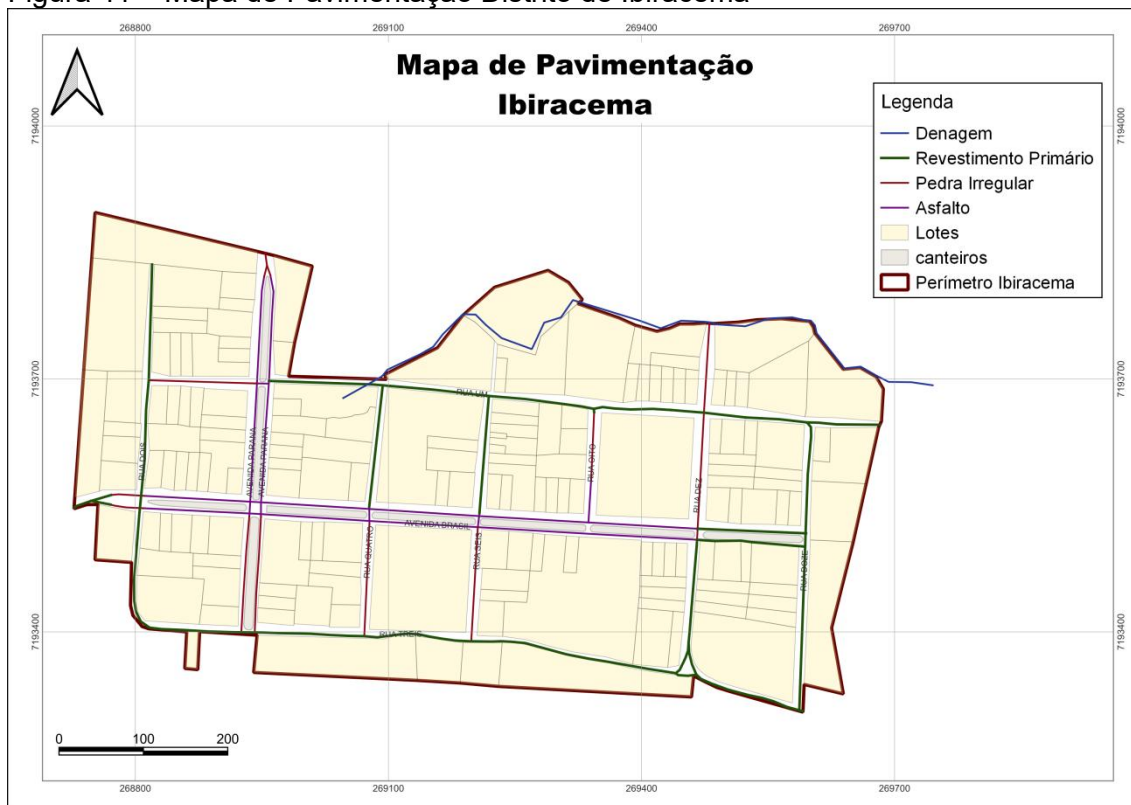


Fonte: CTMGEO, 2022.

O Distrito de Ibiracema, que possui características urbanas, tem como situação atual duas vias com pavimento asfáltico, cinco vias com pavimentação em pedra irregular e as demais não possuem pavimentação. A figura 41 ilustra a situação atual do distrito.



Figura 41 – Mapa de Pavimentação Distrito de Ibiracema



Fonte: CTMGEO, 2022.



6 ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

6.1 Saúde

O Sistema de Saúde do município é orientado pelo Plano Municipal de Saúde, sua última atualização ocorreu em dezembro de 2021 e contempla o período de 2022 à 2025, a seguir será apresentada a situação atual do município quanto à infraestrutura em saúde.

6.1.1 Assistência à saúde

Segundo o Plano Municipal de Saúde (2021), a assistência primária é realizada por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que é parte da Saúde da Família. Esta tem ser destacado a partir de estratégias de reorganização da atenção básica e atendimento em domicílios, escolas, creches, asilos, presídios e outros. Tendo equipes geograficamente locadas para realizar ações em promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos e manutenção da saúde da comunidade. As equipes existentes atendem aproximadamente 84% da população, o que equivale a cerca de 8.500 pessoas.

O município conta desde de 2001, com equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), que buscam conhecer a realidade das famílias, identificar os problemas de saúde e criar estratégias de enfrentamento das as realidades e necessidades dos diversos ciclos de vida.

6.1.2 Estruturas de Saúde

O município conta hoje com uma infraestrutura em saúde, sendo na área urbana, composta por Pronto Atendimento Municipal, Centro de Saúde, UBS, uma Base descentralizada do SAMU e uma Academia da Saúde. E na área rural composta por Mini postos de Saúde.

O PAM - Pronto Atendimento Municipal possui equipe composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, recepcionista, serviço de apoio, farmacêutica e técnica em radiologia. O atendimento no local é realizado 24 horas por dia, todos os dias da semana. Possui assistência a urgência e emergência com leitos de observação masculino, feminino e pediátrico. Conta com frota de veículos para transporte de indivíduos em casos eletivos ou de urgência.



O Centro de Saúde, que possui atendimento das 7h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, é a referência para as consultas médicas e de enfermagem, agendamentos de exames, encaminhamentos para média e alta complexidade, atendimento pré-natal, puericultura e pronto atendimento.

A Unidade Primária de saúde da Família do Alto Alegre, que possui atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, possui em seu quadro funcional médico, enfermeira, agente administrativo, fisioterapeutas, psicóloga, nutricionista e serviço de apoio.

Base descentralizada do SAMU, consiste em uma estrutura que garante tempo-resposta de qualidade e racionalidade na utilização do componente SAMU 192.

Academia da Saúde é um equipamento público que faz parte do Programa federal Academia da Saúde, que consiste numa estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado que funciona com a implantação de espaços públicos conhecidos como polos onde são ofertadas práticas de atividades físicas para a população.

Quanto às unidades Rurais, o município com uma unidade de Saúde no Distrito de Ibiracema, que possui atendimento de Segunda a Sexta-feira das 8h às 17h. Sua equipe é composta por auxiliar administrativo, técnico em enfermagem, agentes comunitários de saúde e motorista. Uma vez por semana há atendimento com médico, cirurgião dentista, auxiliar de odontologia, farmacêutico e enfermeiro. Esta Unidade atende aproximadamente 220 famílias do distrito e das localidades rurais próximas.

Ainda na área rural existe a Unidade de Saúde de Santa Cruz, que possui horário de funcionamento das 8h às 15h, sendo que uma vez por semana ocorre atendimento com médico, e cirurgião dentista. Esta unidade atende a aproximadamente 200 famílias de Santa Cruz e das localidades rurais próximas.

6.1.3 Laboratório de Análises Clínicas

A Secretaria Municipal de Saúde mantém convênio com um laboratório de análises clínicas privado.

6.1.4 Serviço de Raios-X

Os exames por imagem de Raio-X simples são realizados no Pronto Atendimento conforme solicitação médica e os demais, que dependem de laudo, são realizados em locais conveniados.



6.1.5 Farmácia Municipal

O auxílio ao acesso da população a medicamentos, concretizado pela farmácia municipal, funciona no Centro de Saúde e realiza a dispensação de medicamentos à população somente com prescrição médica.

6.1.6 Assistência à Saúde Bucal

O atendimento odontológico acontece no Centro de Saúde e nas unidades de saúde rurais.

6.1.7 Assistência de fisioterapia

O município oferece assistência em fisioterapia em instalações municipais ou em casos específicos com atendimento domiciliar.

6.1.8 Assistência de fonoaudiologia

Atendimento focado a indivíduos que apresentam dificuldade de linguagem, este deve ser encaminhado a partir de avaliação prévia.

6.1.9 Assistência de psicologia

Atendimento realizado em unidade de Saúde, o indivíduo deve ser encaminhado a partir de avaliação prévia.

6.1.10 Vigilância em Saúde

No município de Catanduvas as atividades de vigilância em saúde se dividem em Vigilância Epidemiológica, Vigilância sanitária, Saúde do Trabalhador, Vigilância Ambiental e Controle de endemias.

Cabe à Vigilância Epidemiológica realizar análises que permitam o monitoramento epidemiológico do município e subsidiem a formulação, implementação e avaliação das ações de prevenção e controle de doenças e agravos, a definição de prioridades e a



organização dos serviços e ações de saúde, bem como alimentar os sistemas nacionais correspondentes.

À Vigilância Sanitária cabe um conjunto de ações um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e prestação de serviços da saúde.

A Saúde do trabalhador visa intervir na relação entre o sistema produtivo e a saúde, busca a preservação da saúde dos trabalhadores com ações preventivas, curativas, de reabilitação função e de readaptação profissional.

O Intuito da Vigilância Ambiental é avaliar, prevenir e/ou tratar situações que podem ser geradas a partir da interferência humana no meio ambiente, que possuem ou não risco biológico.

O Controle de Endemias atua exercendo atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças relacionadas aos fatores ambientais de risco biológico e não biológico.

6.1.11 Assistência Ambulatorial Especializada

O município possui convênio com o CISOP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná, que realiza a regulação e distribuição das contas conforme a população e o agendamento de consultas e exames para média e alta complexidade são realizados no Centro de Saúde.

6.1.12 Assistência Hospitalar

O município não possui hospital, o atendimento local é realizado no Pronto Atendimento Municipal 24 horas, e caso haja necessidade de internamento, o indivíduo é encaminhado à hospitais conveniados.

6.1.13 Gestão do Trabalho em Saúde

O município entende que a gestão do trabalho é essencial para diagnosticar a situação atual e, então, planejar ações que valorizem o trabalho do profissional de saúde, refletindo assim numa assistência de saúde de qualidade.



Atualmente o município conta com profissionais concursados, contratados e cedidos pelo Estado em várias áreas de atuação. Segundo o Plano municipal de saúde há uma carência de profissionais ao se equiparar com a demanda atual. A seguir (Tabela 28) segue o quadro dos profissionais concursados e suas atuações.

Tabela 28 – Profissionais da secretaria de Saúde

| Ocupação em geral | Academia da Saúde | Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde | Clínica / ambulatório Especializado | Postos de Saúde | Secretaria de Saúde | Unidade de Serviço e de apoio de Diagnose e Terapia | Total |
|--|-------------------|---|-------------------------------------|-----------------|---------------------|---|-------|
| Assistente Social | | 01 | 01 | | | | 02 |
| Farmacêutico | | 03 | | | | | 03 |
| Médico Clínico Geral | | 03 | | 04 | | | 07 |
| Enfermeiro | | 03 | | 04 | | | 07 |
| Enfermeiro da estratégia de Saúde da Família | | 02 | | | | | 02 |
| Fisioterapeuta Geral | | 01 | 02 | | | | 03 |
| Fonoaudiólogo | | | 01 | | | | 01 |
| Médico da estratégia de Saúde da Família | | 02 | | | | | 02 |
| Nutricionista | | 01 | | | | | 01 |
| Cirurgião dentista - clínico geral | | 01 | | | | | 01 |
| Cirurgião dentista de saúde coletiva | | 01 | | | | | 01 |
| Cirurgião dentista de estratégia de Saúde da Família | | 02 | | | | | 02 |
| Psicólogo Clínico | | 03 | 01 | | | | 04 |
| Médico Veterinário | | | | | 02 | | 02 |
| Terapeuta ocupacional | | 01 | | | | | 01 |
| Auxiliar de Enfermagem | | 01 | | | | | 01 |
| Auxiliar de Enfermagem da estratégia de Saúde da Família | | 01 | | | | | 01 |
| Técnico de Enfermagem | | 08 | | 03 | | | 11 |
| Técnico de Enfermagem de saúde da Família | | 02 | | 02 | | | 04 |
| Protético Dentário | | 01 | | | | | 01 |
| Técnico em radiologia e imagenologia | | | | 02 | | | 02 |
| Agente comunitário de saúde | | 11 | | | | | 11 |
| Agente de saúde pública - agente de saneamento | | | | | 01 | | 01 |
| Atendente de consultório dentário | | 02 | | | | | 02 |
| Assistente técnico administrativo | | 02 | | 01 | | | 03 |
| Gerente administrativo | | | 01 | | | | 01 |



| | | | | | | | |
|--|----|----|----|----|----|----|-----|
| Motorista de carro de passeio | | 03 | | | | | 03 |
| Trabalhador de serviços de manutenção | 02 | 17 | | 4 | | 1 | 24 |
| Total | 02 | 72 | 06 | 20 | 03 | 01 | 104 |

Fonte: Plano Municipal de Saúde (2011).

6.2 Educação e Esporte

Educação e esporte, no município pertencem a mesma secretaria, sendo atendidas por departamentos específicos.

6.2.1 Educação

A rede escolar de Catanduvas é composta por instituições de ensino da rede privada, estadual e municipal. Sendo duas da rede privada, cinco da rede estadual e seis da rede municipal, como representado na tabela abaixo.

Tabela 29 – Estabelecimentos de ensino presentes no município.

| Nome do Estabelecimento | Modalidade de ensino | | | | Rede de ensino | | | Localidade | |
|--|----------------------|----------|-------------|-------|----------------|----------|-----------|------------|-------|
| | Especial | Infantil | Fundamental | Médio | Privada | Estadual | Municipal | Urbana | Campo |
| Escola Cuca Legal - Fundação Educacional de Catanduvas | | X | X | | X | | | X | |
| Escola Pestalozzi | X | | | | X | | | X | |
| Colégio Estadual Prof. Dilma K. Angelico | | | X | X | | X | | X | |
| Col. Estadual João F Neves | | | X | X | | X | | X | |
| Col. Estadual Maria L. V. Andrade | | | X | | | X | | | X |
| Col. Estadual Reassentamento São Marcos | | | X | X | | X | | | X |
| Col. Estadual Thomaz P. dos Santos | | | X | | | X | | | X |
| CMEI Esperança do Amanhã | | X | | | | | X | X | |
| Esc. Rural Mun. Frei Henrique Soares Coimbra | | X | X | | | | X | | X |
| Esc. Municipal Prof. Maria Mayer | | X | X | | | | X | X | |
| Esc. Municipal São Marcos | | X | X | | | | X | | X |
| Esc. Municipal Tiradentes | | X | X | | | | X | X | |
| Esc. Rural Mun. Valentin Bernardo Thisen | | X | X | | | | X | | X |

Fonte: Paraná (2022), Equipe Técnica Municipal (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

Como apresentado na tabela 29, Catanduvas é servida por Escolas da rede Estadual, e, segundo Paraná(2022), no ano de 2022, o ensino Fundamental Regular possui um total de 30 turmas com 502 matrículas, o Ensino Médio Regular, possui 14 turmas, com 309 matrículas, o Atendimento Educacional Especializado possui 15 turmas,



com 56 matrículas. Estas totalizam 59 turmas com 867 matrículas. Existem ainda as Atividades Complementares possui 13 turmas, com 216 matrículas.

Segundo a Secretaria de Educação e Esportes, a as vagas disponíveis tem atendido tem variado nos últimos quatro anos, sendo que, em algumas escolas, tem havido diminuição na quantidade de vagas disponíveis conforme apresentado na tabela que segue.

Tabela 30 – Vagas Disponíveis e Turmas existentes por Escola Municipal.

| Nome do Estabelecimento | Vagas Disponíveis | | | | Turmas Existentes | | | |
|--|-------------------|------|------|------|-------------------|------|------|------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| Esc. Rural Mun. Frei Henrique Soares Coimbra | 80 | 80 | 80 | 80 | 06 | 04 | 04 | 04 |
| Esc. Mun. Prof. Maria Mayer | 318 | 276 | 266 | 277 | 15 | 16 | 16 | 16 |
| Esc. Mun. São Marcos | 89 | 81 | 74 | 79 | 06 | 06 | 06 | 06 |
| Esc. Mun. Tiradentes | 390 | 407 | 422 | 403 | 20 | 22 | 21 | 20 |
| Esc. Rural Mun. Bernardo Thisen | 67 | 65 | 74 | 77 | 05 | 05 | 05 | 05 |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

É possível identificar, a partir de dados do Ipardes (2022), que as taxas do ensino médio e do ensino superior apresentam uma evolução positiva, a tabela 31 a seguir apresenta os dados de 2010 e o dos últimos 4 anos.

Tabela 31 – Taxas de Ensino Fundamental e Médio por ano.

| Variável | Percentual (%) | | | | | |
|--------------------|-------------------------------|------|------|------|------|------|
| | 2010 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Ensino Fundamental | Taxa de aprovação | 95,6 | 94,1 | 94,6 | 99,7 | 98,6 |
| | Taxa de reprovação | 2,2 | 5,3 | 4,9 | 0,2 | 0,8 |
| | Taxa de abandono | 2,2 | 0,6 | 0,5 | 0,1 | 0,6 |
| | Taxa de distorção idade série | 12,5 | 9,5 | 9,2 | 8,8 | 7,8 |
| Ensino Médio | Taxa de aprovação | 85,8 | 73,8 | 80,4 | 92,2 | 93,9 |
| | Taxa de reprovação | 0,6 | 15,9 | 8,4 | 0,6 | 1,4 |
| | Taxa de abandono | 13,6 | 10,3 | 11,2 | 7,2 | 4,7 |
| | Taxa de distorção idade série | 22,3 | 22,2 | 19,4 | 19,6 | 17,1 |

Fonte: IPARDES (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

Em média a estrutura Física das Escolas municipais é composta por Salas de Aula, Biblioteca, Sala de Orientação, Secretaria, Cozinha, Refeitório, Sala de Professores, Quadra Esportiva e Espaço para Recreação. Apenas uma escola possui Ginásio de Esportes e duas possuem Sala de Vídeo.



Ao serem questionados sobre necessidades de adequações, foram apontados a execução de cobertura para Parquinho, quadra coberta e acréscimo de salas de aula no CMEI Esperança do Amanhã, e a necessidade da troca de janelas na Escola Municipal Professora Maria Mayer (Tabela 32)

Tabela 32 – Estrutura Física das Escolas Municipais.

| | CMEI Esperança do Amanhã | Esc. Rural Mun. Frei Henrique Soares Coimbra | Esc. Mun. Prof. Maria Mayer | Esc. Mun. São Marcos | Esc. Mun. Tiradentes | Esc. Rural Mun. Bernardo Thisen |
|------------------------------|---|--|-----------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|
| Área Total (m ²) | 322,50 | 6.048,00 | 865,00 | 49,00 | 2.489,08 | 1.128,12 |
| N.º de Salas de Aula | 13 | 4 | 13 | 07 | 10 | 06 |
| N.º de Professores | 26 | 4 | 13 | 09 | 17 | 09 |
| Biblioteca | X | X | X | X | X | X |
| Sala de Orientação | X | X | X | X | X | X |
| Secretaria | X | X | X | X | X | X |
| Cozinha | X | X | X | X | X | X |
| Refeitório | X | X | X | X | X | |
| Sala de Professores | X | X | X | X | X | X |
| Sala de Vídeo | | | | X | X | |
| Ginásio de Esportes | | | | X | | |
| Quadra Esportiva | | X | X | X | X | X |
| Espaço p/ Recreação | | X | X | X | X | X |
| Adequações Necessárias | Cobertura Parquinho Quadra Coberta Mais salas de aula | | Troca de Janelas | | | |

Fonte: Equipe municipal (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

6.2.2 Esporte

O município possui um ginásio, um mini-ginásio e uma praça onde são desenvolvidas regularmente atividades esportivas.

O Ginásio de Esportes João Maria Alves de Oliveira está situado na Avenida dos Pioneiros, s/n, bairro Centro (Figura 42). Neste espaço são desenvolvidas diariamente atividades desportivas amadoras, praticadas por uma população jovem compreendida na



faixa dos 04 aos 18 anos de idade. O local possui capacidade para abrigar um público de 3.000 pessoas.

Figura 42 – Ginásio de Esportes João Maria Alves de Oliveira



Fonte: Ecotécnica, 2007.

O mini-ginásio de esportes está localizado à Rua Principal, no Distrito de Ibiracema, junto à Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Vieira Andrade. A edificação encontra-se em fase final de construção e, quando da conclusão da obra, irá atender a comunidade escolar e a população em geral, representando mais uma opção para a prática desportiva amadora na região. Em algumas comunidades rurais também se verificam ginásios e quadras poliesportivas (Figura 43).

Figura 43 – Ginásio de Esportes Comunidade Santa Cruz



Fonte: Ecotécnica, 2007.



A praça de esportes Emilio João Bernartt está localizada na Avenida Paraná, s/n, bairro Centro. O local oferece uma série de opções para a que a população possa se exercitar, havendo inclusive áreas para a realização de caminhadas. A praça possui um campo de futebol sete, cancha aberta, áreas arborizadas; sanitários e arquibancadas com a capacidade para 2.000 pessoas. Além das três opções citadas, o município conta ainda com a infraestrutura, para a prática de esportes, apresentada na tabela a seguir (Tabela 33).

Tabela 33 – Equipamentos Esportivos em Catanduvas-PR.

| Quant. | Tipo | Localização | Observação |
|--------|-----------------------------|---|---|
| 01 | Cancha desportiva | Rodovia PR-471 em Santa Cruz | Utilização por escolares e comunidades aos finais de semana |
| 01 | Campo de futebol aberto | Av. Brasil, Bairro Alto Alegria-saída para Três Barras do Paraná (PR-471) | |
| 02 | Cancha sintética para bocha | Country Club | |
| 01 | Cancha sintética para bocha | Assermucat | |
| 01 | Cancha sintética para bocha | Santa cruz | |
| 01 | Cancha de bolão | Country Club | |
| 01 | Cancha de bolão | Assermucat | |
| 01 | Cancha de bolão | Santa cruz | |
| 01 | Campo de futebol suíço | Country Club | |
| 01 | Campo de futebol suíço | Assermucat | |
| 01 | Campo de futebol suíço | Associação Veteranos | |
| 01 | Campo de futebol suíço | Pça Esportes Emilio J. Bernartt | |
| 01 | Campo de futebol suíço | Pavan | |
| 10 | Canchas de areia para bocha | Igreja de São Sebastiao | Demais unidades nas comunidades rurais |
| 01 | Cancha para prova de laço | CTG Presilha dos Pagos-Rodovia PR-471-saida para Três Barras do Paraná | |

Fonte: Equipe Municipal (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

Quanto a eventos e campeonatos a Prefeitura Municipal promove três campeonatos esportivos anualmente:

- Campeonato Municipal de futebol de campo
- Campeonato Municipal de futsal;
- Campeonato Municipal de bocha e bolão.

No município são realizados também os Jogos da Integração. Neste evento, diversas modalidades esportivas amadoras são praticadas, inclusive jogos de mesa como xadrez, truco e canastra. Esportes de competição individuais e coletivos também são



praticados, como o voleibol, voleibol de duplas, futebol sete, futebol de areia sub 17, futebol de campo, futsal, bocha, bolão e tênis de mesa. Provas como corridas atléticas e tiro de laço também ocorrem no evento, o qual conta com a participação de aproximadamente 800 atletas provenientes da comunidade local inscritos nas diversas modalidades, nas categorias masculino e feminino livre (PCM,2006).

O Município é também representado por equipes amadoras, formadas nas diversas modalidades esportivas, em jogos abertos, colegiais e da Cantuquiriguaçu (este último considerado o maior evento esportivo da região). Como exemplo, pode-se citar a participação na Copa CATV (regional). Copa CANTU (regional), Jogos Brasileirinho, com categorias infanto-juvenil (regional) e Projeto 2º tempo (programa estadual em parceria com o município). O calendário esportivo obedece ao cronograma explicitado na Tabela 34.

Tabela 34 – Calendário Esportivo - Catanduvas - PR.

| Meses | Evento |
|----------------|---|
| Fevereiro | Campeonato Municipal de Futebol de Campo |
| Abril | Campeonato Municipal de Futsal |
| Junho a Julho | Jogos de Integração |
| Agosto | Campeonato Municipal de Bocha e Bolão |
| Abril/ Maio | JARCAN'S (Jogos Abertos da Cantuquiriguaçu) |
| Período letivo | Jogos internos para categorias infanto-juvenil (12 aos 15 anos): jogos de futsal em amistosos regionais |

Fonte: Equipe Municipal (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

6.3 Cultura e Turismo

O município de Catanduvas, possui um rico calendário de eventos que demanda atividades culturais, festivas e Cívicas como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 35 – Calendário municipal de eventos.

| Mês | Evento | Local |
|---------|---|--------------------------------------|
| Janeiro | Festa de São Sebastião | Paróquia São Sebastião |
| | Rodeio Crioulo Interestadual | CTG Presilha de Pagos |
| Março | Caminhada Internacional da Natureza | Circuito Rio Adelaide |
| Julho | Cavalcada Intermunicipal de Catanduvas | Bosque Municipal Tancredo Neves |
| | Show em comemoração ao aniversário do Município | Bosque Municipal Tancredo Neves |
| | Encontro de Trilheiros Catandulama | Centro de eventos Natalício Léo Fell |
| | Rolimã Fest - Encontro de Carrinhos de Rolimã | Avenida Paraná |



| | | |
|-----------------|--|---------------------------------|
| Agosto | Festa da Comunidade | Comunidade São Roque |
| Setembro | Festa da Comunidade | Comunidade Santana |
| | Desfile Cívico em comemoração à proclamação da república | Avenida Paraná - Centro |
| Outubro | Festividade em comemoração ao dia das crianças | Bosque Municipal Tancredo Neves |
| | Fresta de Nossa Senhora Aparecida | Comunidade Varguinhas |
| Novembro | Cicloturismo | Bosque Municipal Tancredo Neves |
| | Festa da Terceira Idade | Salão Paroquial CEFOC |
| | Festa Capela Cristo Rei | Vila Santa Cruz |
| Dezembro | Concurso Miss Comércio | Salão Paroquial |
| | Festa de Santa Luzia | Distrito de Ibracema |
| | Festival Municipal Valores da Terra | |
| | Festival Regional de Catanduvas - FERCAT | |
| | Chegada do Papai Noel | |
| | Réveillon | |

Fonte: Equipe Municipal (2022), adaptado por CTMGEO, 2022.

O município conta com locais para o fomento da Cultura e do Lazer, com possibilidade de visitação ou oferecendo aulas e cursos, conforme segue.

O Centro Cultural Roseli do R. M. de Oliveira está localizado à Rua Presidente Costa e Silva, 496 no centro da cidade. Com capacidade para 350 pessoas. Com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, o estabelecimento oferece aulas de violão, bateria, teclado, contrabaixo e guitarra.

A Biblioteca Cidadã Maria da Luz Rodrigues encontra-se localizada à Avenida dos Pioneiros, 492, Centro. Possui capacidade para até 30 pessoas e tem atendimento em horário comercial das 8h às 12h e das 13h às 17h.

O Centro de Eventos Natalício Léo Fell, está localizado no Parque do CTG Presilha dos Pagos, no bairro Alto Alegre e possui capacidade para 850 pessoas.

O Centro de Eventos da Terceira Idade, localizado à Avenida Presidente Kennedy, tem capacidade para 500 pessoas, e tem em seu calendário semanal as matines da terceira idade que ocorrem às terças-feiras das 14h às 18h.

O Memorial da Revolução de 1924, está localizado à Avenida Presidente Kennedy, 513 no centro da cidade e tem atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h. Além do memorial o município conta com dois cemitérios que guardam os restos mortais de alguns soldados mortos na Revolução de 1924, localizados nas comunidades de Roncador e Tormentinha.

O Bosque Municipal Tancredo Neves, localiza-se à Rua São Paulo, esquina com a rua 25 de Julho, no centro da cidade. Possui como infraestrutura quiosques e salão de



festas com capacidade para 400 pessoas, estes estão disponíveis para uso mediante a agendamento.

O município conta com as cachoeiras no Rio Adelaide nas comunidades de Malucelli e Cajati, estas possuem quedas d'água naturais cercadas de mata nativa que garantem uma dose de natureza à cidade.

Como local de fomento a cultura gaúcha, o município possui o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Presilha dos Pagos, que iniciou suas atividades em 1990, e localiza-se no Bairro Alto Alegre à Rodovia PR 471 Km 15, sem número.

O município ainda conta com o Country Club, fundado em 1986, localiza-se à Avenida dos Pioneiros, 50, com funcionamento de segunda a domingo e possui capacidade para 400 pessoas.

6.4 Assistência Social

A Política Municipal de Assistência Social no município é coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que de acordo com a LOAS, provê os mínimos sociais, através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. Conta com um conjunto de serviços, programas e benefícios que compõe a Rede Socioassistencial, pautada no Sistema Único de Assistência Social.

Na Proteção Social Básica, possui o Centro de Referência de Assistência Social, com objetivo de fortalecer a função protetiva da família, através de qualificação, acompanhamento familiar, oferta de benefícios e serviço de convivência. No CRAS concentra-se o Cadastramento Único para os programas Federais.

Na Proteção Social Especial, possui o Serviço de Proteção Social Especial com orientações e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, e atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA e PSC). Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, possui uma Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, nomeada como Casa de Passagem Bom Jesus. Conta com uma Unidade de Acolhimento Institucional para Idosos o Lar dos Idosos Vovó Vivina, entidade executora da Associação de Proteção a Maternidade, Infância e ao Idoso-APMIF.

Com relação ao Controle Social, sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, funciona a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Polícias Setoriais, vinculadas a Assistência Social, como o Conselho Municipal de



Assistência Social-CMAS, que funciona também como Instância de Controle do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA e a ele vinculado o Conselho Tutelar, e o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso-CMDI. Está em fase de implantação o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Na Tabela 36 são apresentadas as unidades de atendimento da rede Socioassistencial existente no município.

Tabela 36 – Rede Socioassistencial - Unidades de Atendimento

| Unidade de Atendimento | | GOV. | NÃO GOV. |
|---------------------------------|---|------|----------|
| Proteção Social Básica | Centro de Referência de Assistência Social - CRAS | X | |
| | Centro de Convivência da Terceira Idade | | X |
| Proteção Social Especial | Lar dos Idosos Vovó Vivina | | X |
| | Casa de Passagem Bom Jesus (Acolhimento Institucional para criança e adolescente) | X | |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022).

A Tabela 37 apresenta os programas e serviços da rede Socioassistencial municipal.

Tabela 37 – Rede Socioassistencial - Programas / Serviços

| Programas / Serviços | | GOV. | NÃO GOV. |
|---------------------------------|--|------|----------|
| Proteção Social Básica | Programa de Apoio a família - PAIF | X | |
| | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) | X | |
| | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Associação Pestalozzi de Catanduvas | | X |
| | Benefícios Eventuais | X | |
| | Benefícios de Prestação Continuada | X | |
| | Programa Auxílio Brasil | X | |
| Proteção Social Especial | Serviço de PSE para pessoa com deficiência e suas famílias | X | |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022).



6.5 Segurança

A segurança pública do município de Catanduvas é subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, conta com a Delegacia de Polícia de Catanduvas, localizada à Rua Minas Gerais, 335, e também com o 6º Batalhão de Polícia Militar, localizado à Rua Minas Gerais, 339.

Ao analisar os dados dos últimos 4 anos, conforme apresentado na tabela 38 observa-se, de modo geral, um aumento em todos os itens, no entanto, ao observar os anos de 2020 e 2021 observa-se a diminuição, ou seja, houve, de modo geral, um aumento entre 2019 e 2020, havendo uma diminuição em 2022. Com exceção para os casos de violência contra mulher que teve um gradativo e significativo no período, seguido por violência doméstica e violência doméstica contra a mulher.

Tabela 38 – Ocorrências de crimes no período de 2018 a 2021.

| Variável | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|------|------|------|------|
| Armas de fogo apreendidas | 17 | 13 | 17 | 5 |
| Crimes de ameaça | 96 | 130 | 109 | 100 |
| Crimes de estelionato | 19 | 23 | 28 | 49 |
| Crimes de estupro | 14 | 9 | 6 | 6 |
| Crimes de furto | 95 | 72 | 64 | 85 |
| Crimes de lesão corporal | 58 | 82 | 85 | 51 |
| Crimes de roubo | 10 | 10 | 4 | 2 |
| Furtos de veículos | 8 | 10 | 3 | 8 |
| Ocorrências envolvendo tráfico de drogas | 4 | 9 | 8 | 9 |
| Ocorrências envolvendo uso/consumo de drogas | 11 | 9 | 11 | 10 |
| Perturbação do sossego/tranquilidade | 5 | 16 | 19 | 9 |
| Roubos de veículos | 2 | 1 | - | - |
| Violência contra a mulher | 97 | 149 | 149 | 167 |
| Violência doméstica | 37 | 66 | 66 | 49 |
| Violência doméstica contra a mulher | 31 | 58 | 57 | 48 |
| Violência sexual | 14 | 9 | 5 | 9 |

Fonte: IPARDES (2022).

Quanto às ocorrências de trânsito, no período de 2018 a 2021, há uma clara diminuição, não havendo nos últimos anos acidentes com vítimas fatais (tabela 39)



Tabela 39 – Ocorrências de acidentes e vítimas no período de 2018 a 2021.

| Variável | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|------|------|------|------|
| Total de acidentes de trânsito com vítimas | 4 | 5 | 3 | 1 |
| Total de acidentes de trânsito sem vítimas | 1 | - | 1 | - |
| Total de Vítimas de acidente | 5 | 5 | 4 | 1 |
| Total de Vítimas fatais de acidente | - | - | - | - |

Fonte: IPARDES (2022).

Em Catanduvas esta localizada a Penitenciária Federal de segurança máxima, implantada a sul da sede urbana do município às margens da rodovia PR 471. Ocupa uma área de 12,6 mil metros quadrados. A penitenciária está implantada em uma área identificada como “área urbana isolada” Instituída pela Lei Municipal 027/2007.



7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

7.1 Estrutura Administrativa

A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Catanduvas é composta por 9 secretarias e 11 departamentos. Abaixo segue a relação com os respectivos responsáveis.

1. PREFEITO MUNICIPAL

Moises Aparecido de Souza

2. VICE PREFEITO

Carlos dos Santos

3. CONTROLADORIA INTERNA

Cargo: Controlador Interno

Nome: Edilson Malavski

4. DEPARTAMENTO JURÍDICO

Cargo: Assessor Jurídico

Nome: Alaor Carlos de Oliveira

5. GABINETE DO PREFEITO

Cargo: Chefe

Nome: Silvana da Silva Trombeta

6. ASSESSORIA DE IMPRENSA

Cargo: Assistente Administrativo

Nome: Silmara Ribeiro da Silva

7. Secretaria de Finanças

Cargo: Secretário

Nome: Oziel de Oliveira

a) Departamento de Contabilidade e Orçamento

Cargo: Diretor

Nome: Juliano Aparecido do Amaral Guedes

b) Departamento de Arrecadação e Fiscalização

Cargo: Agente Fiscal

Nome: Demóstenes Francisco Valentini

c) Departamento de Licitação

Cargo: Assessora Técnica



Nome: Juliana Cristina da Silva

8. *Secretaria de Administração*

Cargo: Secretário

Nome: Francisco Alves dos Santos

a) Departamento de Recursos Humanos

Cargo: Técnica em Processamento de Dados.

Nome: Vanda Ana Bendo

b) Departamento de Compras

Cargo: Agente Fiscal

Nome: Dihoany Tochinski Bazzi Maciel

c) INCRA / JSM Identidade

Cargo: Assistente Administrativo

Nome: Celso Thisen

9. *Secretaria de Planejamento*

Cargo: Secretário

Nome: Douglas José Dall' Apria

10. *Secretaria de Educação e Esportes*

Cargo: Secretário

Nome: Sirley Ferreira Esma

11. *Secretaria de Saúde*

Cargo: Secretário

Nome: Ademar Luiz Burckhardt

12. *Secretaria de Urbanismo, Viação e Obras*

Cargo: Secretário

Nome: Jair Rocha

a) Departamento de Urbanismo

Cargo: Diretor

Nome: Leandro Oliveira da Silva

b) Departamento de Viação

Cargo: Diretor

Nome: Jose Carlos Efisio

13. *Secretaria de Assistência Social*

Cargo: Secretário

Nome: Sueli Alves Garcia de Souza

a) Departamento de Assistência Social



Cargo: Diretor

Nome: Claudia Rejane Pacheco

14. Secretaria de Trabalho, Indústria e Comércio

Cargo: Secretário

Nome:

a) Departamento de Trabalho

Cargo: Diretor

Nome:

15. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Cargo: Secretário

Nome: Delcio Giuliani

a) Departamento de Fomento Agropecuário

Cargo: Diretor

Nome: Messias Marcos Mendes.

16. Secretaria de Cultura e Turismo

Cargo: Secretário

Nome: Mildo Ramos

7.2 Gestão

7.2.1 Os setores de gestão, planejamento, finanças e obras

Os setores de Gestão, Planejamento, Finanças e Obras estão englobados na estrutura administrativa: Secretaria de Administração, de Finanças, de Urbanismo, Viação e Obras, sendo de vital importância para a implantação e implementação do Plano Diretor. Entretanto vale a observação acima de implementação do organograma e alçadas de decisão.

7.2.2 O controle de patrimônio

Com as exigências do Tribunal de Contas o sistema de controle tem que ser constantemente atualizado e aprimorado de forma a atender as exigências na prestação de contas pela Contabilidade junto ao Tribunal.



7.2.3 Normas e trâmite de procedimentos administrativos e o arquivo de processos

Na grande maioria municípios pequenos e médios a edição de normas administrativas para o bom funcionamento dos vários setores da administração, a não ser os atos obrigatórios, é muito rara. A expedição de normas de procedimentos administrativos, dentro dos limites legais, é instrumento importante para dar eficiência e uniformidade ao desempenho das funções públicas. O exercício adequado só se consolidará através do conhecimento da equipe a respeito da importância destas normas, já que assim terão embasamento para a sua elaboração e prática.

A protocolização, tramitação e arquivamento dos requerimentos é um item importante da desburocratização dos procedimentos. O arquivamento dos requerimentos e processos deve ser feito num arquivo geral, de forma organizada e de fácil busca. Entretanto, a prática indica que alguns tipos de processos poderiam ser arquivados no próprio setor (ex. obras e licitações), porém os demais documentos devem ser centralizados para uma maior segurança e organização.

Particularmente, em relação ao Alvará de Licença para funcionamento de atividades no Município, o sistema não oferece dificuldades. O pequeno número de Alvarás expedidos não justifica um aumento de estrutura para atender a demanda.

7.2.4 Regime de previdência

Regime próprio de Previdência.

7.2.5 Equipamentos de informática dos softwares

A situação em relação aos equipamentos pode ser considerada boa, entretanto em alguns setores precisa de atualização e um reforço de equipamento.

O Município possui um site, que tem suporte para a inclusão das necessidades do Plano Diretor.



7.2.6 Sistema de informação municipal

O município possui cadastro e/ou bancos de dados informatizados de: saúde, educação, contabilidade, funcionários, controle de execução de orçamento, cadastro imobiliário e mobiliário e folha de pagamento.



8 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

A Lei do Plano Diretor Municipal e as demais leis urbanísticas que compõem o Plano Diretor estão embasadas, além de outras, nas seguintes leis e instrumentos: Constituição Federal; Constituição do Estado do Paraná; do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01); Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto nº 2580 de 17/02/04); Lei Estadual nº 15.229/2006; Agenda 21; Lei Orgânica Municipal; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual Municipal; Lei Federal nº 6.766 e suas alterações constantes das leis nº 9.786/99 e nº 10.932/04; Código Florestal Lei nº 12.651/2012 com as alterações as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Lei nº 12.587/2012 com as alterações e NBR 9050.

A Legislação Urbanística em vigor no município, passou a vigorar a partir do ano de 2008, conforme listada abaixo:

- ✓ do Plano Diretor Municipal;
- ✓ dos Perímetros Urbanos;
- ✓ do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- ✓ de Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;
- ✓ de Mobilidade;
- ✓ do Código de Obras;
- ✓ do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- ✓ de Compulsoriedade e Aproveitamento do solo Urbano;
- ✓ de Consórcio Imobiliário.

Ao longo do tempo houveram algumas adequações e/ou mudanças, a Lei dos Perímetros Urbanos foi alterada em 2009 pela Lei 038/2009, e a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal foi alterada em 2017 pela Lei 009/2017.

A Lei do Plano Diretor e as demais leis que a complementam são peças jurídicas fundamentais para o desenvolvimento organizado, equilibrado e harmonioso do Município. As revisões das legislações passaram por debate, de forma a harmonizar os vastos interesses envolvidos, dentro de uma leitura comunitária e técnica.



9 AVALIAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

9.1 Receita de Arrecadação Própria

Receitas de Arrecadação Própria correspondem ao montante das receitas obtidas em decorrência de esforço próprio na arrecadação. As Receitas Próprias são o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, serviços, outras receitas correntes e outras receitas de capital, menos as deduções para a formação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O Município recebe receitas de diversas fontes, na tabela abaixo vê-se os principais grupos de receita, onde demonstram um crescimento nos últimos 5 anos e a previsão para 2022 é continuar seguindo o mesmo caminho. A receita com maior variação é a patrimonial, que apresenta o segundo menor valor dos últimos cinco anos. A maior arrecadação mantém sendo a de transferências que englobam até mesmo transferências advindas do governo e verbas para investimento.

Tabela 40 – Comparativo: evolução das receitas por categoria (Valores em R\$)

| ESPECÍFICA | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Previsão 2022 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas Correntes | 30.732.299,57 | 33.121.113,72 | 39.410.604,29 | 37.246.863,49 | 44.177.667,12 | 45.025.559,00 |
| Receitas Tributárias | 2.097.166,40 | 2.302.013,05 | 2.722.656,27 | 3.134.256,40 | 3.552.029,83 | 3.454.105,00 |
| Receita de Contrib. | 424.157,88 | 453.340,06 | 541.884,99 | 602.189,84 | 659.477,02 | 746.000,00 |
| Receita de Patrimonial | 561.952,33 | 241.512,17 | 281.160,77 | 71.886,35 | 471.922,51 | 165.387,00 |
| Receita Agropec. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 44.281,00 | 3.905,00 | 16.000,00 |
| Trasfer. Correntes | 27.531.821,96 | 30.087.068,20 | 35.848.561,71 | 33.208.994,00 | 39.292.166,24 | 40.542.267,00 |
| Outras Receitas Correntes | 117.201,00 | 37.180,24 | 16.340,55 | 185.255,90 | 198.166,52 | 101.800,00 |
| Receita de Capital | 1.227.219,45 | 1.290.436,14 | 2.868.273,74 | 12.299.981,28 | 3.063.971,57 | 6.660.800,00 |
| Trasfer. de Capital | 1.227.219,45 | 1.238.179,31 | 2.798.723,74 | 11.024.181,28 | 3.063.971,57 | 6.610.800,00 |
| Operação de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.275.800,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 52.256,83 | 69.550,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| Total | 31.959.519,02 | 34.411.549,86 | 42.278.878,03 | 49.546.844,77 | 47.241.638,69 | 51.686.359,00 |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022).



9.2 Receitas tributárias

As receitas tributárias constituem-se na principal fonte de arrecadação própria dos municípios brasileiros, as demais receitas não apresentam muita significância e também dependem em sua maioria de decisões arbitrárias do poder público.

As receitas tributárias são as receitas provenientes do poder de tributação do governo. Nesta categoria de receita estão incluídos todos os tributos definidos na Constituição Federal do Brasil, a saber, os impostos, taxas e contribuições de melhorias. Usadas de forma estratégicas podem ser utilizadas como política pública, desenvolvimento urbano e arrecadação pública.

Dentro do federalismo fiscal brasileiro em vigor, os tributos de competência municipal são: o Imposto sobre a Propriedade Imobiliária Urbana (IPTU); Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Taxas e Contribuição de Melhoria.

A Tabela 41 revela que a Contribuição de Melhoria não está sendo utilizada no Município em termos de volume arrecadado. Vale frisar que a Contribuição de Melhoria é um tributo importante no tocante ao financiamento de obras públicas e que por isso deve ser utilizada sempre que possível.

Ao analisar o crescimento entre o período de 2016 e 2021, vê-se que as receitas tributárias apresentaram um aumento significativo, sendo IPTU de 159,34%, ISSQN de 58,53%, ITBI de 223,27% e Taxas de 82,42%.

Tabela 41 – Receitas próprias do município de Catanduvas (Valores em R\$)

| TRIBUTOS | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| IPTU | 138.986,33 | 147.064,95 | 134.030,04 | 229.781,93 | 211.986,98 | 360.444,00 |
| ISSQN | 745.658,59 | 864.448,01 | 889.990,77 | 951.259,83 | 1.108.608,80 | 1.182.101,79 |
| ITBI | 177.140,83 | 143.705,67 | 302.299,79 | 339.756,72 | 478.860,99 | 572.645,46 |
| TAXAS | 338.421,22 | 393.601,01 | 386.215,44 | 506.417,76 | 581.728,09 | 617.359,30 |
| CONT. MELHORIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.400.206,97 | 1.548.819,64 | 1.712.536,04 | 2.027.216,24 | 2.381.184,86 | 2.732.550,55 |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022).

O IPTU e o ISSQN são os principais tributos na grande maioria dos municípios brasileiros, este fato também é verificado no município onde ambos representaram quase



56,45% (13,19% e 43,26% respectivamente) dos tributos arrecadados em 2021 (tabela 42).

Outro ponto que merece destaque na tabela é a participação das “Taxas” na receita tributária que chegou a representar 25,41% da arrecadação em 2017, entretanto houve a redução nos anos seguintes até atingir 22,59% em 2021.

Tabela 42 – Índice de Composição dos tributos na receita tributária

| Exercício | IPTU | ISSQN | ITBI | Taxa | C. Melhoria | Total |
|-----------|--------|--------|--------|--------|-------------|-------|
| 2017 | 9,5% | 55,81% | 9,28% | 25,41% | 0,0% | 100% |
| 2018 | 7,83% | 51,97% | 17,65% | 22,55% | 0,0% | 100% |
| 2019 | 11,33% | 46,92% | 16,76% | 24,98% | 0,0% | 100% |
| 2020 | 8,9% | 46,59% | 20,11% | 24,43% | 0,0% | 100% |
| 2021 | 13,19% | 43,26% | 20,96% | 22,59% | 0,0% | 100% |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022), adaptado por CTMGEO (2022).

A tabela a seguir apresenta a participação percentual de tributos Municipais na Receita Corrente, o que reforça as análises realizadas acima.

Tabela 43 – Índice de Composição dos tributos na receita tributária

| Exercício | Receita Corrente | IPTU | ISSQN | ITBI | Taxa | C. Melhoria |
|-----------|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| 2016 | R\$ 26.042.896,28 | 0,53% | 2,86% | 0,68% | 1,30% | 0,00% |
| 2017 | R\$ 26.516.119,04 | 0,55% | 3,26% | 0,54% | 1,48% | 0,00% |
| 2018 | R\$ 28.653.798,82 | 0,47% | 3,11% | 1,06% | 1,35% | 0,00% |
| 2019 | R\$ 34.889.660,37 | 0,66% | 2,73% | 0,97% | 1,45% | 0,00% |
| 2020 | R\$ 32.623.355,13 | 0,65% | 3,40% | 1,47% | 1,78% | 0,00% |
| 2021 | R\$ 38.346.776,17 | 0,94% | 3,08% | 1,49% | 1,61% | 0,00% |
| Médias | R\$ 31.178.767,64 | 0,65% | 3,07% | 1,08% | 1,51% | 0,00% |

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022).

O IPTU, segundo alguns especialistas, pode ser entendido como um condomínio da cidade em que seus habitantes são os condôminos e, portanto, têm a obrigação de arcar com seu ônus para que o município possa custear suas atividades. Sob essa ótica pode-se calcular o valor *per capita* do IPTU, a fim de apurar o valor do condomínio da cidade. A média nacional *per capita* do IPTU, segundo o anuário Multi Cidades, 2022 com dados de 2020, é de R\$240,70, no entanto nas cidades com até 20 mil habitantes, a média é de R\$47,85. No município de Catanduvas em 2021, utilizando a estimativa populacional do IBGE que é de 10.144 habitantes, o valor de IPTU *per capita* foi de



aproximadamente R\$35,53, estando a baixo da média das cidades com até 20 mil habitantes. De acordo com IPEA (2018), o nível arrecadatório do IPTU entre os municípios brasileiros é relativamente baixo e não há um conhecimento pleno para as causas desse fenômeno.

Outro tributo que merece destaque é o ISSQN, que na maior parte dos municípios brasileiros representa a maior parcela da arrecadação tributária (40%). De acordo com o anuário de finanças dos municípios do Anuário Multi Cidades de 2022, a média nacional *per capita* de ISS é de R\$ 343,88, nas cidades com até 20 mil habitantes, a média *per capita* é de R\$97,58. Já o município de Catanduvas no ano de 2021 arrecadou cerca de R\$ 116,53 por habitante, valor abaixo bem da média brasileira, no entanto está acima da média das cidades com a população de até 20 mil habitantes.

9.3 Repasses para o Município de Catanduvas

Conforme apresentado na tabela a seguir, observa-se, ao comparando o período de 2017 a 2021, que houve um crescimento significativo quanto aos valores nominais do ICMS líquido de 33%.

O IPVA é um fator relevante em termos de transferência do Estado para grande parte dos municípios, tem razoável representatividade financeira nos resultados participando, o melhor desempenho do período analisado foi o ano de 2021, em contraste o ano de 2017, que foi o pior desempenho.

Tabela 44 – Repasses de Receitas ao Município de Catanduvas

| Ano | ICMS* | | Fundo de Exportação ** | IPVA**** | Total Repasse Líquido |
|-------|----------------|------------------|------------------------|------------|-----------------------|
| | Repassse Bruto | Repassse Líquido | | | |
| 2017 | 8.828.463,13 | 7.062.770,70 | 123.088,53 | 658.531,02 | 7.844.390,25 |
| 2018 | 9.583.303,34 | 7.666.642,93 | 188.644,27 | 694.976,61 | 8.550.263,81 |
| 2019 | 9.614.300,33 | 7.691.440,52 | 190.101,90 | 720.627,49 | 8.602.169,91 |
| 2020 | 9.258.925,77 | 7.407.140,84 | 189.703,16 | 795.767,02 | 8.392.611,02 |
| 2021 | 11.594.742,93 | 9.275.794,57 | 305.646,83 | 869.685,69 | 10.451.127,09 |
| Média | 9.775.947,10 | 7.820.757,91 | 199.436,94 | 747.917,57 | 8.768.112,42 |

* ICMS - valor referente a cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido já deduzidos 20,00% para o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização aos Profissionais da Educação, e eventuais valores dados como garantia.

** Fundo de Exportação - cota parte do imposto (ICMS) sobre produtos industrializados de Estados exportadores. Valor divulgado corresponde ao valor líquido, já descontados FUNDEB e PASEP.

*** Royalties Petróleo - cota parte dos royalties - compensação financeira pela produção de petróleo. Lei 7.990/89.

**** IPVA - Repasse correspondente aos veículos licenciados no Município (50%) sem a dedução do FUNDEB. Não se fundamenta no Índice do FPM.

Fonte: Equipe Técnica Municipal (2022).



9.4 Despesas Municipais

Quanto às despesas municipais, observa-se que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais se apresenta como a mais representativa no município no ano de 2021, no montante total corresponde à 40,18%, tendo um acréscimo de 41,14% nos últimos 5 anos. Na tabela a seguir são apresentados os dados numéricos das despesas municipais em cada categoria.

Tabela 45 – Evolução das despesas por categoria Econômica

| Categoria Econômica | | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | Pessoal e Encargos Sociais ^e | 13.758.218,61 | 13.949.413,48 | 17.611.670,27 | 19.099.825,12 | 19.417.732,80 |
| | Juros e encargos da Dívida | - | - | 57.594,50 | 217.670,98 | 252.103,83 |
| | Outras Despesas Correntes | 9.985.215,84 | 13.243.997,99 | 16.061.307,22 | 13.640.567,11 | 16.930.691,40 |
| | Total Despesas Correntes | 23.743.434,45 | 27.193.411,47 | 33.730.571,99 | 32.958.063,51 | 36.600.528,58 |
| Despesas de Capital | Investimentos | 1.873.585,08 | 3.300.682,70 | 7.375.510,67 | 8.145.962,16 | 11.446.868,04 |
| | Amortização de Dívidas | - | - | 21.380,26 | 52.747,81 | 282.121,51 |
| | Total Despesas de capital | 1.873.585,08 | 3.300.682,70 | 7.396.890,93 | 8.198.709,97 | 11.728.989,55 |
| Total de Despesas | | 25.617.019,53 | 30.494.094,17 | 41.127.462,92 | 41.156.773,48 | 48.329.517,58 |

Fonte: IPARDES (2022a).

Quanto à destinação das despesas por função, observa-se (Tabela 46) que no ano de 2021, a maior destinação foi direcionada ao Transporte, seguido pela Saúde, a Educação fica em terceiro na destinação das despesas.

Tabela 46 – Evolução das despesas Municipais por Função

| Função | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Legislativa | 654.147,71 | 729.815,05 | 695.195,60 | 700.366,75 | 734.679,94 |
| Administração | 2.536.040,74 | 3.476.679,75 | 3.557.831,45 | 3.213.287,62 | 3.611.402,70 |
| Assistência Social | 1.380.465,51 | 1.909.631,85 | 2.027.705,16 | 1.936.275,87 | 2.016.583,64 |
| Previdência Social | - | - | 3.260.390,73 | 3.399.489,37 | 3.561.996,41 |
| Saúde | 6.585.963,68 | 7.183.322,21 | 7.692.113,22 | 9.271.627,47 | 9.453.394,56 |
| Trabalho | - | - | - | 35.278,48 | - |

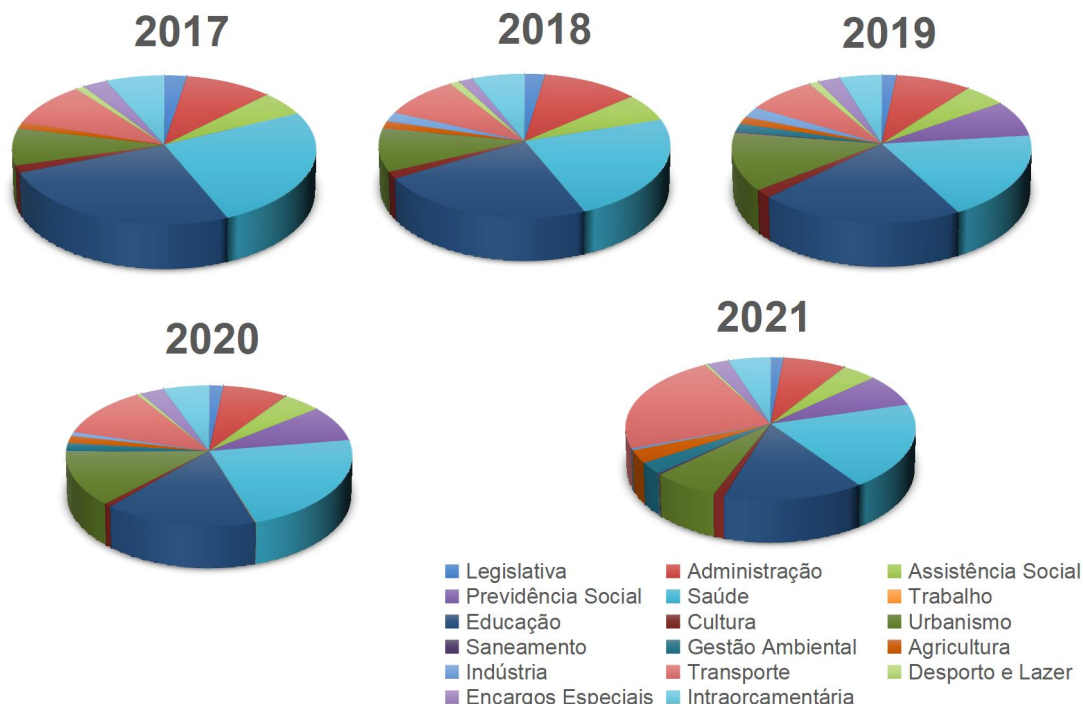


| | | | | | |
|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Educação | 6.529.536,77 | 7.007.555,04 | 8.627.927,12 | 6.758.245,75 | 7.164.891,42 |
| Cultura | 402.680,74 | 482.983,98 | 742.671,59 | 320.748,81 | 555.109,89 |
| Urbanismo | 2.046.296,22 | 2.925.893,20 | 5.213.578,03 | 5.170.542,99 | 3.407.665,39 |
| Saneamento | - | - | 133.268,58 | 24.425,50 | 145.363,96 |
| Gestão Ambiental | - | 31.814,66 | 750.183,87 | 806.431,65 | 1.313.157,49 |
| Agricultura | 361.571,01 | 522.698,74 | 669.575,47 | 695.831,43 | 1.417.185,61 |
| Indústria | - | 646.850,87 | 954.392,28 | 362.105,00 | 225.185,99 |
| Transporte | 2.463.477,47 | 2.827.865,99 | 3.322.997,38 | 4.815.997,73 | 10.917.169,87 |
| Desporto e Lazer | 250.045,94 | 362.919,65 | 462.579,93 | 213.980,59 | 178.925,19 |
| Encargos Especiais | 721.920,99 | 494.814,13 | 1.058.351,90 | 1.176.713,02 | 1.207.587,64 |
| Intraorçamentária | 1.684.872,75 | 1.891.249,05 | 1.958.700,61 | 2.255.425,45 | 2.419.217,88 |
| Total | 25.617.019,53 | 30.494.094,17 | 41.127.462,92 | 41.156.773,48 | 48.329.517,58 |

Fonte: IPARDES (2022a).

Para melhor ilustrar as variações de despesas municipais nos últimos anos, são apresentados a seguir os gráficos com percentuais, observa-se a partir dos dados apresentados que nos últimos cinco anos houve uma variação significativa na proporção das despesas a maior parte, em todos os anos avaliados, está concentrada em educação e saúde, no entanto, como citado anteriormente, no último ano, a despesa mais significativa foi em transporte, os três somados correspondem a 56,97% das despesas municipais em 2021.

Figura 44 – Gráfico da Evolução das Despesas Municipais por função



Fonte: IPARDES (2022a), adaptado por CTMGEO (2022).



Para análise da qualidade dos gastos municipais, foi considerado o índice IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), este é composto por sete dimensões do orçamento público, sendo elas, Educação, saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

Nos últimos dois anos, Catanduvas apresentou IEGM nota B, que corresponde a gestão efetiva, havendo variação positiva nas notas do I-Saúde e I-Fiscal, as demais notas permanecem iguais. Deve-se olhar com cuidado para a nota do I-Planejamento, pois esta encontra-se com baixo nível de adequação nos dois períodos apresentados. As demais dimensões, mesmo estáveis, também merecem um olhar especial. As notas para cada dimensão pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 47 – Notas IEGM por dimensão

| Dimensão | Nota 2021 (ano base 2020) | Nota 2022 (ano base 2021) |
|-----------------|---------------------------|---------------------------|
| IEGM | B | B |
| I- Educ | B | B |
| I- Planejamento | C | C |
| I- Saúde | B | B+ |
| I- Fiscal | B | B+ |
| I- Ambiente | C+ | C+ |
| I- Gov TI | C+ | C+ |
| I- Cidade | C+ | C+ |

Notas: (A) Altamente efetiva; (B+)Muito efetiva; (B) Efetiva; (C+) em fase de adequação; (C) Baixo nível de adequação.

Fonte: TCEPR (2022).



REFERÊNCIAS

AMOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. **Conheça a AMOP**. Disponível em <https://www.amop.org.br/detalhe-da-materia/info/conheca-a-amop/16364>. Acesso 01 de abr. 2022.

BRASIL. **Lei n.º6766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, [1979]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 02 de jun., 2022.

BRITO, Reinaldo Santana Correia de et al. (Coords.). **Geologia e recursos minerais do sudoeste do estado do Paraná**: texto explicativo dos mapas geológico e de recursos minerais. Brasília: CPRM, 2006. Escala 1:200.000. Programa Geologia do Brasil - PGB. Disponível em: <<https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/10439?show=full>>. Acesso em: 12 de abr., 2022.

CANTUQUIRIGUAÇU. **Sobre a Cantuquiriguaçu**. Disponível em <http://www.cantuquiriguacu.com.br/sobre.php>. Acesso 04 abr. 2022.

CATANDUVAS. **Lei n.º077/2007, de 23 de outubro de 2007**. Institui o Plano Diretor Municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no Município de Catanduvas e dá outras providências: Gabinete do Prefeito, [2007]. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/101116154140_lei_institui_plano_diretor_lei_nordm_0772007__pdf.pdf>. Acesso em 05 de abr., 2022.

_____. **Lei n.º093, de 09 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal de Catanduvas: Gabinete do Prefeito, [2008]. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/101116154830_uso_e_ocupacao_do_solo_lei_nordm_0932008_plano_diretor_pdf.pdf>. Acesso em: 27 de mai., 2022.

_____. **Lei n.º 095, de 09 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a Mobilidade Municipal e Urbana e hierarquização do sistema viário e dimensionamento das vias públicas para o Município de Catanduvas e dá outras providências: Gabinete do Prefeito, [2008a], Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/101116154611_mobilidade_lei_nordm_0952008_plano_diretor_pdf.pdf>. Acesso em 08 de ago., 2022.

_____. **Lei n.º038, de 09 de setembro de 2009**. Retifica o mapa do perímetro urbano da sede do município - Anexo 03 da Lei Municipal n.º092/2008 e dá outras providências. Catanduvas: Gabinete do Prefeito, [2009]. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/101116154830_perimetro_urbano_lei_nordm_0382009_plano_diretor_retifica_perimetro_urbano_pdf.pdf>. Acesso em: 27 de mai., 2022.

_____. **Lei n.º 09, de 19 de abril de 2017**. Altera a Lei Municipal 093/2008. Catanduvas: Gabinete do Prefeito, [2017]. Disponível em : <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/270417135316_lei_92017__altera_lei_932008_pdf.pdf>. Acesso em: 27 de mai., 2022.



_____. **Plano Diretor Municipal**. P02 - Avaliação Temática Integrada. Catanduvas, 2007. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/290915103819_ctvati_finalr3_pdf.pdf>. Acesso em 23 de mar., 2022.

_____. **Resolução nº04/2021, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025: Conselho Municipal de saúde, [2021]. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11924/120922161857_resolucao_nordm__04_pms_20222025_pdf.pdf>. Acesso em: 10 de ago., 2022.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico Município de Catanduvas - Paraná**. Catanduvas, 2011.

DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Mapas Rodoviários**. Disponível em: <<https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Mapas-Rodoviaros>>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

_____. **História**. Disponível em: <<https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Historia>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

ELY, D.F.; PEREIRA, L.M.P. **Contribuição para o estudo do regime dos ventos no Estado do Paraná**. GEOGRAFIA, Rio Claro, v.36, n.3, p.589-607, set/dez.2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/8461>>. Acesso em: 02 de abr., 2022.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Clima**. Disponível em <https://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/clima.htm>. Acesso em 05 de abr., 2022.

_____. **Módulos Fiscais**. s/d. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 20 de mai., 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. **Censo Demográfico 2000**: Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Sinótese do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Cidades@**, c2017. Página inicial. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso 31 de mar., 2022.

_____. **Sinótese dos Resultados do Censo de 2010**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=410500>. Acesso em 20 de abr., 2022a.



_____. **Estatísticas de Gênero**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=410500&cat=-1,-2,99,100,101,60,8,128&ind=4726>>. Acesso em 20 de abr., 2022b.

_____. **O que é PIB**, s/d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em 04 de mai., 2022c.

_____. **Censo Demográfico**, s/d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9752&t=resultados>>. Acesso em 15 de mai., 2022d.

_____. **Portal de Mapas IBGE**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em 15 de set., 2022e.

_____. **Sidra - Sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017#agroindustria-rural>>. Acesso em 19 de mai., 2022f.

_____. **Banco de Informações Ambientais - BDIA**, c2021. Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>>. Acesso em: 22 de set., 2022g.

FERREIRA, S. C. **A centralidade de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava na rede urbana do Paraná**. RA´EGA23, Curitiba, 2011. P. 06-13. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/24696>>. Acesso em: 01 de abr., 2022.

FNP (Frente Nacional de Prefeitos). **Anuário Multicidades - Finanças dos Municípios do Brasil**. V17 (2022). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2022.

IDR - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>>. Acesso em: 04 de abr., 2022.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo Fiscal**. c2021. Disponível em; <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em 20 de mai., 2022.

INFOESCOLA. **Desidade Demográfica**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/densidade-demografica/>>. Acesso em: 25 de abr., 2022.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba. IPARDES:DRDE, 2003)

_____. **Lista dos 399 municípios segundo Mesorregião e Microrregiões Geográficas do IBGE - Paraná - 2000**. Disponível em: <https://mppr.mp.br/arquivos/File/subplan/gempar/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>. Acesso 01 de abr., 2022.

_____. **Caderno Estatístico Município de Catanduvas, 2022**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85470&btOk=ok>>. Acesso em 01 de abr. 2022c.



_____. **Perfil do Município de Catanduvas.** Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=117&btOk=ok>. Acesso em 20 de abr., 2022b.

_____. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1.ª fase: caracterização Global.** Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. **Base de dados do Estado.** 2022. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 19 de abr., 2022a.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano segundo os municípios do Paraná - 1991/2000/2010.** Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/SOCIAIS_idh_municipios_pr.pdf>. Acesso em 29 de abr., 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul.** Brasília. IPEA, 2000.

_____. **Panorama do IPTU:** um retrato da administração tributária em 53 cidades selecionadas. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

MILANI, E. J.; MELO, J.H.G.; SOUZA, P.A.; FERNANDES, L.A., FRANÇA, A.B. **Bacia do Paraná.** B.geoci, Petrobrás, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.265-287, maio/nov. 2007.

Ministério da Saúde. **Resolução nº1, de 29 de setembro de 2011.** Estabelece diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS, nos termos do Decreto nº7.508, de 28 de junho de 2011. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2011/res0001_29_09_2011.html#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Considera%2Dse%20Regi%C3%A3o,organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20o%20planejamento%20e%20a>. Acesso em: 04 de abr. 2022.

MOREIRA, A.C.M.L. **Regiões Metropolitanas na Constituição Estadual.** Seminário “Plano Diretor Municipal”. São Paulo, FAUUSP, 1989.

NITSCHKE, P.R.[et al.]. **Atlas climático do estado do Paraná.** Londrina, PR. Instituto Agrônomo do Paraná, 2019. Disponível em: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/agrometeorologia/atlas-climatico/atlas-climatico-do-parana-2019.pdf>>. Acesso em: 05 de abr., 2022.

PALHARES, J. M. **Superfícies aplanadas do planalto de Guarapuava:** transecto leste-oeste de Guarapuava a Foz do Iguaçu entre os rios Iguaçu e Piquiri. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PARANÁ. **Consulta Escolas.** Curitiba, 2022. Disponível em: <<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/ensinoEscola/consultasEnsino.jsf?windowId=408>>. Acesso em: 30 de ago., 2022.

PCS - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Catanduvas - PR.** Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/painelIndicadoresCidade/detalhes/3983>>. Acesso em: 12 de abr., 2022.



PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil. Perfil de Catanduvas, PR.** S/D. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410500>>. Acesso em: 28 abr., 2022.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**, s/d. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 29 de abr., 2022.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

RIBEIRO, J. S. G; JANNUZZI, P. M. **IDH, Indicadores Sintéticos e suas aplicações em políticas públicas.** Uma análise Crítica Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, vol7, num. 1, maio, 2005, pp 73-90. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951699006.pdf>>. Acesso em: 29 abr., 2022.

SARAIVA, A. L. B. C; VALE, C. C.; ZANELLA, M.E. **Comportamento dos Elementos Climáticos no Município de Mossoró (RN).** Revista Geointerações, Assú, v.1, p.87-105, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1074/988>>. Acesso em: 20 de set., 2022.

SECRETÁRIA DA SAÚDE. **10ª Regional de Saúde – Cascavel.** 2022. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/10a-Regional-de-Saude-Cascavel>>. Acesso em: 21 de mar., 2022.

SEAB - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Núcleos Regionais.** Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Nucleos-Regionais>>. Acesso em: 04 de abr., 2022.

_____. **Valor Bruto da Produção.** Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br/vbp>>. Acesso em: 09 de mai., 2022.

SEED - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Secretaria de Educação.** Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/secretaria_educacao>. Acesso em: 04 de abr., 2022.

_____. **Secretaria de Educação.** Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/>. Acesso em: 04 de abr., 2022a.

SEED - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Educação Ambiental na Escola com ênfase em unidades de conservação.** Curitiba, s/d. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/caderno3a_biomias.pdf>. Acesso em: 13 de abr., 2022.

SEFA - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ. **Manual do índice de Participação dos Municípios (IPM).** 2021. Disponível em: <https://www.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-



02/Manual%20do%20IPM%20PR%202021_VF1_Herval_REV_Felipe_REV_Paulo_site.pdf>. Acesso em: 05 ,mai., 2022.

SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Bacias Hidrográficas do Paraná - Série Histórica**. 2ª edição. Curitiba. SEMA-PARANÁ, 2013. <https://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio_ambiente/material-didatico/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf>. Acesso em: 25 de mai., 2022.

SOUZA, J.L. **O que é? IDH. Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, Edição 39, p. 64-65, jan. 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios039_completa.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TCEPR - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Efetividade Municipal IGM**. 2022. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTc5MzFiNDItZjNjYy00NWZiLTk0ZTctMjA4ZDdIMWU5ZmJmliwidCI6ImY3MGEwYWY2LWRhMGYtNDViZS1iN2VkLTImOGMxYjI0YmZkZiIsImMiOiR9&pageName=ReportSection>>. Acesso em: 24, out., 2022.

XIMENES, D.A. **Vulnerabilidade social**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.